

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 036/2026
Data: 27/02/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PLANO LOGÍSTICO PARA BENEFICIAR O PORTO DE SANTOS ATÉ 2050 É APRESENTADO PELO GOVERNO DE SÃO PAULO	4
ANTAQ APROVA NOVO SISTEMA PARA CONTROLE PATRIMONIAL NOS PORTOS	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
SERGIPE MIRA US\$ 2,5 BI COM DESATIVAÇÃO DE 26 PLATAFORMAS DE PETRÓLEO E GÁS	6
ALAGOAS TERÁ R\$ 492 MILHÕES EM DUPLICAÇÕES DE BR E ARCO METROPOLITANO	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	9
PRIMEIRO BLOCO DE LEILÕES DO ANO CONECTA NORTE A SUL DO PAÍS, COM R\$ 226 MI EM INVESTIMENTOS	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	10
NOVA CONSULTA PÚBLICA DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS VAI APERFEIÇOAR POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE	10
FÓRUM PERMANENTE DOS TRABALHADORES AQUAVIÁRIOS REALIZA 3ª REUNIÃO NO RIO DE JANEIRO	11
LEILÕES DE TRÊS TERMINAIS PORTUÁRIOS GARANTEM MAIS DE R\$ 226 MILHÕES EM INVESTIMENTOS PRIVADOS	12
FNAC VAI LIBERAR ATÉ R\$ 4 BILHÕES EM LINHAS DE CRÉDITO PARA COMPANHIAS AÉREAS	14
PORTOS DA REGIÃO SUL REGISTRAM MELHOR MOVIMENTAÇÃO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS	15
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	17
EM CARAVANA FEDERATIVA, RENAN FILHO AUTORIZA R\$ 492 MILHÕES PARA ARCO METROPOLITANO DE MACEIÓ E DUPLICAÇÃO DA BR-104/AL	17
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	18
EDITORIAL – O CAMINHO DAS ÁGUAS NÃO PODE RETROCEDER	18
OPINIÃO – ARTIGOS - O MAIOR PROBLEMA NA SUA LIDERANÇA PODE SER VOCÊ!	18
NACIONAL - HUB – CURTAS - FILHO DE LULA PEDE ACESSO A INQUÉRITO DO INSS APÓS TER NOME CITADO POR TESTEMUNHA	20
<i>Acesso aos autos.....</i>	<i>20</i>
<i>Defesa</i>	<i>20</i>
<i>Apoio.....</i>	<i>20</i>
<i>Negativo.....</i>	<i>20</i>
POLÍTICA - PL ANTIFACÇÃO EXCLUI ‘ANDAR DE CIMA’ DO CRIME, DIZ SARRUBBO.....	20
POLÍTICA - CPMI DO INSS APROVA QUEBRA DE SIGILO DE LULINHA	21
POLÍTICA - EMPRESÁRIO SE MANTÉM EM SILÊNCIO EM DEPOIMENTO À COMISSÃO	22
POLÍTICA - MENDONÇA DESOBRIGA IRMÃOS DE TOFFOLI A IREM À CPI DO CRIME ORGANIZADO	22
POLÍTICA - TSE APROVA TRANSPORTE GRATUITO PARA ELEITORES COM MOBILIDADE REDUZIDA	23
POLÍTICA - SENADOR ACONSELHA LULA A EVITAR EMBATE COM FLÁVIO AGORA	24
POLÍTICA - CAROL DE TONI AGRADECE APOIO DE MICHELLE BOLSONARO	24
TRANSPORTES – PORTOS - POMINI NEGA REPASSE DE PROPINA AO EX-PRESIDENTE DO INSS APÓS RELATÓRIO DA PF	25
TRANSPORTES – PORTOS - SANTOS BRASIL PASSA A ATENDER OS DEZ MAIORES ARMADORES GLOBAIS	26
TRANSPORTES – PORTOS - SISTEMA DE PROTEÇÃO DO CAIS DO PORTO DO RIO GRANDE SERÁ RENOVADO.....	27
TRANSPORTES – PORTOS - GOVERNO LEILOA TRÊS ÁREAS PORTUÁRIAS E PREVÊ R\$ 227 MILHÕES EM INVESTIMENTOS	28
TRANSPORTES – PORTOS - MINISTRO CITA PARCERIA COM SETOR PRODUTIVO E NOVOS PROJETOS EM ANDAMENTO	29
TRANSPORTES – HIDROVIAS - MESMO COM REVOGAÇÃO DE DECRETO, CONCESSÃO DE HIDROVIAS NA AMAZÔNIA SEGUE EM ESTUDO	29
TRANSPORTES – AEROPORTOS - AVIAÇÃO INICIA 2026 COM RECORDE HISTÓRICO DE PASSAGEIROS	30
TRANSPORTES – LOGÍSTICA - LDC INTEGRA ALGODÃO E FERTILIZANTES EM NOVO HUB EM RONDONÓPOLIS	31
BRASIL EXPORT - FÓRUM PERNAMBUCO EXPORT REÚNE AUTORIDADES PARA DEBATER INFRAESTRUTURA	33
ENERGIA - CÂMARA APRESENTA PROPOSTA DE “MAPA DO CAMINHO” PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	34
COMÉRCIO EXTERIOR - URUGUAI E ARGENTINA RATIFICAM ACORDO MERCOSUL–UNIÃO EUROPEIA.....	35
COMÉRCIO EXTERIOR - NO BRASIL, CÂMARA APROVA TEXTO, QUE AGORA SEGUE PARA ANÁLISE DO SENADO	36
COMÉRCIO EXTERIOR - CMN ALTERA REGRAS DO PROEX E FLEXIBILIZA EMBARQUES DE EXPORTAÇÕES	36
COMÉRCIO EXTERIOR - NOVAS TARIFAS DE TRUMP POUAM 46% DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL	37
FINANÇAS - CONFIANÇA DO COMÉRCIO CRESCE 1,6% EM FEVEREIRO	38
FINANÇAS - INFLAÇÃO DO ALUGUEL REGISTRA QUEDA DE 0,73% NESTE MÊS	39
FINANÇAS - DÓLAR TEM LEVE ALTA, MAS SEGUE ABAIXO DE R\$ 5,15.....	39
FINANÇAS - IBOVESPA SEGUE EM PAUSA, MAS CONSERVA 191 MIL PONTOS	40



COMUNICAÇÃO & MARKETING – OPINIÃO - ALÉM DA ESTÉTICA: BELEZA, VERDADE E POSICIONAMENTO NO MUNDO CORPORATIVO	41
JUSTIÇA - NOVOS PAGAMENTOS DE ‘PENDURICALHOS’ SERÃO PUNIDOS, DIZ GILMAR	43
JUSTIÇA - DESEMBARGADOR TEM NOVAS ACUSAÇÕES DE ABUSO SEXUAL	45
JUSTIÇA - CONDENADO POR TRAMA GOLPISTA VAI TRABALHAR NO EXÉRCITO	46
JUSTIÇA - BOLSONARO TEM ATÉ DIA 5 PARA SE DEFENDER EM PROCESSO NO STM.....	47
INTERNACIONAL - IRÃ E EUA FAZEM ‘PROGRESSOS SIGNIFICATIVOS’ EM NEGOCIAÇÃO	48
JORNAL O GLOBO – RJ.....	50
CSN AUMENTA (AINDA MAIS) SUA FATIA EM STARTUP DE GESTÃO DE FROTAS	50
FUNDO DE DESCARBONIZAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO COMEÇA A OPERAR.....	50
GOVERNO RECUA EM AUMENTO DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO SOBRE ELETRÔNICOS, COMO SMARTPHONES	52
SETOR PÚBLICO TEM SUPERÁVIT DE R\$ 103,7 BILHÕES, MAS ROMBO DE ESTATAIS AUMENTA E VAI A R\$ 4,9 BI.....	53
IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO TROCA PAPEL REGULATÓRIO POR FISCAL EM 2026 COM MEDIDAS DO GOVERNO	54
COAF INFORMOU A MORAES QUE NÃO HOUVE ACESSO INJUSTIFICADO A DADOS SIGILOSOS DE MINISTROS DO STF E FAMILIARES	57
STF: ESQUEMA NA RECEITA QUE ACESSOU DADOS DE MINISTROS COBRAVA R\$ 250 POR INFORMAÇÕES	58
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	59
OPINIÃO - DECISÃO ANORMAL DE GILMAR MENDES MOSTRA QUE STF ULTRAPASSA TODOS OS LIMITES PARA SE PROTEGER	59
GOVERNO MANTÉM IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO ZERO PARA 105 BENS NÃO PRODUZIDOS NO PAÍS E RECUA EM 15 ITENS	60
SENADO DA ARGENTINA APROVA PROJETO DE LEI QUE REDUZ IDADE MÍNIMA DE PUNIÇÃO PARA 14 ANOS	62
LULA DIZ QUE ZEMA NÃO APRESENTOU PROJETOS DE OBRAS DE PREVENÇÃO EM MINAS, APESAR DE R\$ 3,5 BI DO PAC	62
GILMAR MENDES ANULA QUEBRA DE SIGILOS DE EMPRESA DE TOFFOLI.....	63
SHELL BUSCA NOVO SÓCIO PARA COMPOR CAPITALIZAÇÃO DA RAÍZEN COM A COSAN.....	65
ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DA RECEITA CITA ‘PREJUÍZO IRREPARÁVEL’ E PEDE REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE MORAES	66
VALOR ECONÔMICO (SP).....	67
GOVERNO ZERA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE 105 ITENS E RETIRA 15 ELETRÔNICOS DE LISTA DE ALTA	67
CONSÓRCIO DA AZEVEDO & TRAVASSOS VENCE LEILÃO DA ROTA MOGIANA	68
CRESCIMENTO DO PIB DA ÍNDIA DESACELERA PARA 7,8%, MAS CONSUMO PERMANECE FORTE	69
CS INFRA VENCE LEILÃO DE ARRENDAMENTO NO PORTO ORGANIZADO DE SANTANA, DIZ SIMPAR	70
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	71
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ANUNCIA DESTINAÇÃO DE R\$ 9,2 BILHÕES PARA TERMINAIS DE USO PRIVADO.....	71
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	72
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	72

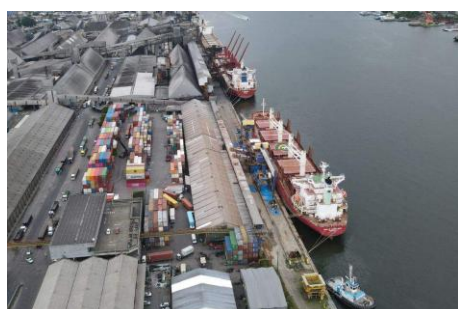


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PLANO LOGÍSTICO PARA BENEFICIAR O PORTO DE SANTOS ATÉ 2050 É APRESENTADO PELO GOVERNO DE SÃO PAULO

Iniciativa prevê projetos de infraestrutura para melhorar o fluxo de cargas até o cais santista

Por Bárbara Farias 27 de fevereiro de 2026 às 10:06 Modificado em 27 de fevereiro de 2026



Segundo a Semil, a Baixada Santista é estratégica para o Governo Paulista por abrigar o Porto de Santos (Alexsander Ferraz/AT)

Projetos de infraestrutura que visam melhorar o fluxo de cargas entre o Interior paulista e o Porto de Santos até 2050, especialmente nos modais rodoviário e ferroviário, foram discutidos nesta quinta-feira (26), no 7º Fórum Regional do Plano de Logística e Investimentos do Estado de São Paulo (PLI-SP)

2050, na sede do Senai, em Santos. O encontro foi promovido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) e reuniu representantes de entidades do setor portuário e autoridades.

Segundo a Semil, a Baixada Santista é estratégica para o Governo Paulista, pois reúne uma população de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas e abriga o Porto de Santos, que recebe mercadorias para exportação e de comercialização doméstica oriundas do Interior, da Região Metropolitana de São Paulo, de Minas Gerais e estados do Centro-Oeste. Em 2025, o cais santista movimentou 186,4 milhões de toneladas, 3,6% a mais do que em 2024 (179,8 milhões).

A região é classificada pelo Estado como Sede da Zona Ecológico-Econômica 7 (ZEE 7). O coordenador técnico do PLI-SP 2050, Silvio Ichihara, detalhou o plano estratégico para a região com metas econômicas, sociais, ambientais e logísticas até 2050, ressaltando o foco em rodovias e ferrovias.

Ichihara citou, por exemplo, que a expansão da área pública do Porto de Santos já atrai interessados e demandará novos acessos que atendam ao aumento de demanda do fluxo de carga.

“Há expectativas de investimentos (novos terminais). Tudo isso vai demandar uma quantidade enorme, especialmente se os serviços forem dedicados a contêineres, que é o que clama a própria Região Metropolitana de São Paulo e ela dando acesso também à Rodovia Fernão Dias, com destino a Minas Gerais, e todo o Interior do Estado”.

O subsecretário estadual de Logística e Transportes, Denis Gerage Amorim, afirmou que, embora projete ações até 2050, o PLI-SP as estruturas em curto, médio, longo prazo, já analisando cenários imediatos.

“Inclusive, esses projetos que já estão sendo estruturados, precisam entrar na nossa matriz para entender isso de uma forma sistêmica e colocar numa carteira de projeto estabelecendo prioridades. Lembramos que o recurso do Estado é finito. Então, a gente precisa ter responsabilidade no uso do erário e priorizar o que traga maior benefício para a população”.

Propostas buscam organizar investimentos

Sobre projetos de infraestrutura já previstos para a Baixada Santista, como os dois novos viadutos da Alemoa e a terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, o subsecretário de Logística e Transportes de

São Paulo, Denis Gerage Amorim, explicou que o PLI-SP tem o papel de organizar e escalonar os investimentos ao longo do tempo.

“Esses projetos integram o Plano Estadual de Infraestrutura (PEI) e passam por etapas de ranqueamento e estimativa de custos”.

Amorim ressaltou que parte das iniciativas já está em fase mais avançada, seja na estruturação técnica, seja na modelagem para concessão e, por isso, deixam de figurar como prioridade inicial no plano, embora continuem sendo consideradas estratégicas.

Ele disse que o planejamento precisa ir além das demandas atuais. “Não podemos esperar o problema acontecer, precisamos nos antecipar, especialmente em infraestrutura”.

Expectativa frustrada

Presente ao encontro, o diretor financeiro do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), Romero Costa, afirmou que esperava anúncios mais concretos do Governo Estadual.

Entre os pontos destacados por Costa, estão demandas antigas da categoria, como o viaduto de saída da Alemoa e a criação de pátios de triagem para caminhões na Baixada Santista e em São Bernardo do Campo, no ABCD Paulista.

“Ajudaria a reduzir o fluxo de caminhões na Rodovia Anchieta e evitaria a concentração de veículos nas imediações do Porto de Santos. Hoje, a gente vê caminhão parado na Alemoa, na Avenida Afonso Pena e em praticamente todas as vias no entorno do Porto. São veículos do Sul, do Mato Grosso, de Minas Gerais. Falta organização”, destacou.

Costa disse ter ficado frustrado com a ausência de anúncios nesse sentido. “Esperava que viessem com uma solução para o que a gente tem pedido”, declarou.

Fóruns

A iniciativa do 7º Fórum Regional do Plano de Logística e Investimentos do Estado de São Paulo (PLI-SP) 2050, de acordo com a Semil, integra a série de fóruns regionais do PLI-SP 2050, voltada à escuta territorial para orientar a estratégia estadual de investimentos, considerando desafios como mobilidade, resiliência climática, segurança hídrica e preservação ambiental.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/02/2026

ANTAQ APROVA NOVO SISTEMA PARA CONTROLE PATRIMONIAL NOS PORTOS

Manual e SisPAT vão padronizar inventário de bens da União nos portos organizados

Da ATribuna.com.br 26 de fevereiro de 2026 às 12:28 Modificado em 26 de fevereiro de 2026



Os próprios regulados nos portos vão inserir informações no sistema da Antaq, atendendo normativas (Alexsander Ferraz/AT)

A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou o projeto de desenvolvimento do Manual de Inventário e Lista de Bens Reversíveis, além do Sistema de Controle Patrimonial dos Portos Organizados (SisPAT).

O manual tem o objetivo de estabelecer parâmetros e métodos padrões para o controle patrimonial de bens da União nos portos organizados. Nele, são detalhados os requisitos mínimos de identificação, descrição, mensuração, classificação e avaliação dos bens, em concordância com a Resolução Antaq 43/2021.

A reformulação do SisPAT visa à adequação integral às exigências normativas vigentes e aos procedimentos definidos no manual. O sistema possibilita o cadastramento direto, pelos próprios regulados, dos bens sujeitos ao controle da Antaq, inclusive mediante integração de bases de dados por meio de Interface de Programação de Aplicações (API), dando maior agilidade, rastreabilidade e confiabilidade às informações encaminhadas à Agência.

Benefícios

O SisPAT terá campos padronizados e validações automáticas. A integração automatizada apresenta vantagens significativas em comparação ao cadastramento manual, sobretudo considerando o volume de dados patrimoniais sob controle das autoridades portuárias e arrendatários de portos organizados.

Essa modalidade de transmissão de dados viabiliza a sincronização direta entre os sistemas de controle patrimonial próprios dos regulados e o SisPAT, dispensando a necessidade de inserção manual individualizada de cada bem e suas respectivas características.

Segundo a Antaq, a iniciativa reduz o custo regulatório, tendo em vista que elimina a necessidade de alocação periódica de recursos humanos para alimentação do sistema.

“Uma vez estabelecida a conexão entre os sistemas, a atualização das informações patrimoniais pode ocorrer de forma automatizada e recorrente, liberando os regulados para concentrarem esforços em suas atividades, sem prejuízo do cumprimento das obrigações normativas perante a Agência”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/02/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

SERGIPE MIRA US\$ 2,5 BI COM DESATIVAÇÃO DE 26 PLATAFORMAS DE PETRÓLEO E GÁS

Petrobras prevê US\$ 1,7 bi entre 2025 e 2029 nas operações. FGV aponta estado com infraestrutura para concentrar cadeia. Sergipe Águas Profundas entra em produção em 2030

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



A plataforma autoelevatória PA-38 já começou a trabalhar no descomissionamento dos poços no Campo de Guaricema, a 9 quilômetros da costa de Sergipe, que funcionou por mais de 50 anos. Foto: Agência Petrobras/Divulgação

O descomissionamento das 26 plataformas de petróleo e gás da Bacia Sergipe-Alagoas movimenta US\$ 2,5 bilhões até 2035, segundo a Petrobras — dos quais US\$ 1,7 bilhão estão previstos no Plano Estratégico 2025–2029 da companhia para a fase em curso. O processo, iniciado em 2021 após a decisão de encerrar a produção em águas rasas, demanda 430 profissionais de diversas áreas diariamente e posiciona Sergipe como a segunda bacia com maior volume de recursos destinados ao descomissionamento no país, atrás apenas da Bacia de Campos.

Estudo da FGV Energia, contratado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese) e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedetec) e apresentado na quarta-feira (25) em workshop com o governador Fábio Mitidieri, concluiu que o estado reúne os requisitos de infraestrutura e localização necessários para concentrar as operações e capturar a cadeia de fornecedores gerada pelo processo.

Das 26 plataformas, apenas uma ainda mantém estrutura para abrigar equipes por vários dias. As demais são operadas com protocolos internacionais de segurança e participação de múltiplas empresas. A frente mais recente envolve a plataforma autoelevatória PA-38, com pernas de quase 150 metros de altura — equivalente a um prédio de 42 andares —, atualmente em operação no campo de Guaricema, a 9 km da costa sergipana, para desativação e tamponamento de poços.

A campanha inicial tem duração prevista de sete meses, após a qual a unidade será deslocada para outros poços do programa. “A Petrobras avança em seus processos de descomissionamento na Bacia de Sergipe, uma etapa natural para ativos com mais de 25 anos de produção em uma indústria madura como a de óleo e gás no Brasil”, afirmou Carlos Castilho, gerente geral de Projetos de Descomissionamento da Petrobras.



Workshop de Descomissionamento das 26 plataformas de petróleo da Bacia Sergipe-Alagoas foi apresentado pela FGV Energia. Foto: Arthur Soares/Ascom SE

Sergipe foi pioneiro no offshore nacional

Em 1969, a Petrobras deslocou para a costa sul de Aracaju a P-1 — primeira plataforma móvel de perfuração construída no Brasil —, onde realizou a primeira perfuração bem-sucedida no campo de Guaricema, marcando o início da produção de petróleo na plataforma continental do país. Nas décadas seguintes, a estatal expandiu as operações em águas rasas no litoral sergipano, instalando 27 plataformas nos campos de Guaricema, Caioba, Camorim, Dourado e Robalo.

O pico de produção ocorreu em 1977, com mais de 52 mil barris por dia. Em abril de 2020, a Petrobras paralisou a produção em águas rasas, desativou sua sede em Aracaju e fechou o terminal de processamento Tecarmo, encerrando esse ciclo. “Temos que ter uma integração muito grande de todas as tarefas e isso requer um ajuste fino de logística, para garantir que as pessoas estejam nos lugares certos, na hora certa e com o material necessário”, explicou Harlen Dantas, gerente de descomissionamento da Petrobras.

SEAP ancora nova fronteira com produção prevista para 2030

O encerramento do ciclo de águas rasas é paralelo à abertura de uma nova fronteira. O Projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP), com investimento de US\$ 5 bilhões, prevê capacidade de 240 mil barris de petróleo por dia e 18 milhões de m³/dia de gás em plena operação, com início de produção em 2030.

O projeto é dividido em dois módulos: o SEAP 1 abrange os campos de Agulhinha, Agulhinha Oeste, Cavala e Palombeta; o SEAP 2 envolve Budião, Budião Noroeste e Budião Sudeste — todos na Bacia Sergipe-Alagoas. A licitação das duas plataformas FPSO foi concluída no modelo BOT (construção, operação e transferência), com a holandesa SBM Offshore validada tecnicamente em novembro passado, após superar as propostas da indiana Shapoorji e da japonesa Modec.

O SEAP foi mantido no Plano Estratégico 2026–2030 da Petrobras após a resolução do impasse sobre royalties com o Governo Federal. Em paralelo, o Hub de Gás de Sergipe avança com previsão de estocagem subterrânea, planta de liquefação e refinaria; e o gasoduto que conecta a UTE Porto de Sergipe I à rede da TAG foi concluído em 2024, com capacidade de 14 milhões de m³/dia.

“O estudo nos mostra que o descomissionamento, por meio do Sergipe Águas Profundas, tem o potencial de transformar Sergipe num novo hot spot de gás natural, com capacidade significativa de produção e impacto na oferta energética nacional”, afirmou Pietro Mendes, diretor da ANP.

Mitidieri posiciona desativação como eixo de reindustrialização

O governador Fábio Mitidieri definiu o processo como vetor de reindustrialização estadual, com foco em qualificação de mão de obra, interiorização do desenvolvimento e atração de novos investidores. “O investidor que decidir instalar sua empresa em Sergipe encontrará um governo parceiro. Com sua

projeção de duração de aproximadamente dez anos, o descomissionamento terá um papel fundamental nos próximos anos”, afirmou.

O senador Laércio Oliveira, relator da Nova Lei do Gás, classificou o momento como “o início de um período de desenvolvimento em Sergipe”. No mesmo evento, Mitidieri antecipou movimento paralelo na agenda energética do estado: “Estamos nos trâmites de nos tornarmos o sócio majoritário da Sergas” — referência à conclusão do processo de reestatização da distribuidora de gás sergipana, com a aquisição da participação da Mitsui anunciada na véspera.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 27/02/2026

ALAGOAS TERÁ R\$ 492 MILHÕES EM DUPLICAÇÕES DE BR E ARCO METROPOLITANO

Ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou duas ordens de serviço autorizando duplicação das BRs 104 e 316 em Alagoas, beneficiando acesso a Pernambuco e Paraíba

Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou duas ordens de serviço autorizando duplicação de BR 104 e 316 em Alagoas. Foto: DNIT

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou ordens de serviço para a duplicação de trechos das BRs 316 e 104. As obras foram autorizadas durante a 16ª Caravana Federativa, realizada em Maceió, nesta quinta-feira (26) e integram um pacote de investimentos voltado à ampliação da capacidade viária, melhoria da mobilidade na Região Metropolitana de Maceió e fortalecimento da integração logística do interior do estado.

Entre as autorizações assinadas está a ordem de serviço para a duplicação e adequação da capacidade da BR-316, no trecho que sai do viaduto da Polícia Rodoviária Federal, em Maceió, passa por Satuba e segue até o município do Pilar, onde se conecta à BR-101. A intervenção integra o Arco Metropolitano de Maceió, considerado estratégico para a reorganização do tráfego na Região Metropolitana.

O lote 1A do Arco Metropolitano prevê a implantação, duplicação e pavimentação de aproximadamente 15 quilômetros, ligando os municípios de Satuba e Pilar, com investimento estimado em R\$ 218 milhões. A proposta é criar uma alternativa de fluxo para veículos que hoje dependem exclusivamente dos acessos tradicionais à capital, reduzindo gargalos e melhorando a segurança viária.

Segundo o ministro Renan Filho, a duplicação permitirá que motoristas que saem do Pilar tenham duas opções de chegada a Maceió, ambas em pista dupla, pela parte alta da cidade ou pelo polo de Marechal Deodoro, ampliando a integração entre os municípios da região metropolitana.

“Quem sair de Pilar para Maceió vai trafegar em pista dupla e ainda terá duas alternativas de acesso à capital. Isso melhora a mobilidade, aumenta a segurança e fortalece o desenvolvimento da região metropolitana”, afirmou o ministro.

BR-104 em Alagoas consolida eixo estratégico do interior ao Nordeste

A segunda ordem de serviço assinada autoriza a continuidade e ampliação da duplicação da BR-104 em Alagoas. O trecho entre Messias, Murici e Branquinha, onde as obras já estão em andamento, será estendido até União dos Palmares. Também será iniciado o processo para duplicação do segmento que liga União dos Palmares à BR-101 e receberá investimentos de R\$ 274 milhões.

A BR-104 é considerada um dos principais corredores de integração do interior alagoano. A rodovia nasce em Messias, a partir de uma bifurcação com a BR-101, corta municípios como Murici e União dos Palmares e segue em direção aos estados de Pernambuco e da Paraíba, conectando polos regionais como Caruaru e Campina Grande.

Segundo o ministro, a duplicação cumpre compromisso assumido anteriormente e integra um projeto mais amplo de modernização da rodovia em todo o Nordeste.

“Essa é uma obra muito importante. Já estamos duplicando trechos da BR-104 e agora vamos avançar até União dos Palmares. O presidente Lula quer duplicar toda a 104, e Alagoas faz parte desse planejamento”, afirmou Renan Filho.

Ministro anuncia reta final no comando dos Transportes

Durante o evento, Renan Filho confirmou que permanecerá no Ministério dos Transportes por mais cerca de 30 dias e que pretende intensificar o ritmo de entregas nesse período. Segundo ele, a prioridade é consolidar compromissos assumidos com o estado, especialmente na área de infraestrutura rodoviária.

“Nos próximos 30 dias vou concluir meu ciclo como ministro dos Transportes. Vou me dedicar intensamente para finalizar compromissos importantes e entregar obras estruturantes para Alagoas”, afirmou.

Entre as metas destacadas está a conclusão da duplicação da BR-101 no estado, promessa reiterada pelo ministro durante o evento. A rodovia, que corta o estado, é considerada eixo logístico fundamental para o escoamento da produção e a integração regional.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 27/02/2026



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PRIMEIRO BLOCO DE LEILÕES DO ANO CONECTA NORTE A SUL DO PAÍS, COM R\$ 226 MI EM INVESTIMENTOS

Certame contemplou portos de Santana (AP), Natal (RN) e Porto Alegre (RS), com produção focada em grãos, minério e granéis sólidos



Brasília, 26/02/2026 - Conforme previsto, aconteceu hoje (26) o leilão do primeiro bloco de arrendamentos portuários de 2026, sob coordenação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor). O evento ocorreu na B3, em São Paulo.

Com investimentos totais de R\$ 226 milhões, o certame contemplou três áreas estratégicas nos portos de Santana (AP), Natal (RN) e Porto Alegre (RS), todos de cadeia produtiva diversificada: grãos, minério e granéis sólidos. “É importante observar a diversidade geográfica dessas três áreas. São projetos que fortalecem a integração regional e ampliam a capacidade dos nossos portos”, disse o diretor-geral da ANTAQ, Frederico Dias.

Frederico também lembrou dos números positivos registrados pela Agência no último estatístico: “É um momento de celebração não somente pelos resultados de hoje, mas também pelo nosso setor. Mais uma vez, nós batemos recordes: foram 1,4 bilhões de toneladas movimentadas em 2025, representando um crescimento de 6% em relação a 2024”.

Esse primeiro bloco de leilões portuários de 2026 reflete uma visão de longo prazo para o sistema aquaviário brasileiro. O papel da ANTAQ é o de melhorar a infraestrutura do setor portuário. “Isso significa competitividade para os nossos produtos e, consequentemente, comida mais barata na mesa da população”, concluiu Frederico.

Além do diretor-geral, o evento contou com a presença dos diretores Caio Farias e Wilson Lima Filho, do superintendente de outorgas, Renildo Barros, do secretário especial de licitações e concessões e responsável pela condução dos trabalhos, Ygor di Paula, do deputado federal, Leônidas Cristino, e Sebastião Bala Rocha - prefeito de Santana (AP).

Áreas arrendadas

O MCP01, no Porto de Santana (AP), é um terminal voltado à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, incluindo grãos e cavaco de madeira. O projeto prevê investimento de R\$ 150,2 milhões, com contrato de 25 anos.

O NAT01, no Porto de Natal (RN), é um terminal projetado para o escoamento de grãos sólidos minerais, com destaque para o minério de ferro. O empreendimento prevê investimentos de R\$ 55,17 milhões e concessão por 15 anos.

Por fim, o POA26, no Porto Organizado de Porto Alegre (RS), é destinado à movimentação e armazenagem de grãos sólidos e tem investimento estimado em R\$ 21,13 milhões, com prazo contratual de 10 anos.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 27/02/2026



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

NOVA CONSULTA PÚBLICA DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS VAI APERFEIÇOAR POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

Contribuições podem ser enviadas até o dia 18 de março pela plataforma Brasil Participativo



Iniciativa visa aprimorar critérios técnicos, prazos e procedimentos associados à obtenção do selo de sustentabilidade. Foto: Divulgação

O Ministério de Portos e Aeroportos abriu, nesta sexta-feira (27), consulta pública para atualizar a Política de Sustentabilidade e o Pacto pela Sustentabilidade. A iniciativa visa receber contribuições para aprimorar critérios técnicos, prazos e procedimentos associados à obtenção do selo de sustentabilidade por parte de operadores portuários, aeroportuários e hidroviários.

A portaria nº 86/2026 que autoriza a abertura da consulta pública está no Diário Oficial da União. As sugestões podem ser enviadas até o dia 18 de março na Plataforma Brasil Participativo e é aberta a sociedade, incluindo setor privado, entidades de classe, órgãos públicos e especialistas.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a escuta ativa da sociedade em temas estratégicos é uma marca do Governo Federal. “A abertura da consulta consolida o compromisso desta gestão com a construção democrática de políticas públicas que estimulam a adesão da

sociedade a práticas sustentáveis que estão na agenda dos debates sobre o futuro do Brasil e do nosso planeta”, explica.

“As contribuições são valiosas para o aprimoramento do instrumento e para uma aferição mais adequada dos compromissos pactuados pelo setor”, salienta a diretora de sustentabilidade do Mpor, Larissa Amorim.

Por meio do Pacto pela Sustentabilidade, entes públicos e privados firmam compromissos que fortalecem iniciativas corporativas que compõem as práticas ESG (ambiental, social e governança, da sigla em inglês). A execução das diretrizes se dará por meio de planos de ação, indicadores de desempenho, parcerias público-privadas, instrumentos normativos e premiações.

“A modernização da Política de Sustentabilidade está de acordo com a implementação de práticas alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030 adotada pela Organização das Nações Unidas”, conclui Amorim.

Após o término da consulta pública, as sugestões serão analisadas pela equipe técnica da Diretoria de Sustentabilidade do ministério. As alterações na política deverão entrar em vigor após publicação de portaria e devem ser seguidas, obrigatoriamente, pelas unidades do Mpor e suas entidades vinculadas e de forma voluntária pelos agentes privados dos setores portuário, aquaviário, aeroviário e aeroportuário.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 27/02/2026

FÓRUM PERMANENTE DOS TRABALHADORES AQUAVIÁRIOS REALIZA 3ª REUNIÃO NO RIO DE JANEIRO

Encontro debateu formação profissional, apresentou dados atualizados da categoria e definiu a agenda de trabalho para 2026



O Fórum fortalece o diálogo entre poder público, setor produtivo e trabalhadores do transporte aquaviário. - Foto: Victor Cassiano/Diretoria de Portos e Costas

A Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), realizou nesta quinta-feira (26), no Rio de Janeiro, a 3ª reunião do Fórum Permanente dos Trabalhadores Aquaviários (FPTA). O encontro reuniu representantes do governo, empresas e trabalhadores para dar continuidade às ações voltadas ao fortalecimento da qualificação

e da valorização da categoria.

A reunião ocorreu na sede da Diretoria de Portos e Costas (DPC), da Marinha do Brasil. Durante o encontro, foram discutidas diretrizes para aprimorar a formação profissional e alinhar as políticas públicas às demandas atuais do setor aquaviário.

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Burlier, coordenador do Fórum, destacou a importância do colegiado como espaço permanente de diálogo entre poder público, setor produtivo e trabalhadores. “A iniciativa contribui para fortalecer o transporte aquaviário brasileiro com foco na valorização profissional”.

O diretor de Navegação e Fomento, Daniel Aldigueri, ressaltou que “a continuidade das reuniões mantém o diálogo ativo entre os diversos atores da navegação nacional e permite acompanhar as necessidades do setor”.

Participaram representantes da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam), da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac) e da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani), além de representantes dos trabalhadores indicados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (Conttmaf), pelo Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços de Máquinas em Transportes Marítimos e Fluviais (Sindifogo) e pelo Sindicato Nacional dos Tripulantes Não Aquaviários (Sindiextraol).

Também estiveram presentes integrantes da Marinha do Brasil, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Transpetro, da Petrobras e do Ministério de Minas e Energia e da Casa Civil.

Formação e capacitação dos aquaviários

Durante a reunião, a Marinha do Brasil apresentou dados atualizados sobre a estrutura profissional do setor. O Brasil conta, atualmente, com 73.238 marítimos ativos. Desse total, 59.331 são habilitados para atuar na área de convés, responsável pela navegação e pelas operações da embarcação, e 13.907 são habilitados para atuar na área de máquinas, responsável pelos motores e sistemas técnicos dos navios. Os números evidenciam a dimensão da categoria e reforçam a importância de investimentos contínuos em formação e atualização profissional.

Ao final da programação, os participantes visitaram a Academia da Transpetro, no Rio de Janeiro, onde conheceram os simuladores de náutica e de máquinas utilizados na capacitação de profissionais que atuam embarcados.

Próximas reuniões

As próximas reuniões do Fórum Permanente dos Trabalhadores Aquaviários estão previstas para a segunda quinzena de maio, agosto e novembro de 2026. A definição do calendário assegura a continuidade dos debates e o acompanhamento das ações voltadas à qualificação e ao desenvolvimento profissional dos aquaviários.

Fórum Permanente dos Trabalhadores Aquaviários

Instituído pela Portaria nº 185, de 11 de março de 2025, o Fórum foi criado para fortalecer o diálogo entre poder público, setor produtivo e trabalhadores do transporte aquaviário.

A iniciativa integra a estratégia do Ministério de promover a organização, a formação e a valorização da categoria.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - MPor

Data: 27/02/2026

LEILÕES DE TRÊS TERMINAIS PORTUÁRIOS GARANTEM MAIS DE R\$ 226 MILHÕES EM INVESTIMENTOS PRIVADOS

Foram contempladas áreas nos portos de Santana (AP), Natal (RN) e Porto Alegre (RS); ministro Silvio Costa Filho afirmou que os projetos vão fortalecer o desenvolvimento regional



Leilão do primeiro bloco de arrendamentos portuários de 2026- Foto: Jonilton Lima/ MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizaram nesta quinta-feira (26), na B3, em São Paulo, o leilão do primeiro bloco de arrendamentos portuários de 2026. O certame assegurou a contratação de três terminais estratégicos, nos portos de Santana (AP), Natal (RN) e Porto Alegre (RS), com previsão de mais de

R\$ 226 milhões em investimentos privados.



O ministro Silvio Costa Filho destacou a confiança do mercado no ambiente regulatório brasileiro e o compromisso do governo com uma agenda equilibrada de grandes projetos e desenvolvimento regional. “Quero agradecer ao setor produtivo brasileiro por, mais uma vez, acreditar no nosso país e na agenda de concessões que estamos conduzindo. Temos trabalhado com atenção tanto aos grandes leilões, como Tecon Santos 10 e São Sebastião, quanto aos projetos que fortalecem o desenvolvimento regional. Esse avanço é resultado de um esforço coletivo de todas as instâncias do Brasil. Nada disso aconteceria sem essa parceria. Quando há um esforço coletivo e vontade de fazer, as coisas efetivamente acontecem”, disse.

Temos trabalhado com atenção tanto aos grandes leilões, como Tecon Santos 10 e São Sebastião, quanto aos projetos que fortalecem o desenvolvimento regional.

Silvio Costa Filho

O diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, destacou o protagonismo do setor portuário na agenda de concessões e o ambiente institucional construído nos últimos anos. “O setor portuário tem sido o carro-chefe no número de leilões, e ficamos muito felizes por estarmos conseguindo dar essa resposta para a sociedade. Isso é reflexo de um ambiente que demonstra segurança jurídica, uma carteira de bons projetos e uma articulação institucional eficaz”, afirmou ele.

Já o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, ressaltou o ritmo da agenda de concessões e o impacto direto dos leilões na ampliação da capacidade logística do país. “Com os certames realizados na atual gestão do governo federal, chegamos a 29 leilões, um marco importante para o Ministério de Portos e Aeroportos. Para efeito de comparação, entre 2019 e 2022 foram realizados 27 leilões. Esse número demonstra o empenho do governo em ampliar investimentos, fortalecer a infraestrutura e aumentar a capacidade operacional dos nossos portos. O resultado aparece na melhoria dos serviços prestados pelos terminais e na maior eficiência logística para quem produz e exporta no Brasil.”

Porto de Santana (AP)

Arrematado pela empresa CS Infra S.A., o Terminal MCP01 é o ativo que receberá o maior volume de investimentos. Com área de 30.546 m² e capacidade dinâmica anual estimada em 1,2 milhão de toneladas, o terminal será destinado à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais.

Com investimentos estimados em R\$ 150,2 milhões e prazo contratual de 25 anos, o projeto de concessão prevê melhorias em infraestrutura, aquisição de equipamentos e intervenções em áreas comuns do porto.

O presidente da CS Infra, Fernando Quintas, destacou a experiência da empresa. “A experiência já adquirida em outros portos, como no de Aratu, na Bahia, é o que dá base para a CS Infra integrar uma operação eficiente, segura e com alto padrão de serviços também no Porto de Santana”, afirmou.

Porto de Natal (RN)

Arrematado pela Fomento do Brasil Mineração S.A., o terminal nordestino ocupa área de 20.368,15 m² e será voltado à movimentação de grãos sólidos minerais. O contrato terá prazo de 15 anos e prevê cerca de R\$ 55 milhões em investimentos.

As obras civis, estimadas em aproximadamente R\$ 31 milhões, incluem pavimentação, instalação de sistema de drenagem para efluentes de minério e construção de uma barreira de vento de 11 metros. Outros R\$ 24 milhões serão destinados à aquisição de equipamentos, como carregador móvel de navios, seis pás carregadeiras, balanças rodoviárias e canhões de névoa.

Em seu discurso, o CEO e fundador da Fomento do Brasil, Anuj Timblo, destacou a importância do projeto. “Para a Fomento, esse projeto representa muito mais que um investimento; representa uma parceria de longo prazo”, afirmou.

Porto de Porto Alegre (RS)

O Sul do país também foi contemplado. Arrematado pelo Consórcio Portos do Sul, formado pelas empresas Soluções Inteligentes Operadores Portuários Ltda e Simetria Transportes e Armazéns Gerais Ltda, o Terminal POA26 receberá investimentos de R\$ 21,13 milhões, com contrato de 10 anos.

Em uma área de 22.052,40 m², o terminal será destinado à movimentação e armazenagem de grãos sólidos, como grãos e fertilizantes. O projeto prevê a construção de armazéns e a modernização da infraestrutura existente.

“Hoje é dia de comemorar, mas amanhã é dia de arregaçar as mangas para esse desafio”, afirmou o diretor do consórcio, João Ricardo de Andrade Chaves.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/02/2026

FNAC VAI LIBERAR ATÉ R\$ 4 BILHÕES EM LINHAS DE CRÉDITO PARA COMPANHIAS AÉREAS

Governo aprovou marco regulatório para liberação de seis linhas de financiamento via BNDES



Financiamento poderá ser utilizado para aquisição de aviões, motores e combustível SAF, por exemplo. - Foto: Jefferson Ferreira/MPor

O Comitê Gestor do Fundo Nacional de Aviação Civil (CGFNAC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovaram, nesta semana, suas respectivas resoluções que estabelecem o marco regulatório para a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) como linha de crédito para empresas aéreas brasileiras. A medida autoriza a liberação de até R\$ 4 bilhões em financiamentos, distribuídos em seis linhas de crédito.

Com as aprovações, fica definido o ambiente regulatório necessário para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possa estruturar e ofertar as carteiras de crédito ao setor. A expectativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) é de que as primeiras operações sejam contratadas até o fim do primeiro semestre deste ano.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, as políticas públicas devem ser orientadoras do comportamento desejado. "Se estamos emprestando recursos com taxa de juros privilegiada, é necessário que haja benefícios diretos para a população, como a redução da emissão de gases de efeito estufa", afirmou.

As normas gerais para concessão dos financiamentos, bem como as contrapartidas haviam sido aprovadas pelo CMN, em dezembro de 2025, contudo, foram revisadas com o objetivo de aprimorar a efetividade da política, adequar as regras à realidade do setor e ampliar a segurança jurídica das operações, o que deve facilitar o acesso aos recursos.

De acordo com os documentos aprovados, as empresas com mais de 5% de participação no mercado doméstico poderão acessar até R\$ 1,2 bilhão cada, as demais empresas terão limite de contratação de até R\$ 200 milhões. Os valores estão liberados para execução neste ano, com a possibilidade de novo aporte no futuro.

O secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, explicou que o Comitê Gestor do Fnac avaliou aprimoramentos nas regras de contrapartidas, após manifestações das empresas, com o objetivo de ampliar e facilitar o acesso ao crédito. "Ouvimos as empresas e o mercado e provemos os ajustes necessários de modo a conferir maior proporcionalidade às contrapartidas exigidas para o acesso aos recursos do Fnac", afirmou.



“Estamos disponibilizando recursos públicos, de forma subsidiada, mas exigindo das empresas contrapartidas de investimentos que devem reforçar o crescimento do setor aéreo. Ou seja, esses valores voltarão em benefício aos brasileiros”, concluiu.

Os recursos do Fnac poderão ser utilizados em seis linhas de financiamento, priorizando produtos e serviços nacionais:

1. na aquisição de combustível sustentável de aviação (SAF);
2. na manutenção de aeronaves,
3. manutenção de motores;
4. aquisição de aeronaves, motores, peças, componentes associados e serviços acessórios, inclusive ações de capacitação e treinamento de aeronautas e aeroviários com limite de até 30% do valor da aeronave;
5. pagamento antecipado de aeronaves;
6. e infraestrutura logística.

As empresas também poderão utilizar os recursos para contratação de garantias contratuais, inclusive seguros garantia, relacionados aos respectivos financiamentos

As taxas de juros serão diferenciadas conforme a finalidade do crédito, com 6,5% ao ano para as linhas de SAF e infraestrutura logística, 7% ao ano para manutenção de aeronaves e motores e 7,5% ao ano para aquisição de aeronaves.

Contrapartidas ambientais e regionais

Para acessar os financiamentos, as empresas deverão cumprir contrapartidas obrigatórias, voltadas ao fortalecimento da cadeia produtiva nacional, à sustentabilidade ambiental e à ampliação da conectividade regional.

Entre as principais estão o incremento de 15% na proporção de frequências operadas em regiões da Amazônia Legal e no Nordeste em relação ao ano anterior. Ou que pelo menos 17,5% das decolagens anuais sejam nessas localidades. As companhias terão até 24 meses para atingir esse percentual e devem manter esse número por, no mínimo, um ano após atingir a meta. Na primeira versão do texto, os percentuais eram de 30% e 20% respectivamente e o prazo de 18 meses.

Entra também na contrapartida o compromisso de aquisição de SAF que assegure uma redução adicional das emissões de CO₂, acima da meta legal vigente que prevê diminuição de um ponto percentual ao ano até alcançar 10%.

As companhias beneficiadas também deverão aderir ao Pacto da Sustentabilidade do MPor, adotando práticas de ESG, além de ampliar a proporção anual de voos na Amazônia Legal e no Nordeste, em comparação com os números registrados em 2025. Outra exigência é de que, durante o período de carência de algumas linhas de financiamento, as empresas que acessarem os recursos do Fnac não poderão ampliar a distribuição de lucros aos acionistas.

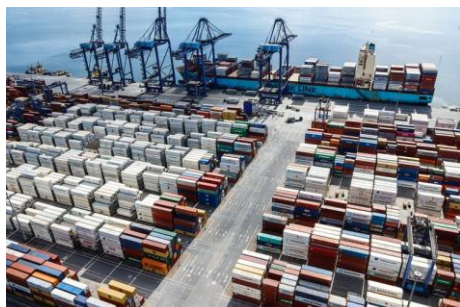
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 26/02/2026

PORTOS DA REGIÃO SUL REGISTRAM MELHOR MOVIMENTAÇÃO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Alta de 5,4% em 2025 consolida maior volume da série histórica recente

A região portuária do Sul do Brasil registrou, em 2025, a movimentação de quase 200 milhões de toneladas, um aumento de 5,4% em relação ao ano anterior, tendo o melhor desempenho dos últimos cinco anos. Os dados, divulgados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq),

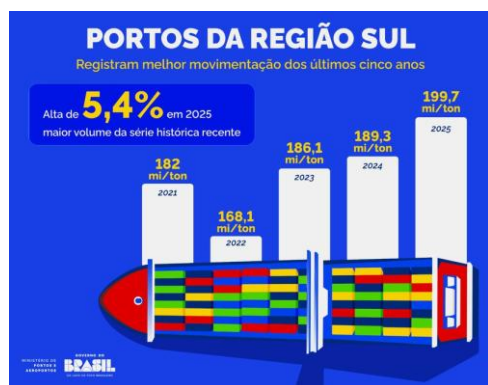
contabilizam tanto a operação de portos públicos (129 milhões de toneladas) quanto de terminais de uso privado (69,9 milhões de toneladas).



As instalações com maior movimentação foram os portos de Paranaguá (66,4 milhões de toneladas), Rio Grande (31,6 milhões), São Francisco do Sul (17,5 milhões), Itapoá (16,1 milhões) e o Terminal Aquaviário de Osório (10,7 milhões).

Foto: Divulgação/Mpor

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o resultado demonstra a eficiência do sistema portuário e a assertividade dos investimentos realizados no setor. “Estamos fortalecendo a infraestrutura portuária com planejamento, modernização e novos investimentos. O crescimento consistente da movimentação no Sul mostra que o Brasil está ampliando sua competitividade e garantindo melhores condições para exportar, gerar emprego e desenvolver as regiões”, afirmou.



Movimentação dos últimos cinco anos nos portos da região Sul

Perfil das cargas

Os graneis sólidos, impulsionados por soja, fertilizantes e cereais, responderam pela maior parte da movimentação, com 90,9 milhões de toneladas. Na sequência, os graneis líquidos (petróleo, combustíveis, óleos animais e vegetais) totalizaram 33,7 milhões de toneladas. O destaque, entretanto, fica por conta do expressivo avanço da movimentação de cargas containerizadas, que cresceu 12,5% em relação a 2024, alcançando 58,9 milhões de toneladas. A carga geral (alimentos, produtos químicos, matérias-primas etc.) também registrou alta de 4,5%, com 16,2 milhões de toneladas movimentadas.

No recorte por perfil de transporte, a expressiva maioria da movimentação em 2025 foi de longo curso, com 152,3 milhões de toneladas (alta de 5,8%), sendo China, Singapura e Irã os principais destinos das cargas embarcadas. A cabotagem passou de 26,1 milhões para 26,8 milhões de toneladas, crescimento de 2,96%. Já o transporte por vias interiores registrou aumento de 4,41%, com 6,7 milhões de toneladas movimentadas.

Investimentos e modernização

Para dar prosseguimento aos investimentos da logística portuária na região, o Ministério de Portos e Aeroportos segue ampliando a carteira de investimentos portuários. A sessão pública do segundo bloco de leilões portuários, que totaliza mais de R\$ 226 milhões em investimentos privados, será realizada nesta quinta-feira (26), na sede da B3, em São Paulo. Na ocasião, serão recebidas, abertas e classificadas, as propostas econômicas referentes aos contratos de arrendamento.

Entre os destaques que serão leiloados, está o Terminal POA26, no Porto de Porto Alegre (RS), destinado à movimentação e armazenagem de granel sólido vegetal, que receberá R\$ 21,13 milhões em investimentos, com contrato de arrendamento válido por 10 anos. A iniciativa contribui para a modernização da infraestrutura e o aumento da capacidade operacional dos portos da região Sul.

Além disso, são previstos R\$ 26,8 bilhões em investimentos na Região Sul, sendo R\$ 24 bilhões para a construção de uma nova unidade industrial de celulose em Barra do Ribeiro (RS) e R\$ 2,8 bilhões em investimentos para a construção de embarcações (Programa Mar Aberto), ampliando o escoamento da produção e fortalecendo a competitividade das exportações brasileiras.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/02/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

EM CARAVANA FEDERATIVA, RENAN FILHO AUTORIZA R\$ 492 MILHÕES PARA ARCO METROPOLITANO DE MACEIÓ E DUPLICAÇÃO DA BR-104/AL

Ordens de serviço garantem ampliação de capacidade, mais segurança viária e integração logística na Região Metropolitana e no interior do estado



Com investimento de R\$ 217,8 milhões, a segunda etapa do Arco Metropolitano prevê a implantação e duplicação de 15 quilômetros da BR-316, em Pilar. - Foto: Felipe Brasil/MT

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou nesta quinta-feira (26), durante a 16ª Caravana Federativa, duas ordens de serviço que autorizam o início das obras da segunda etapa do Arco Metropolitano de Maceió, no entroncamento com a BR-316/AL, e a duplicação de trecho da BR-104/AL. O aporte supera

R\$ 492 milhões, com recursos do Novo PAC, do Governo do Brasil.

A segunda etapa do Arco Metropolitano de Maceió prevê a implantação e duplicação de aproximadamente 15 quilômetros da BR-316, entre o entroncamento com a BR-424 e o Antigo Trevo da Morte, no município de Pilar. O investimento é de R\$ 217,8 milhões.

“É um conjunto de obras estruturantes que vai retirar o tráfego de veículos pesados de dentro da capital, desafogar o trânsito, garantir mais fluidez no dia a dia da população e reforçar a segurança de quem chega e de quem sai de Alagoas”, afirmou o ministro.

As intervenções preveem implantação, duplicação, pavimentação, adequação de capacidade, reforço na segurança viária e eliminação de segmentos críticos em dois dos principais corredores rodoviários do estado.

Com investimento de R\$ 274,5 milhões, o trecho da BR-104 entre União dos Palmares e Branquinha será modernizado ao longo de 12,7 quilômetros. A rodovia é estratégica para a integração regional e conecta Alagoas a polos de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A obra se soma a outro segmento de 28,3 quilômetros, entre Messias e Branquinha, que recebeu ordem de serviço em dezembro de 2025. Com isso, os aportes na BR-104 já chegam a R\$ 756,3 milhões.

“Queremos duplicar toda a BR-104. Esse é nosso compromisso: em um futuro próximo, ninguém mais vai trafegar em pistas simples nas rodovias de Alagoas”, concluiu Renan Filho.

Desde 2023, o Ministério dos Transportes retomou obras estratégicas em Alagoas. A pasta entregou a BR-416/AL, na Serra da Catita, após mais de duas décadas de espera; iniciou as obras do VLT em Arapiraca, ligando a estação João Paulo II à Universidade Federal de Alagoas (UFAL); e a ponte Penedo–Neópolis, que eliminará a travessia de balsa sobre o Rio São Francisco.

Caravana Federativa

Durante a Caravana Federativa, o Ministério também prestou atendimento técnico a gestores municipais e estaduais, com apoio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As equipes orientaram sobre projetos de infraestrutura, educação para o trânsito e o programa CNH do Brasil, reforçando a carteira de entregas e investimentos do Governo do Brasil no estado.



A Caravana contou ainda com a presença da ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann; da ministra das Mulheres, Márcia Lopes; do ministro do Turismo, Gustavo Feliciano; e do ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, além de lideranças locais.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 27/02/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O CAMINHO DAS ÁGUAS NÃO PODE RETROCEDER

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A recente revogação do decreto federal que previa os estudos para a concessão das hidrovias dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins é um movimento que, embora busque pacificar conflitos sociais imediatos, impõe um freio preocupante à modernização logística do Brasil. Ao ceder à pressão de protestos que culminaram em invasões de terminais privados, o Governo Federal evita o confronto direto, mas não pode se esquivar do debate central: o desenvolvimento da Amazônia e o escoamento da produção nacional dependem, inevitavelmente, do aproveitamento sustentável de seus rios.

A importância da implantação e concessão de hidrovias na região amazônica é uma questão de sobrevivência econômica e responsabilidade ambiental. Como bem pontuou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o trabalho da Secretaria de Hidrovias e os estudos técnicos devem permanecer. O Brasil não pode mais se dar ao luxo de ignorar o modal mais eficiente, barato e menos poluente de que dispõe. Transportar cargas por rios, em substituição a milhares de caminhões em rodovias precárias que rasgam a floresta, é a estratégia mais inteligente para reduzir o “Custo Brasil” e a pegada de carbono do agronegócio.

A contundência deste editorial reside no alerta de que manifestações, embora legítimas em sua essência democrática, não podem se tornar ferramentas de paralisia do progresso nacional. O direito ao protesto e a necessidade de consulta às comunidades tradicionais são pilares inegociáveis, mas devem ocorrer dentro dos ritos institucionais, e não por meio de ocupações ilegais de escritórios ou bloqueios operativos. O recuo estratégico do Governo, motivado pela segurança, deve ser sucedido por um esforço redobrado de diálogo e esclarecimento: a concessão não é a “privatização dos rios”, mas a garantia de sinalização, dragagem e segurança para quem navega.

O Arco Norte consolidou-se como a saída preferencial para a produção do Centro-Oeste. Sem hidrovias modernas e geridas com eficiência pela iniciativa privada, o Brasil continuará refém de uma logística cara e de uma infraestrutura que opera no limite. O Governo precisa ter a firmeza de avançar com os estudos técnicos, transformando o potencial hídrico da Amazônia em uma vantagem competitiva real.

É hora de o País decidir se quer manter seus rios como barreiras geográficas ou transformá-los em avenidas de desenvolvimento. A revogação do decreto pode ter sido um passo atrás para a segurança, mas a retomada dos estudos deve ser o salto à frente necessário para que a infraestrutura brasileira não fique ancorada no passado. O desenvolvimento do Brasil, afinal, não pode ser interrompido; ele precisa fluir com a força das nossas águas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - O MAIOR PROBLEMA NA SUA LIDERANÇA PODE SER VOCÊ!



RAUL LAMARCA
CEO do Hub Livre

opinioao@portalbenews.com.br



Introdução — Quando o cansaço deixa de ser operacional.

Existe um momento na liderança em que o cansaço deixa de ser apenas operacional. Você trabalha, decide, conversa, ajusta rota... E mesmo assim os conflitos continuam voltando. O time não responde como deveria. As responsabilidades parecem sempre cair nas mesmas mãos. E a sensação é de estar carregando tudo sozinho.

Nessa hora, a reação mais comum é procurar o problema fora. O time não amadureceu. As pessoas não têm postura. Falta comprometimento. Falta responsabilidade.

Só que, na maioria das vezes, o problema não está apenas no jogo sendo jogado. Está no campo onde o jogo acontece.

Liderança começa por dentro, não por fora.

O fim do esconderijo técnico.

Quando alguém assume um papel técnico, ainda existe um lugar confortável onde é possível se esconder atrás da execução. O trabalho fala por si. O erro é corrigido com mais esforço. O reconhecimento vem pela entrega individual.

Na liderança, isso acaba. O que aparece não é apenas o seu resultado. É a sua estrutura interna. E a equipe reage a ela o tempo todo.

Como seus gargalos internos aparecem na equipe.

Se existe insegurança, o time percebe e testa. Se existe necessidade de aprovação, alguns colaboradores rapidamente entendem que podem empurrar limites. Se há medo de errar em público, as pessoas começam a evitar responsabilidade e o problema volta para você. Se existe dificuldade em sustentar tensão, decisões começam a ser adiadas até o cenário ficar maior do que deveria.

Isso não acontece por maldade. Acontece porque a liderança expõe gargalos que antes estavam escondidos.

O ciclo invisível da liderança frágil.

E aí nasce um ciclo silencioso. O líder evita um conflito para manter o clima. O time interpreta isso como falta de critério. Começa a testar limites. O líder cede para evitar desgaste. O respeito diminui. A frustração aumenta.

E o ciclo recomeça.

Esse processo não é técnico. É emocional. É falta de autoliderança.

O que é autoliderança na prática.

Nenhuma equipe compensa um chefe desorganizado por dentro.

Autoliderança não é conceito abstrato. É prática. É sustentar o desconforto quando a conversa é difícil. É frustrar alguém sem carregar culpa por isso. É decidir sem esperar aplauso. É corrigir comportamento sem precisar ser agressivo para se impor.

Enquanto o líder fugir dessas travessias internas, ele e o time continuarão pagando a conta.

O estágio mais maduro da liderança.

O estágio mais maduro da liderança não começa quando você encontra o método certo. Começa quando você assume uma verdade desconfortável: eu faço parte do problema.

E, em muitos casos, vai um passo além: eu sou o problema. Não porque você seja incapaz. Mas porque liderança exige evolução interna proporcional à responsabilidade externa. É mais fácil corrigir processo, trocar ferramenta ou mudar organograma do que olhar para dentro. Só que é esse olhar que transforma a liderança de verdade.

Conclusão.

Liderança não começa no cargo, no organograma ou no método. Começa no momento em que o líder suporta olhar para a própria responsabilidade sem terceirizar o problema.

É esse ponto, e não o discurso, que muda a forma como a equipe responde.

No fim, a pergunta não é se sua equipe precisa melhorar. Toda equipe precisa. A pergunta é: você já organizou o suficiente dentro de si para liderar o que está fora?

Raul Lamarca escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às sextas-feiras

ANTES DE CORRIGIR O TIME, TODO LÍDER PRECISA ENCARAR A PRÓPRIA ESTRUTURA INTERNA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - FILHO DE LULA PEDE ACESSO A INQUÉRITO DO INSS APÓS TER NOME CITADO POR TESTEMUNHA

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



ACESSO AOS AUTOS

Fábio Luiz Lula da Silva, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acionou seus advogados de defesa para protocolar pedido no Supremo Tribunal Federal para ter acesso aos autos do inquérito que apura irregularidades em descontos do INSS. Lulinha não foi alvo de nenhuma fase da operação Sem Desconto, porém, o nome dele é citado por uma testemunha do caso. De acordo com essa testemunha, o filho de Lula teria atuado junto com o lobista Antônio

Camilo Antunes, o “careca do INSS”, para destravar negócios no Ministério da Saúde.

DEFESA

A defesa de Lulinha emitiu nota em que ele se coloca à disposição do Supremo para prestar “qualquer esclarecimento eventualmente necessário”, com a ressalva de que tivesse, antes, acesso às informações da investigação, que tramita em sigilo. O pedido foi feito no fim do mês passado, mas o ministro André Mendonça, relator no STF, ainda não deu resposta.

APOIO

As bancadas do Partido Liberal e da oposição na Câmara dos Deputados oficializaram o apoio à candidatura do deputado federal Hélio Lopes (PL-RJ) para a vaga no Tribunal de Contas da União. Líderes de cada uma das duas bancadas, Sóstenes Cavalcante (RJ) e Cabo Gilberto Silva (PB), respectivamente, afirmaram que a decisão foi tomada “em sintonia” com o ex-presidente Jair Bolsonaro, e que a candidatura de Hélio já conta com o apoio de mais de 80 assinaturas.

NEGATIVO

A senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura do governo Bolsonaro, negou que tenha sido convidada para ser vice de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), na chapa do pré-candidato à presidência da República. Segundo ela, ainda “está cedo” para uma decisão como essa, e “vice é uma das últimas escolhas que se faz em uma campanha eleitoral”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

POLÍTICA - PL ANTIFACÇÃO EXCLUI ‘ANDAR DE CIMA’ DO CRIME, DIZ SARRUBBO

Ex-secretário nacional de Segurança Pública faz críticas ao texto aprovado na Câmara por inviabilizar recursos para estados

Da Agência Brasil

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados para o Projeto de Lei Antifacção vai dificultar a punição das grandes lideranças do crime organizado no país. Segundo o ex-secretário nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, as dificuldades serão, inclusive, financeiras, uma vez que, por questões políticas, os deputados inviabilizaram recursos que seriam obtidos junto às bets para abastecer o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Sarrubbo foi o entrevistado do programa Alô Alô Brasil, da Rádio Nacional, nesta quinta-feira (26). Ele explicou que, se o texto for sancionado na versão atual, a lei criada “atingirá apenas a base das organizações criminosas”, deixando de lado aqueles que, segundo ele, “estão no andar de cima”.



Segundo Mario Sarrubbo, se a lei for sancionada como está, “atingirá apenas a base das organizações criminosas”

“Era contra eles [os verdadeiros comandantes das organizações criminosas] que a gente queria avançar”, acrescentou ao ressaltar que o foco do texto se restringiu aos crimes violentos, liberando os políticos ligados ao crime organizado, bem como aqueles que, de fato, financiam o

crime.

A versão apresentada pelo relator do PL antifacção na Câmara, Guilherme Derrite (PP-SP), rejeitou as alterações feitas no Senado, o que, na avaliação de Sarrubbo, prejudicou até mesmo a destinação de recursos aos estados, para o combate às organizações criminosas, uma vez que excluiu a taxação das bets para a criação do FNSP.

“A Câmara não quis dar recursos para esse fundo por razões políticas. O Derrite [relator na Câmara] retirou isso do texto. Seriam R\$ 30 bilhões [que iriam das Bets] para o FNSP. Recursos que, na verdade, iriam para os estados, porque esse não é um recurso do governo federal.”

Coração financeiro

Ele lembrou que a proposta inicial criava “mecanismos para atingir os que atuam na Faria Lima e em Fintechs; quem financia essas organizações criminosas”, disse o ex-secretário. “A Faria Lima não pega fuzil”, acrescentou ao se referir à Operação Carbono Oculto, que identificou um esquema criminoso que teria movimentado recursos de organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Sarrubbo ressaltou que a ideia defendida pelo governo é a de asfixiar financeiramente as facções criminosas.

“A hora de subir o morro é após conseguirmos estancar o fluxo financeiro das organizações criminosas, quando elas estiverem sem fuzis, desorganizadas e sem conseguir pagar para os seus olheiros. Aí sim a gente [as forças de segurança] pode agir com consistência. Com baixa letalidade e com muita eficiência, a gente começa a tomar esses territórios.”

Nesta quarta, o presidente da Câmara Hugo Motta anunciou que a possível futura lei deverá ser batizada com o nome do ex-ministro Raul Jungmann, que morreu no mês passado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

POLÍTICA - CPMI DO INSS APROVA QUEBRA DE SIGILO DE LULINHA

Filho do presidente é citado na decisão do STF que autorizou nova fase da Operação Sem Desconto, que investiga fraude no instituto

Da Agência Brasil

Os integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aprovaram, nesta quinta-feira (26), as quebras de sigilos bancários e fiscais do empresário Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O pedido de elaboração de relatórios de inteligência financeira e de quebra dos sigilos bancário e fiscal de Lulinha foi solicitado pelo deputado Alfredo Gaspar (União/AL).



Silva é citado na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que autorizou a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) a realizarem, em 18 de dezembro de 2025, uma nova fase da Operação Sem Desconto, que investiga o esquema nacional de descontos associativos não autorizados que lesou milhões de aposentados e pensionistas de todo o Brasil.

Mensagens que a PF extraiu do celular de Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, principal operador do esquema criminoso, citam o repasse de ao menos R\$ 300 mil para “o filho do rapaz” – que, segundo os investigadores, seria uma alusão a Lulinha.

“A quebra dos sigilos bancário e fiscal, bem como o acesso ao Relatório de Inteligência Financeira (RIF) de Fabio Luis Lula da Silva, tornam-se imperativos técnicos para a CPMI do INSS”, afirmou o deputado Alfredo Gaspar ao justificar seu requerimento.

Em nota, a defesa de Silva afirmou que o cliente não tem nenhuma relação com as fraudes contra os beneficiários do INSS, não tendo participado de desvios nem recebido quaisquer valores de fontes criminosas.

“Diante da incessante campanha midiática reproduzindo dados parciais e sigilosos de uma investigação em andamento, entendi ser necessário requerer ao STF acesso à investigação”, revelou o advogado Guilherme Suguimori Santos.

O advogado informou que Silva se colocou à disposição do Supremo para prestar esclarecimentos, tão logo a defesa tenha acesso aos autos do processo. “O acesso aos autos ainda não foi concedido a Silva, o que impede qualquer outra manifestação atual, uma vez que trabalhamos com fatos e provas, não com o combate contra conjecturas inverificáveis”, argumentou o advogado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

POLÍTICA - EMPRESÁRIO SE MANTÉM EM SILÊNCIO EM DEPOIMENTO À COMISSÃO

Convocado a depor na condição de testemunha do esquema criminoso que desviou bilhões de reais de aposentados e pensionistas do INSS, o empresário Paulo Camisotti permaneceu em silêncio ao depor à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, nesta quinta-feira (26).

Apontado como dirigente de mais de 20 empresas investigadas no âmbito da Operação Sem Desconto, o empresário de 33 anos é filho e sócio do também empresário Maurício Camisotti, preso desde setembro de 2025, acusado de envolvimento na fraude que lesou milhões de segurados do INSS em todo o país.

Amparado por um habeas corpus e orientado por seu advogado, Paulo Camisotti usou o direito constitucional de não responder às perguntas que o pudessem incriminar. O primeiro a questioná-lo foi o relator da comissão, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), a quem o empresário limitou-se a confirmar apenas ser presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Saúde e Benefícios (ABCS) e filho de Maurício Camisotti, deixando de responder inclusive se já foi condenado em algum processo judicial.

Ao interrogar Paulo Camisotti, o relator da comissão apontou que as empresas da família Camisotti movimentaram mais de R\$ 800 milhões, sendo “mais de R\$ 350 milhões diretamente para eles”, tendo o pai de Paulo, Maurício Camisotti, o grande beneficiário do esquema.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

POLÍTICA - MENDONÇA DESOBRIGA IRMÃOS DE TOFFOLI A IREM À CPI DO CRIME ORGANIZADO

A convocação deles havia sido aprovada em conjunto com a quebra de sigilo da empresa em que são sócios

Do Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Na dré Mendonça acolheu um pedido apresentado pelos irmãos do ministro Dias Toffoli e os dispensou de comparecer para prestar depoimento à CPI do Crime Organizado no Senado.

A convocação deles havia sido aprovada na quarta-feira, 25, em conjunto com a quebra de sigilo da empresa Maridt, em que eles são sócios com Toffoli.

“Ante o exposto, estando patente a objeção da defesa dos requerentes José Eugênio Dias Toffoli e José Carlos Dias Toffoli defiro o pleito formulado na Petição nº 20501/2026, para afastar a obrigatoriedade de comparecimento, transmudando-a em facultatividade, deixando a cargo dos requerentes a decisão de comparecer, ou não, à ‘CPI do Crime Organizado’”, escreveu na decisão.

A decisão não cita as quebras de sigilo bancário. A CPI havia decidido pela convocação deles e pela quebra do sigilo da empresa dos Toffoli com o objetivo de obter informações sobre a suspeita de pagamentos feitos pelo banqueiro Daniel Vercaro e pelo Banco Master.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

POLÍTICA - TSE APROVA TRANSPORTE GRATUITO PARA ELEITORES COM MOBILIDADE REDUZIDA

No Brasil, há 1,45 milhão de eleitores com algum tipo de deficiência ou dificuldade para o exercício do voto

Do Estadão Conteúdo



O TSE quer formalizar uma iniciativa que já era tomada por alguns Tribunais Regionais Eleitorais para facilitar o acesso dos eleitores com deficiência às urnas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou nesta quinta- - feira, 26, uma resolução que garante transporte gratuito a eleitores com deficiência ou com mobilidade reduzida para se locomover até o local de votação. A norma vem na esteira de uma preocupação do TSE com a abstenção, que vem

crescendo a cada pleito.

“O programa busca reduzir distorções decorrentes de exclusões, por vezes invisibilizadas, com impacto direto na diminuição das abstenções involuntárias”, afirmou o relator, ministro Kassio Nunes Marques.

De acordo com estatísticas do TSE, existem hoje 1,45 milhão de eleitores com algum tipo de deficiência ou dificuldade para o exercício do voto. O número representa cerca de 1% do eleitorado apto a votar - 155.912.680 pessoas.

Em 2022, o então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso liberou os prefeitos a oferecerem transporte público gratuito no segundo turno das eleições gerais daquele ano. A decisão foi ampliada pelo plenário em 2023, quando a Corte decidiu que o poder público tem o dever de fornecer o transporte aos eleitores em todas as eleições.

Com a resolução aprovada nesta quinta, o objetivo do TSE é formalizar uma iniciativa que já era tomada por alguns Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) para facilitar o acesso dos eleitores com deficiência às urnas.



Segundo a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, a ideia é “também permitir que haja gratuidade e possibilidade de transporte para aqueles que, mesmo o transporte gratuito sendo disponibilizado por todos os órgãos, não conseguem acessar”.

Campanhas

O TSE começou a julgar nesta quinta as resoluções que vão orientar o pleito de outubro. O prazo é até o próximo dia 5. O relator é Nunes Marques, vice-presidente da Corte. Ele vai assumir a presidência neste ano e estará à frente do Tribunal durante as eleições.

As instruções incluem normas para a propaganda eleitoral para controlar a desinformação impulsionada pela inteligência artificial (IA) na campanha. Essa parte será analisada na segunda-feira, 2, quando a Corte retomará o julgamento das normas. A sessão desta quinta já foi encerrada.

Nas minutas divulgadas em 19 de janeiro, Nunes Marques havia mantido para a IA as mesmas regras de 2024, que vedam a publicação de deepfakes e exigem a rotulagem de conteúdos criados com auxílio de IA.

Entre as novidades, o ministro sugeriu um trecho que afasta a possibilidade de enquadrar como propaganda eleitoral antecipada a veiculação de conteúdos críticos aos governos. As sugestões foram criticadas pelo PT, que vê uma quebra na isonomia entre os candidatos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

POLÍTICA - SENADOR ACONSELHA LULA A EVITAR EMBATE COM FLÁVIO AGORA

Jaques Wagner diz que o presidente tem que se preocupar em governar neste momento

Do Estadão Conteúdo

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), avaliou nesta quinta-feira, 26, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não deveria investir em criar um embate, neste momento, com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), tido hoje como principal adversário do petista nas eleições.

“O presidente tem que se preocupar em governar. A hora da eleição, que vai ser basicamente a partir de junho e julho, aí evidentemente o debate vai se estabelecer, vai ter debate na televisão, em rádio, nos palanques, vai ser a coisa”, declarou em entrevista à CNN Brasil.

Wagner disse que “fanatizações vão interferir na eleição”, mas que considera ainda ser cedo para travar embates públicos, apesar de pesquisas eleitorais apontarem uma aproximação entre Lula e Flávio nas intenções de voto.

O senador afirmou ainda considerar natural que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tenha indicado Flávio para ficar com sua “herança” política.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

POLÍTICA - CAROL DE TONI AGRADECE APOIO DE MICHELLE BOLSONARO

A deputada federal foi confirmada como candidata do PL ao Senado por Santa Catarina

Do Estadão Conteúdo

A deputada federal Caroline de Toni (PL-SC) agradeceu à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro pelo apoio à sua candidatura ao Senado por Santa Catarina. Pré-candidato à Presidência da República, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) confirmou nesta quarta-feira, 25, que a parlamentar integrará a chapa do partido no Estado.

Caroline fez o agradecimento ao republicar um story (publicação que some em 24h) de Michelle no Instagram. A publicação contém duas fotos: em uma, a deputada aparece ao lado da ex-primeira-

dama; na outra, está com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante uma manifestação. “Você foi peça fundamental para o dia de hoje (quarta-feira, 25). Muito obrigada pela amizade, apoio e carinho de sempre. Conte sempre comigo”, escreveu.

Na postagem original, Michelle reafirmou seu apoio à deputada. A ex-primeira-dama vinha defendendo o nome de De Toni para a disputa ao Senado em meio a um impasse interno no PL.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - POMINI NEGA REPASSE DE PROPINA AO EX-PRESIDENTE DO INSS APÓS RELATÓRIO DA PF

Presidente da APS afirma que pagamento foi por trabalho jurídico prestado ao PSB; PF aponta que dinheiro teria como destino real Alessandro Stefanutto, ex-chefe do INSS

Por **MARIANA NEROME** redacao.jornal@redebenews.com.br



A Operação Sem Desconto investiga um esquema de desvio de recursos do INSS por meio de associações que realizavam descontos irregulares em benefícios de aposentados

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, negou que tenha envolvimento no caso do desvio de recursos de aposentados, a partir de descontos irregulares em benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Segundo informações divulgadas nesta quinta-feira, dia 26, a investigação da Polícia Federal sobre o caso apontou que o executivo recebeu R\$ 250 mil em outubro de 2022, portanto antes de ter assumido o comando do Porto de Santos (SP), o principal do Brasil.

Segundo Pomini, a quantia recebida foi um pagamento por serviços jurídicos prestados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ele nega ter repassado qualquer valor ao ex-presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, como indica o relatório da PF. A defesa de Stefanutto também refuta as acusações e contesta que ele seja o destinatário real do dinheiro.

A declaração do presidente da APS vem após a divulgação de resultados da investigação da PF, que apontaram que Pomini teria recebido um cheque nominal de R\$ 250 mil de uma empresa chamada To Hire Cars. Mas, conforme a apuração policial, o destinatário real da quantia seria Stefanutto, identificado nas investigações pelo codinome “Italiano”.

O atual ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, Márcio França (PSB), que indicou Anderson Pomini ao cargo em 2023, quando chefiava o Ministério de Portos e Aeroportos, afirmou em nota que o presidente do Porto “já advogou e assessorou diversos serviços profissionais para o PSB”. E o descreveu como “excelente e renomado profissional”.

De acordo com o presidente da APS, as medidas judiciais cabíveis já foram adotadas perante a instância competente. “Aguardo, com serenidade e confiança, a apreciação e decisão que certamente restabelecerá a plena verdade dos fatos. Permaneço, como sempre estive, à disposição das autoridades e da sociedade para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários”, enfatiza.

Investigação

A Operação Sem Desconto, em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF), investiga um esquema de desvio de recursos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de associações que realizavam descontos irregulares em benefícios de aposentados.

No centro das apurações está a Conafer, entidade que, segundo a PF, recebeu R\$ 708 milhões do INSS, dos quais R\$ 640 milhões teriam sido desviados por meio de empresas de fachada.

A To Hire Cars, empresa da qual partiu o cheque para Pomini, era controlada por Cícero Marcelino de Souza Santos e Ingrid Pikinskeni Moraes Santos, apontados pela PF como operadores financeiros da Conafer. A polícia descreve a To Hire como uma das várias empresas intermediárias que “receberam centenas de milhões de reais e, aparentemente, sequer possuem móveis e funcionamento de fato”.

Nas trocas de mensagens obtidas pela investigação, Cícero e o presidente da Conafer, Carlos Roberto Ferreira Lopes, fazem referências aos R\$ 250 mil como valores destinados ao “Italiano”. Em algumas passagens, os investigados associam o termo diretamente a ele.

As datas e os valores citados nas conversas coincidem com depósitos identificados na conta do ex-presidente do INSS. Ao todo, a PF aponta que Stefanutto recebeu R\$ 4 milhões em propina, intermediados por escritórios de advocacia, uma imobiliária e uma pizzaria chamada Delícia Italiana Pizzas.

Conexão

Pomini conheceu Stefanutto por meio do PSB de São Paulo, partido do qual o ex-presidente do INSS era membro-fundador. O presidente do Porto de Santos foi alvo de busca e apreensão em novembro do ano passado, no âmbito da mesma operação.

A Autoridade Portuária de Santos afirmou que “o assunto não tem relação com a gestão do Porto”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - SANTOS BRASIL PASSA A ATENDER OS DEZ MAIORES ARMADORES GLOBAIS

Chegada da HMM consolida nova linha internacional e ocorre em meio a investimentos bilionários em expansão e modernização

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O FIL2 conecta a Ásia à Costa Leste da América do Sul e será operado em conjunto pela HMM e ONE. O serviço contará com 11 embarcações com capacidade para 6 mil TEU

A Santos Brasil, referência em operações portuárias e logística, firmou parceria com a gigante sul-coreana HMM (Hyundai Merchant Marine) para a operação de um novo serviço regular no Tecon Santos. A escala inaugural do serviço FIL2 ocorreu na segunda-feira

(23), com a atracação do navio Privilege.

O FIL2 conecta a Ásia à Costa Leste da América do Sul (e vice-versa) e será operado em conjunto pela HMM e Ocean Network Express (ONE). O serviço contará com 11 embarcações com capacidade para 6 mil TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés).

A rotação completa tem duração de 77 dias, com estimativa de movimentação semanal de até 2.700 TEU por escala, totalizando cerca de 140 mil TEU por ano.

Com o novo serviço, a Santos Brasil passa a atender os dez maiores armadores globais no Tecon Santos, o maior terminal de contêineres da América do Sul e um dos mais eficientes, localizado na margem esquerda do Porto de Santos (SP).

Para o diretor Comercial de Operações da Santos Brasil, Danilo Ramos, “a chegada da Hyundai consolida mais uma conexão regular na malha do Tecon Santos, ampliando a oferta de capacidade e

a previsibilidade logística para os clientes. É mais um importante resultado decorrente dos pesados investimentos realizados pela Companhia nos últimos anos”.

Modernização

Em janeiro, o terminal recebeu dois novos portêineres (guindastes de cais) e mais oito RTGs elétricos (guindastes de pátio), totalizando 16 unidades desse modelo. Os equipamentos são de última geração e operados remotamente, tecnologia implantada de forma pioneira pela Santos Brasil no país no fim de 2024. Os investimentos com os dez guindastes somam R\$ 300 milhões.

A companhia prevê ainda a aquisição de outros 30 RTGs elétricos nos próximos anos, substituindo gradualmente os modelos a diesel. Cada equipamento convencional trocado por um elétrico evita a emissão de cerca de 20 toneladas de CO2 por mês.

O projeto de ampliação e modernização do Tecon Santos começou em 2019 e prevê investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões até 2031, dos quais aproximadamente R\$ 2 bilhões já foram aplicados.

A meta da Santos Brasil é alcançar 3 milhões de TEU de capacidade até o final deste ano. O projeto para o terminal está alinhado ao Plano de Transição Climática da Companhia de se tornar net zero.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - SISTEMA DE PROTEÇÃO DO CAIS DO PORTO DO RIO GRANDE SERÁ RENOVADO

Primeira fase das obras recebe aporte de R\$ 3 milhões para substituição de equipamentos que atingiram o fim da vida útil

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Os equipamentos substituirão unidades que já atingiram o limite de sua vida útil, garantindo que o sistema de proteção permaneça adequado às exigências das operações atuais

A Portos RS informa que segue investindo na modernização e no fortalecimento da infraestrutura e da segurança do Porto do Rio Grande. Segundo a Autoridade Portuária, nesta etapa inicial serão investidos cerca de R\$

3 milhões na modernização do sistema de defesas marítimas, com uma segunda fase prevista até o fim de 2027.

As defesas marítimas são estruturas fundamentais para a segurança e a eficiência das operações no cais público. Instaladas ao longo da estrutura portuária, têm a função de absorver os impactos gerados durante as manobras de atracação, reduzindo o choque entre os navios e o cais. Esse sistema de proteção é essencial para preservar tanto os cascos das embarcações quanto o patrimônio público, evitando danos materiais, paralisações operacionais e riscos à segurança de trabalhadores e tripulantes.

Os novos equipamentos substituirão unidades que já atingiram o limite de sua vida útil, garantindo que o sistema de proteção permaneça adequado às exigências das operações portuárias atuais.

Segundo a Portos RS, a renovação das defesas integra o planejamento contínuo de manutenção e qualificação da infraestrutura do Porto do Rio Grande. “A iniciativa reforça o compromisso da autoridade portuária com a segurança das operações, a preservação do patrimônio público e a melhoria permanente dos serviços prestados, consolidando bases estruturais sólidas para o crescimento sustentável das atividades portuárias no Rio Grande do Sul”, informou a empresa pública.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - GOVERNO LEILOA TRÊS ÁREAS PORTUÁRIAS E PREVÊ R\$ 227 MILHÕES EM INVESTIMENTOS

Certame realizado na B3 arrendou terminais em Santana, Natal e Porto Alegre, com contratos de até 25 anos e foco na movimentação de grânéis sólidos

Por CASSIO LYRA Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Cada ativo recebeu uma proposta, e o critério de julgamento foi a maior oferta de valor de outorga. Os três somam cerca de R\$ 227 milhões em investimentos privados obrigatórios

O Governo Federal realizou na quinta-feira (26), na sede da B3, em São Paulo, o primeiro leilão de blocos portuários de 2026. O certame, conduzido pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e pela Agência Nacional de Transportes

Aquaviários (Antaq), licitou três áreas nos portos de Santana (AP), Natal (RN) e Porto Alegre (RS). Cada ativo recebeu uma proposta, e o critério de julgamento foi a maior oferta de valor de outorga.

Ao todo, os três arrendamentos somam cerca de R\$ 227 milhões em investimentos privados obrigatórios, segundo estimativa do MPor.

No Porto de Santana, o Terminal MCP01 foi arrematado pela CS Infra S.A., com oferta de outorga de R\$ 2. O ativo, com área de 30.546 m² e capacidade dinâmica anual estimada em 1,2 milhão de toneladas, será destinado à movimentação e armazenagem de grânéis sólidos vegetais, incluindo grãos e cavaco de madeira. O contrato tem prazo de 25 anos e prevê investimentos de R\$ 150,2 milhões em melhorias de infraestrutura, aquisição de equipamentos e intervenções em áreas comuns do porto.

O presidente da CS Infra, Fernando Quintas, citou a experiência da empresa em outros terminais. “A experiência já adquirida em outros portos, como no de Aratu, na Bahia, é o que dá base para a CS Infra integrar uma operação eficiente, segura e com alto padrão de serviços também no Porto de Santana”, afirmou.

No Porto de Natal, a área NAT01 foi arrematada pela Fomento do Brasil Mineração S.A., com oferta de R\$ 50 mil. O terminal ocupa 20.368,15 m² e será voltado à movimentação de grânéis sólidos minerais, com destaque para minério de ferro. O contrato terá prazo de 15 anos e prevê cerca de R\$ 55 milhões em investimentos.

Desse total, aproximadamente R\$ 31 milhões serão destinados a obras civis, incluindo pavimentação, instalação de sistema de drenagem para efluentes de minério e construção de barreira de vento de 11 metros. Outros R\$ 24 milhões serão aplicados na aquisição de equipamentos, como carregador móvel de navios, seis pás carregadeiras, balanças rodoviárias e canhões de névoa.

O CEO e fundador da Fomento do Brasil, Anuj Timblo, comentou o resultado do leilão. “Para a Fomento, esse projeto representa muito mais que um investimento; representa uma parceria de longo prazo”, disse.

No Porto de Porto Alegre, a área POA26 recebeu proposta do Consórcio Portos do Sul, formado pelas empresas Soluções Inteligentes Operadores Portuários Ltda. e Simetria Transportes e Armazéns Gerais Ltda., com oferta de R\$ 10 mil. O contrato de arrendamento terá duração de dez anos e prevê investimentos de R\$ 21,13 milhões.

Com área de 22.052,40 m², o terminal será destinado à movimentação e armazenagem de grânéis sólidos, como grãos e fertilizantes. O projeto inclui a construção de armazéns e a modernização da

infraestrutura existente. O diretor do consórcio, João Ricardo de Andrade Chaves, afirmou: “Hoje é dia de comemorar, mas amanhã é dia de arregaçar as mangas para esse desafio”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - MINISTRO CITA PARCERIA COM SETOR PRODUTIVO E NOVOS PROJETOS EM ANDAMENTO

Por CASSIO LYRA Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

Durante a cerimônia que marcou o primeiro leilão de blocos portuários de 2026, autoridades do setor destacaram o volume de investimentos e a agenda de concessões em andamento no país.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, agradeceu a participação do setor privado e mencionou a agenda de concessões em curso. “Quero agradecer ao setor produtivo brasileiro por, mais uma vez, acreditar no nosso país e na agenda de concessões que estamos conduzindo. Temos trabalhado com atenção tanto aos grandes leilões, como Tecon Santos 10 e São Sebastião, quanto aos projetos que fortalecem o desenvolvimento regional. Esse avanço é resultado de um esforço coletivo de todas as instâncias do Brasil. Nada disso aconteceria sem essa parceria. Quando há um esforço coletivo e vontade de fazer, as coisas efetivamente acontecem”, declarou. ,

O diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, destacou o volume de certames realizados no setor portuário. “O setor portuário tem sido o carro-chefe no número de leilões, e ficamos muito felizes por estarmos conseguindo dar essa resposta para a sociedade. Isso é reflexo de um ambiente que demonstra segurança jurídica, uma carteira de bons projetos e uma articulação institucional eficaz”, afirmou.

Já o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, informou que, com os certames realizados na atual gestão, o governo federal chegou a 29 leilões. Segundo ele, entre 2019 e 2022 foram realizados 27 leilões. “Esse número demonstra o empenho do governo em ampliar investimentos, fortalecer a infraestrutura e aumentar a capacidade operacional dos nossos portos. O resultado aparece na melhoria dos serviços prestados pelos terminais e na maior eficiência logística para quem produz e exporta no Brasil”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

TRANSPORTES – HIDROVIAS - MESMO COM REVOGAÇÃO DE DECRETO, CONCESSÃO DE HIDROVIAS NA AMAZÔNIA SEGUE EM ESTUDO

Silvio Costa Filho afirma que análises sobre os rios Tapajós, Madeira e Tocantins continuam após suspensão motivada por protestos indígenas

Do Estadão Conteúdo



“O governo tomou a decisão para que fosse suspenso aquele decreto, mas isso não vai impedir o trabalho da Secretaria de Hidrovias”, declarou o ministro Silvio Costa Filho

Mesmo após o governo federal ter revogado o decreto sobre a concessão das hidrovias na Amazônia, o tema ainda continua em estudos, disse na quinta-feira (26) o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

“O governo tomou a decisão para que fosse suspenso aquele decreto, mas isso não vai impedir o trabalho da Secretaria de Hidrovias.

Os estudos todos eles permanecem”, disse o ministro. O decreto suspenso pelo governo previa estudos para a concessão à iniciativa privada da Hidrovia do Rio Tapajós e de outros dois rios amazônicos – o Madeira e o Tocantins. Por mais de um mês, os indígenas organizaram protestos contra o decreto. Eles chegaram a ocupar o escritório



da multinacional do agronegócio Cargill, no Porto de Santarém (PA), às margens do Rio Tapajós, e lideraram protestos também em São Paulo e na capital federal, com um grupo de indígenas acampado em Brasília.

Depois de participar dos leilões de arrendamentos portuários na tarde de quinta-feira na B3, na capital paulista, o ministro defendeu que é preciso “respeitar a decisão da maioria do governo”.

Silvio Costa Filho disse que o decreto foi revogado em razão do “risco de vida” que a intensificação dos protestos poderia trazer. No entanto, destacou, que “não se pode permitir que manifestações como essas atrapalhem o desenvolvimento do Brasil”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

TRANSPORTES – AEROPORTOS - AVIAÇÃO INICIA 2026 COM RECORDE HISTÓRICO DE PASSAGEIROS

Janeiro soma 12,37 milhões de embarques, maior volume mensal já registrado, e Carnaval pode ter o melhor resultado da série da Anac

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A aviação civil brasileira iniciou 2026 com o maior volume mensal de passageiros já registrado no país. Em janeiro, 12,37 milhões de pessoas embarcaram em voos domésticos e internacionais, segundo dados compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) com base em relatório da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Do total apurado no primeiro mês do ano, 9,3 milhões de passageiros utilizaram voos domésticos, patamar que não era alcançado desde 2020, antes da pandemia. No mercado internacional, foram contabilizados 2,9 milhões de viajantes, o melhor resultado da série histórica iniciada em 2000. Na comparação com janeiro de 2025, o crescimento foi de 9,7%.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, atribuiu o desempenho às políticas públicas e aos investimentos realizados no setor. “Esses resultados são consequência das políticas de fortalecimento da aviação, do aumento dos investimentos em infraestrutura aeroportuária e do diálogo permanente com companhias aéreas e operadores. Os números de janeiro e a projeção para o Carnaval mostram que estamos no caminho certo, com a aviação brasileira batendo recordes e contribuindo para o desenvolvimento econômico e o turismo em todo o país”, afirmou.

A movimentação também apresentou avanço durante o Carnaval. Estimativa técnica elaborada pelo MPor e pela Anac indica que, entre 13 e 18 de fevereiro — período que compreende a sexta-feira anterior ao feriado e a Quarta-Feira de Cinzas — cerca de 2,1 milhões de passageiros foram transportados em voos domésticos e internacionais. O volume representa crescimento estimado entre 10% e 11% em relação ao Carnaval de 2025, quando foram registrados 1.888.609 passageiros no mesmo intervalo.

Caso os números sejam confirmados após a consolidação final, prevista para março, este poderá ser o melhor desempenho do setor aéreo brasileiro para o período, segundo a série histórica da Anac dos últimos 25 anos.

Silvio Costa Filho voltou a comentar o resultado do feriado. “Esse crescimento no Carnaval de 2026 mostra que o brasileiro está voando mais e que o transporte aéreo voltou a ser um grande aliado do turismo, da diversão e da economia. O trabalho do governo federal no setor aéreo vem mostrando resultados consistentes. Se confirmados, esses dados provam que estamos no caminho certo para bater recordes históricos em 2026”, declarou.

O secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, também avaliou o cenário. “O Brasil vive um novo momento na aviação. Estamos ampliando a conectividade, fortalecendo a malha aérea regional e

criando condições para que mais brasileiros possam voar. O crescimento no número de passageiros mostra que o setor está mais competitivo, mais acessível e preparado para continuar crescendo”, afirmou.

Números

Entre os principais polos no período do Carnaval, o aeroporto de Salvador movimentou aproximadamente 309.257 passageiros entre 11 e 22 de fevereiro. Em Fortaleza, foram cerca de 100 mil passageiros entre 13 e 18 de fevereiro. No Aeroporto Santos Dumont (RJ), a estimativa foi de 110,9 mil passageiros também entre 13 e 18 de fevereiro.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) apresentou cerca de 1,1 milhão de viajantes entre os dias 13 e 20 de fevereiro. Já o Aeroporto Internacional do Galeão (RJ) registrou aproximadamente 599 mil passageiros entre 13 e 22 de fevereiro. Os aeroportos de Recife, Confins e Congonhas não disponibilizaram estimativas para o período.

O diretor-presidente da Anac, Tiago Faierstein, afirmou que o desempenho reflete a atuação conjunta dos agentes do setor. “A Anac avalia que a performance do setor no Carnaval reflete uma atuação conjunta muito positiva de todos os atores que compõem essa cadeia. Os foliões têm voado mais, o que comprova a maior acessibilidade do modal aéreo. Ir de avião ao destino significa mais tempo para aproveitar as festas. Ficamos muito satisfeitos com esse indicativo de crescimento superior a 10% no período”, disse.



Do total apurado somente no primeiro mês deste ano, 9,3 milhões de passageiros utilizaram voos domésticos, um patamar que não era alcançado desde 2020, antes da pandemia

A estimativa do Carnaval foi construída a partir do cruzamento de informações como voos registrados, oferta de assentos e voos efetivamente executados, metodologia utilizada pela Anac para análises preliminares de demanda. Já os dados locais dos aeroportos foram informados diretamente pelas concessionárias responsáveis pelos terminais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 27/02/2026

TRANSPORTES – LOGÍSTICA - LDC INTEGRA ALGODÃO E FERTILIZANTES EM NOVO HUB EM RONDONÓPOLIS

Complexo de 167 mil m² amplia em 50% a armazenagem de pluma no estado e reforça corredor logístico até o Porto de Santos

Do Estadão Conteúdo



Localizado próximo à malha ferroviária, o novo complexo tem 167 mil metros quadrados de área total e capacidade estática para armazenar cerca de 100 mil toneladas de fertilizantes

A Louis Dreyfus Company (LDC) inaugurou na quinta-feira (25) um hub logístico, em Rondonópolis (MT), que integra, em um mesmo complexo, as operações de recebimento de algodão e armazenagem e mistura de fertilizantes no estado de Mato Grosso. O projeto, financiado integralmente com recursos próprios, tem por objetivo ampliar a sinergia

entre as duas frentes de negócio e proporcionar eficiência logística ao produtor rural.

Localizado estrategicamente próximo à malha ferroviária, o complexo tem 167 mil metros quadrados de área total e capacidade estática para armazenar cerca de 100 mil toneladas de fertilizantes. No segmento de algodão, a estrutura adiciona 20 mil toneladas de capacidade para pluma, o que, segundo a companhia, representa um aumento de 50% na sua capacidade de armazenamento da fibra em Mato Grosso.

“Com a nova estrutura, a LDC contará com capacidade própria de armazenagem superior a 100 mil toneladas de fertilizantes, e ampliará em 50% a capacidade de armazenamento de algodão da companhia no Mato Grosso”, confirmou o diretor comercial de insumos da LDC para a região North Latam, Bruno Andrade.

A integração física e operacional dos dois negócios permite otimizar a logística de chegada e saída de produtos, possibilitando que o caminhão que entrega o algodão retorne à fazenda carregado com fertilizantes, inclusive por meio de operações de barter.

“A integração entre as operações de algodão e insumos permite que o produtor entregue o algodão no hub e retorne para o campo com fertilizantes, inclusive pela modalidade barter, otimizando o transporte logístico”, explicou o diretor da plataforma de algodão da LDC para a região North Latam, Dawid Wajs.

O modelo, segundo a empresa, reduz deslocamentos e, conseqüentemente, a pegada de carbono por tonelada movimentada. “Desta forma, garantimos a disponibilidade do fertilizante exatamente quando o produtor precisa, sincronizando a cadeia de fornecimento com a demanda real do campo”, acrescentou Andrade.

Peso logístico

A escolha de Rondonópolis reflete o peso logístico do município em Mato Grosso, estado que responde por cerca de 22% do consumo nacional de fertilizantes, segundo a Associação Nacional para a Difusão de Adubos (Anda), e por mais de 70% da área plantada de algodão no País, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Questionado sobre a participação no setor de fertilizantes, Andrade afirmou que a companhia não divulga dados de market share, mas destacou o peso da nova unidade. “O hub, dada a sua localização estratégica no Estado que consome 22% do fertilizante utilizado no país, posiciona a LDC entre os principais players do setor.”



Cerimônia de inauguração do hub da LDC, na cidade de Rondonópolis: a unidade integra operações de recebimento de algodão e armazenagem e mistura de fertilizantes no estado

Para a plataforma de algodão, o hub fortalece o corredor logístico que conecta Mato Grosso ao Porto de Santos (SP). O complexo integra origem, armazenagem e o envio da pluma por ferrovia até o terminal de contêineres da companhia em Cubatão (SP). “Ao investir em um ativo com localização estratégica, no maior estado produtor,

fortalecemos o corredor de exportação e, conseqüentemente, propiciamos uma maior liquidez no momento correto. O ganho de competitividade está no aumento dos volumes” afirmou Wajs.

Segundo o executivo, a estrutura também contribui para reduzir riscos ao produtor. “O hub também contribui para a mitigação de riscos de armazenagem do produtor, possibilitando que ele entregue o algodão ao longo da rota de exportação.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

BRASIL EXPORT - FÓRUM PERNAMBUCO EXPORT REÚNE AUTORIDADES PARA DEBATER INFRAESTRUTURA

Evento no Recife reunirá autoridades e especialistas para levantar questões sobre logística, energia e ambiente de negócios

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A programação também inclui discussões sobre combustíveis e oportunidades no setor de energia, além de uma apresentação sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape

No dia 5 de março, o Recife (PE) vai sediar mais uma edição do Fórum Pernambuco Export, promovido pelo grupo Brasil Export. Os painéis serão debatidos na Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE). O evento contará com a

presença do ministro de Portos e Aeroportos Silvio Costa Filho, que estará em seu estado natal, além de autoridades e empresários do setor de infraestrutura nacional.

Um dos painéis abordará o panorama do ambiente de negócios no estado de Pernambuco, reunindo autoridades como o secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, Guilherme Cavalcanti; o gerente de Políticas Industriais da FIEPE, Maurício Laranjeira; e o secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

O hidrogênio verde e a eletrificação no setor de transportes também terão destaque durante o fórum em debate que reunirá especialistas das áreas de sustentabilidade e inovação. Outro tema relevante será a multimodalidade e o aperfeiçoamento da matriz de transportes de Pernambuco, com participação de representantes do setor logístico e portuário.

A programação também inclui discussões sobre combustíveis e oportunidades no setor de energia, além de uma apresentação sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape, considerado um dos principais polos logísticos do Nordeste.

PROGRAMAÇÃO FÓRUM PERNAMBUCO EXPORT 2026

PROGRAMAÇÃO FÓRUM PERNAMBUCO EXPORT 2026	
05 MARÇO QUINTA-FEIRA	
08h45 Credenciamento e boas-vindas	Debatedores: Fernando Perez, Diretor de Negócios do Cone S/A - Condomínio de Negócios; Manoel Ferreira, Sócio-Diretor do Grupo Agemar; Paulo Nery, Diretor-Presidente do Porto do Recife; Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP)
09h00 Sessão de abertura com a palestra especial de Silvio Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos Demais autoridades a confirmar	15h00 Painel 3: Combustíveis e oportunidades no setor de energia Moderação: Núria Bianco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export
09h45 Pernambuco em foco Panorama sobre o ambiente de negócios no estado	Debatedores: Carlos Germano, Diretor Jurídico da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (BRASILCOM); Daniel Canabrava, Gerente de Otimização da Refinaria Abreu e Lima; Helano Pereira Gomes, Vice-Presidente Executivo da Ultracargo; Rafael Motta, Gerente de Relações Institucionais da Neoenergia Pernambuco
1. Guilherme Cavalcanti, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco	16h00 Intervalo
2. Maurício Laranjeira, Gerente de Políticas Industriais da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE)	16h30 Apresentação Complexo Industrial Portuário de Suape (PE)
3. Pierre Lucena, Presidente do Porto Digital	Armando Monteiro Bisneto, Diretor-Presidente
4. Tomé Franca, Secretário-Executivo do Ministério de Portos e Aeroportos	17h00 Painel 4: O poder transformador das mulheres e seus trabalhos de excelência para o desenvolvimento de Pernambuco
10h45 Intervalo	Moderação: Gilmara Temóteo, Diretora-Executiva da ABEPH e Presidente do Conselho Feminino do Brasil Export
11h00 Painel 1: Hidrogênio verde e eletrificação no setor de transportes	Debatedoras: Ingrid Zanella, Presidente da OAB Pernambuco; Thairyne Oliveira, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos; Tania Bacelar, Economista e Sócia da Ceplan
Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News	18h00 Sessão de Encerramento
Debatedores: Claude Soares Ribeiro de Araújo, Gerente de Sustentabilidade e Inovação da ANTT; Ozziel Alves, Diretor de Inovação e Tecnologia do Senai Pernambuco; Representante do Grupo Moura	
12h00 Encerramento do período da manhã	
14h00 Painel 2: Multimodalidade e aperfeiçoamento da matriz de transportes de Pernambuco	
Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export	

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

ENERGIA - CÂMARA APRESENTA PROPOSTA DE “MAPA DO CAMINHO” PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Texto em elaboração prioriza biocombustíveis, ficará aberto a sugestões até março e será levado ao Conselho Nacional de Política Energética

Por **PATRÍCIA FAHLBUSCH** redacao.jornal@redebene.com.br



As ações em curso no Brasil e no mundo para a construção do mapa do caminho foram apresentadas durante seminário da Comissão Especial de Transição Energética da Câmara

A Comissão Especial de Transição Energética da Câmara dos Deputados mostrou durante um seminário do colegiado realizado na quarta-feira (26) as ações em curso no Brasil e no mundo para

a construção do chamado “mapa do caminho”, que são as alternativas graduais da substituição de combustíveis fósseis, como o petróleo, carvão e gás natural, pelas fontes de missão menos poluentes. Os biocombustíveis tiveram destaque.

O presidente da comissão especial e coordenador da Coalizão dos Biocombustíveis no Congresso Nacional, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), apresentou um esboço de projeto de lei do “mapa do caminho”. O texto ficará aberto a sugestões da população na página da comissão na internet, até 3 de março. O lançamento da proposta consolidada está previsto para o dia 9 de março, durante evento em São Paulo.

Arnaldo Jardim ressaltou que a transição e a afirmação do mapa do caminho precisam ser feitas em harmonia com o que é uma realidade dos combustíveis fósseis.

“Não nos anima, portanto, uma pregação simplesmente de que nós revogaremos ou cancelaremos isso do dia para a noite”, disse ele, que enfatizou a contribuição do Congresso Nacional para o tema tendo em vista a aprovação das Leis dos Biocombustíveis, do Hidrogênio Verde e dos Combustíveis do Futuro.

“Nós temos regras institucionais que o Parlamento teve um papel de liderança muito grande. Nós criamos o RenovaBio, que está produzindo resultados. Depois, nós votamos o Combustível do Futuro, que já fez a mistura do etanol de 27% para 30%, do biodiesel, estava em 10% e foi para 13%, depois, nós fomos para 15%, e vamos continuar evoluindo. No gás, não tinha nada misturado, e agora vai ter biogás e biometano, começa já num percentual esse ano, e vai crescendo. Querosene de aviação é uma das grandes causas de poluição, e agora vai começar a misturar o combustível sustentável de aviação”, exemplificou Arnaldo Jardim.

Oportunidades e proposta

Já o presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), citou as oportunidades econômicas que se abrem para o Brasil e anunciou a elaboração de uma proposta de emenda à Constituição para reconhecer o biocombustível como patrimônio nacional.

“A matriz que transforma o Brasil num país agroambiental com selo verde é, com certeza, o biocombustível. Se nós tivermos segurança jurídica e previsibilidade, uma demanda acima da nossa capacidade produtiva nos permite fazer o planejamento de investimento de curto, médio e longo prazo”, afirmou Alceu, que acrescentou: “A plataforma de biocombustível, nossas indústrias, nossa pesquisa, tecnologia, inovação, a nossa condição de solo, de sol, de terra, de manejo... Nós temos tudo pra fazer isto. Não há nenhum outro setor do Brasil que tem um grau de tamanha capacidade dinâmica de ampliar sua produção de acordo com a demanda com biocombustível”.

A Casa Civil e ministérios do Meio Ambiente, de Minas e Energia e da Fazenda também preparam o “mapa do caminho nacional”, que será apresentado em breve no Conselho Nacional de Política Energética. Ainda durante o seminário, o presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, anunciou que, nesta semana, será publicado um chamado para que todos os países e entidades inscritos na Convenção do Clima enviem sugestões, que serão consolidadas até a COP31.

“Há países que são produtores de petróleo, há países que são consumidores, tem países que dependem em 90% de petróleo no seu comércio, há países que não dependem de petróleo ou de carvão ou de gás. Ou seja, cada país vai ter caminhos diferentes e nós vamos procurar preparar esse mapa do caminho com muitas discussões técnicas”, afirmou o embaixador.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - URUGUAI E ARGENTINA RATIFICAM ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Tratado cria a maior área de livre comércio do mundo, envolve 700 milhões de pessoas e agora aguarda conclusão de Brasil e Paraguai

Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br



A Câmara uruguaia aprovou o acordo por 91 votos a 2, um dia depois de o Senado ter dado aval por unanimidade, tornando o país o primeiro a finalizar o processo de ratificação

Uruguai e Argentina ratificaram nesta quinta-feira (26) o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, concluindo a

tramitação parlamentar do tratado nos dois países. O texto foi assinado em 17 de janeiro, em Assunção, após mais de 25 anos de negociações entre os blocos.

No caso uruguaio, a Câmara dos Deputados aprovou o acordo por 91 votos a 2, um dia depois de o Senado ter dado aval por unanimidade, tornando o país o primeiro a finalizar o processo de ratificação. Após a votação em Montevideu, o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Mario Lubetkin, classificou a decisão como “histórico” e “um sinal para a Europa”.

Na Argentina, o Senado aprovou o texto por 69 votos a favor, 3 contrários e nenhuma abstenção, concluindo a etapa legislativa no país e fazendo da Argentina o segundo membro do Mercosul a ratificar formalmente o tratado.

Brasil e Paraguai também iniciaram os procedimentos necessários para ratificação. No Brasil, a Câmara dos Deputados aprovou o texto na quarta-feira (25), e a proposta segue agora para o Senado, última etapa antes da entrada em vigor. A expectativa é que os quatro membros fundadores do Mercosul concluam a tramitação nos próximos dias.

O acordo prevê a criação da maior área de livre comércio do mundo, envolvendo os 27 países da União Europeia e os quatro membros fundadores do Mercosul — Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai — abrangendo um mercado de mais de 700 milhões de pessoas. Juntos, os dois blocos respondem por cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

O tratado estabelece a eliminação de tarifas sobre mais de 90% do comércio entre as duas regiões, além da redução gradual de impostos de importação e da ampliação de cotas de exportação de bens e serviços.



Pelo acordo, a União Europeia poderá exportar com mais vantagens produtos como automóveis, máquinas, vinhos e bebidas alcoólicas para o Mercosul. Em contrapartida, os países sul-americanos terão maior acesso ao mercado europeu para itens como carne, açúcar, arroz, mel e soja.

Persistem dúvidas em relação às cotas de exportação, que ainda serão definidas em negociações internas entre os dois blocos.

Enquanto o tratado avança nos trâmites formais nos países do Mercosul, a ratificação enfrenta obstáculos na Europa. Em 21 de janeiro, o Parlamento Europeu suspendeu por tempo indeterminado a própria tramitação e encaminhou o texto ao Tribunal de Justiça da União Europeia para avaliação de sua legalidade.

A iniciativa ocorreu em meio a forte reação de governos e setores produtivos europeus, especialmente na França, onde o acordo foi questionado judicialmente. Parte dos países europeus e representantes do setor agropecuário manifestaram preocupação com o impacto da criação de uma ampla zona de livre comércio sobre os segmentos agrícola e pecuário, diante da possível ampliação das importações de carne, arroz, mel e soja sul-americanos, em troca do aumento das exportações europeias de veículos, máquinas, queijos e vinhos.

A Comissão Europeia, presidida por Ursula von der Leyen, pode decidir implementar o tratado de forma provisória. Até o momento, porém, não tomou decisão. A Comissão Europeia informou ainda ter adotado salvaguardas para proteger setores considerados sensíveis no bloco.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - NO BRASIL, CÂMARA APROVA TEXTO, QUE AGORA SEGUE PARA ANÁLISE DO SENADO

Por ALINE SILVA redacao.jornal@redebenews.com.br

Após ser aprovado na Câmara dos Deputados, o acordo provisório de comércio entre o Mercosul e a União Europeia agora segue para análise do Senado, onde há expectativa de votação já na próxima semana. O texto prevê a redução gradual de tarifas de importação em diversos setores, com cronograma de transição que pode chegar a 18 anos para determinados produtos.

O acordo provisório chamado de ITA foi assinado em janeiro deste ano junto ao tratado mais amplo, que inclui também capítulos político e de cooperação. A proposta tramita como Projeto de Decreto Legislativo (PDL) e foi relatada em plenário pelo deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP).

Durante a votação, o relator defendeu o alcance estratégico da medida. “Não vamos votar apenas um texto. Vamos votar qual será o tamanho do Brasil no mundo”, afirmou.

Para o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a aprovação representa um passo decisivo para ampliar a inserção internacional do país. “Hoje a nossa Casa escreve um capítulo decisivo para nossa inserção no mercado global”, declarou. Em seguida, completou: “Agora é hora de colher os frutos, de destravar o desenvolvimento e colocar o Brasil no topo da agenda comercial do mundo.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - CMN ALTERA REGRAS DO PROEX E FLEXIBILIZA EMBARQUES DE EXPORTAÇÕES

Entre as principais alterações, está a possibilidade de reprogramação da data de embarque das mercadorias

Da Agência Brasil



A nova resolução também amplia de 15 para 30 dias o prazo para comprovação da exportação após a data prevista.

Os exportadores atendidos pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex) poderão alterar a data de embarque das mercadorias sem perder acesso aos financiamentos. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira (26) mudanças que flexibilizam prazos, reduzem exigências burocráticas e ampliam o alcance do programa.

Entre as principais alterações, está a possibilidade de reprogramação da data de embarque das mercadorias. A mudança de data, no entanto, exigirá acordo entre o exportador e o agente financeiro do Proex, quando houver necessidade de ajuste no cronograma da operação.

A nova resolução também amplia de 15 para 30 dias o prazo para comprovação da exportação após a data prevista. Além disso, passa a permitir a extensão do prazo para solicitação de desembolso, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira.

Com o objetivo de reduzir custos e simplificar procedimentos, o CMN dispensou o exportador de comprovar a parcela não financiada nas operações de crédito com prazo inferior a dois anos.

Outra mudança amplia o público-alvo do programa, permitindo o acesso por meio de trading companies, companhias que fazem a intermediação entre exportações e importações. A autorização, no entanto, só vale para os bens produzidos no Brasil ou para serviços prestados por empresa brasileira.

Penalidades mais claras

A resolução também altera as regras de descaracterização da operação. O encargo financeiro anteriormente previsto foi substituído por multa calculada com base em metodologia específica incluída na norma. Segundo o governo, a mudança confere “maior clareza, proporcionalidade e segurança jurídica” no tratamento de eventuais irregularidades.

As novas regras entram em vigor na data de publicação da resolução. Criado em 2001, o Proex é um dos principais instrumentos de apoio oficial às exportações brasileiras, permitindo que empresas nacionais ofereçam financiamento em condições compatíveis com as praticadas no mercado internacional.

Balança

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 2,070 bilhões na terceira semana de fevereiro. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados na segunda-feira, 23, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 5,790 bilhões e importações de US\$ 3,719 bilhões.

O mês de fevereiro acumula superávit de US\$ 2,825 bilhões (resultado de exportações de US\$ 19,478 bilhões e importações de US\$ 16,652 bilhões). De janeiro até a terceira semana de fevereiro, o ano acumula superávit de US\$ 7,168 bilhões.

A projeção do MDIC é de que o superávit da balança comercial fique entre US\$ 70 bilhões e US\$ 90 bilhões neste ano. Para as exportações, a expectativa é de um valor entre US\$ 340 bilhões e US\$ 380 bilhões, e para as importações, entre US\$ 270 bilhões e US\$ 290 bilhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - NOVAS TARIFAS DE TRUMP POUPAM 46% DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL

Antes das alterações, cerca de 22% dos envios brasileiros estavam sujeitos a sobretaxas de até 40% ou 50%

Da Agência Brasil

O novo regime tarifário dos Estados Unidos deve poupar 46% dos produtos brasileiros exportados ao país, informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Entre os itens beneficiados estão as aeronaves, que passam a ter alíquota zero para ingresso no mercado estadunidense.

As mudanças ocorrem após decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que derrubou as chamadas tarifas recíprocas impostas pelo governo do presidente Donald Trump com base em legislação de emergência nacional.

Em nota, o ministério informou que, com a nova ordem executiva publicada em 20 de fevereiro, cerca de 46% das exportações brasileiras aos EUA (US\$ 17,5 bilhões) ficam sem qualquer sobretaxa adicional.

Outros 25% (US\$ 9,3 bilhões) passam a estar sujeitos à tarifa global de 10%. Aplicado com base na Seção 122 da Lei de Comércio de 1974, o percentual pode subir para 15% conforme o governo estadunidense.

Já 29% das exportações (US\$ 10,9 bilhões) continuam submetidas às tarifas setoriais previstas na chamada Seção 232, mecanismo aplicado de forma linear a diversos países com base em argumentos de segurança nacional, como no caso de aço e alumínio.

Antes das alterações, aproximadamente 22% das exportações brasileiras estavam sujeitas a sobretaxas de até 40% ou 50%.

Aeronaves

Uma das principais mudanças é a exclusão das aeronaves da incidência das novas tarifas. O produto passa a ter alíquota zero, contra tributação anterior de 10%.

Segundo o Mdic, as aeronaves foram o terceiro principal item da pauta exportadora brasileira para os Estados Unidos em 2024 e 2025, com elevado valor agregado e conteúdo tecnológico.

Além das aeronaves, o ministério avalia que o novo regime amplia a competitividade de diversos segmentos industriais brasileiros no mercado norte-americano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

FINANÇAS - CONFIANÇA DO COMÉRCIO CRESCE 1,6% EM FEVEREIRO

Esta é a quarta alta seguida, aponta Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Do Estadão Conteúdo

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio ficou em 104,7 pontos, na zona de satisfação. É o maior nível desde julho de 2025



Os comerciantes brasileiros ficaram mais otimistas em fevereiro, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) cresceu 1,6% em relação a janeiro, já descontadas as influências sazonais, o quarto aumento consecutivo.



O índice ficou em 104,7 pontos, na zona de satisfação, acima de 100 pontos. O resultado representa o maior nível desde julho de 2025. Na comparação com fevereiro de 2025, o Icec ficou estável (0,0%).

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio é um indicador mensal que mede o otimismo dos varejistas brasileiros. Ele avalia as condições atuais, expectativas futuras e intenções de investimento de cerca de 6 mil empresas, indicando a saúde do setor, com pontuação acima de 100 sugerindo otimismo.

Na passagem de janeiro para fevereiro, o componente de avaliação das condições atuais subiu 2,3%, com altas nos itens economia (5,1%), empresa (0,6%) e setor (2,1%). O componente das expectativas subiu 1,0%, com elevações nos quesitos economia (1,1%), setor (1,0%) e empresa (1,1%).

O componente das intenções de investimentos teve elevação de 1,8%, com altas nos itens investimentos na empresa (0,9%), contratação de funcionários (3,3%) e estoques (0,9%).

“Em fevereiro, a maior parte dos varejistas (70,6%) disse observar piora no momento atual da economia; no entanto, este foi o quarto mês com redução e o menor percentual desde janeiro do ano passado (67,3%). Quando questionados sobre as expectativas, a maioria (62,0%) acredita em melhora econômica, percentual 2 pontos percentuais abaixo do observado em janeiro. Revelando uma recuperação maior no curto prazo e maior cautela para os próximos meses”, apontou o relatório da CNC.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 27/02/2026

FINANÇAS - INFLAÇÃO DO ALUGUEL REGISTRA QUEDA DE 0,73% NESTE MÊS

Índice passa a acumular um recuo de 0,32% no ano e 2,67% nos últimos 12 meses

Do Estadão Conteúdo

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), conhecido como inflação do aluguel, registrou queda de 0,73% em fevereiro, revertendo a alta observada em janeiro, quando havia avançado 0,41%.

Com esse resultado, o índice passa a acumular queda de 0,32% no ano e de 2,67% em 12 meses. Em fevereiro de 2025, o IGP-M havia apresentado alta de 1,06% no mês, acumulando variação de 8,44% em 12 meses.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (26) pela Fundação Getúlio Vargas. Em fevereiro, a taxa do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) caiu 1,18%, invertendo o movimento quando comparado à taxa de janeiro, de 0,34%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou taxa de 0,30% em fevereiro, inferior ao mês de janeiro, quando o índice tinha subido 0,51%.

Segundo a FGV, entre as oito classes de despesa que compõem o índice, cinco apresentaram recuos em suas taxas de variação: Alimentação (0,66% para 0,17%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,60% para 0,12%), Educação, Leitura e Recreação (1,38% para 0,72%), Transportes (0,71% para 0,53%) e Vestuário (-0,16% para -0,43%). Em sentido oposto, os grupos Habitação (0,06% para 0,33%), Despesas Diversas (0,17% para 0,37%) e Comunicação (0,00% para 0,01%) tiveram aumentos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 27/02/2026

FINANÇAS - DÓLAR TEM LEVE ALTA, MAS SEGUE ABAIXO DE R\$ 5,15

Ambiente de aversão ao risco no exterior e as perdas de divisas emergentes abriram espaço para ajustes

Do Estadão Conteúdo



O dólar à vista encerrou a quinta-feira em alta de 0,27%%, cotado a R\$ 5,1389

Após cinco pregões de queda, em que acumulou desvalorização de 2,20%, o dólar apresentou leve alta em relação ao real nesta quinta-feira, 26. Operadores afirmam que o ambiente de aversão ao risco no exterior e as perdas de divisas emergentes, em especial latino-americanas, abriram espaço para ajustes e correção no mercado de câmbio local.

O vaivém das notícias sobre as negociações entre EUA e Irã sobre o programa nuclear iraniano trouxe cautela aos negócios. Em Nova York, o Nasdaq recuou mais de 1% diante de preocupações com o progresso e os efeitos econômicos do avanço da inteligência artificial (IA), mesmo com balanço positivo da Nvidia no quatro trimestre.

Com máxima de R\$5,1655 à tarde, em momento de maior estresse lá fora, o dólar à vista encerrou o dia em alta de 0,27%%, a R\$ 5 1389. A divisa cai 0,71%% na semana, o que leva a desvalorização acumulada em fevereiro a 2,07%, após queda de 4,40% em janeiro. No ano, a moeda americana recua 6,38%.

O real apresentou perdas inferiores a de seus principais pares, sobretudo entre as divisas latino-americanas. O peso colombiano amargou tombo de quase 2% após pesquisa eleitoral mostrar o candidato da esquerda na liderança das intenções de voto para a eleição presidencial em maio.

O economista-chefe da Western Asset, Adauto Lima, afirma que a trajetória da taxa de câmbio segue muito ligada ao ambiente externo, que tende a permanecer benigno para divisas emergentes. Além disso, o real é beneficiado pela sazonalidade favorável do fluxo cambial, que costuma ser positivo no início do ano, e pela taxa de juros elevada.

“Hoje, tivemos um pouco de correção no câmbio depois da forte apreciação do real nos últimos dias”, afirma Lima, que vê possibilidade de o dólar “testar os R\$ 5,00” no curto prazo, caso haja continuidade do movimento global de rotação de carteiras e nova rodada de alta dos preços das commodities.

Para o economista-chefe da Western, as questões domésticas não apresentam impacto significativo na dinâmica dos ativos, com sinais ainda muito incipientes de influência das expectativas em torno da corrida eleitoral na formação da taxa de câmbio. “Vimos alguma reação com as pesquisas recentes, mas o cenário global ainda é fundamental para o real”, diz.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

FINANÇAS - IBOVESPA SEGUE EM PAUSA, MAS CONSERVA 191 MIL PONTOS

Na véspera do fim do mês, índice fecha em leve baixa de 0,13%, com giro a R\$ 29,5 bilhões
Do Estadão Conteúdo

O Ibovespa lutou para preservar, a princípio, ao menos a linha dos 190 mil pontos nesta quinta-feira, 26, penúltima sessão do mês, em que acumula ganho de 5,32%, na alternância de recordes e leves correções que têm prevalecido desde meados de janeiro.

Nesta quinta, o índice oscilou entre mínima de 188.976,57 e máxima de 191.977,51 pontos, tendo saído de abertura aos 191.248,18 pontos. Ao fim, conservou a casa de 191 mil pontos pela terceira sessão consecutiva, aos 191.005,02, em leve baixa de 0,13%, com giro a R\$29,5 bilhões.

Dessa forma, vindo de outro suave ajuste - em baixa, nesta quarta, 25, também de 0,13% - não se afasta significativamente do recorde da terça-feira, 24, o 13º do ano para fechamentos de sessão.

Em fevereiro, o índice registra até aqui ganho um pouco acima de 5%, que coloca o do ano a 18,54%, perto de entregar o melhor primeiro bimestre desde 1999. Naquele intervalo, havia emendado um avanço de 20,45% em janeiro com outro também muito forte, de 9,04%, em fevereiro.

Contudo, o Ibovespa mostrava então um padrão de volatilidade muito distinto, que envolveu perda de quase 40% em agosto de 1998 durante a chamada crise da Rússia, de depreciação do rublo, seguida de fortes oscilações nos meses posteriores, para cima e para baixo. Algo bem distinto da progressão atual, em que o índice da B3 vem de seu maior ganho anual desde 2016, em 2025 (+33,95%).

Uma sequência de sete ganhos mensais, como a que se espera para amanhã e iniciada ainda em agosto de 2025, não é vista na B3 desde a longuíssima série deflagrada em abril de 1996, de 16 meses, até julho de 1997.

“Resumindo: o Brasil continua a ser beneficiado por fluxo e diferencial de juros com relação ao exterior. Eleição começa a entrar no radar, mas ainda não é o driver principal” - o que, quando vier a ocorrer, tornará o Ibovespa mais volátil -, destaca Marcos Praça, diretor de análises da Zero Markets Brasil.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/02/2026

COMUNICAÇÃO & MARKETING – OPINIÃO - ALÉM DA ESTÉTICA: BELEZA, VERDADE E POSICIONAMENTO NO MUNDO CORPORATIVO



FABÍOLLA DE PAULA

Consultora de imagem pessoal e corporativa.

Especialista em etiqueta & comportamento.

Palestrante e mentora

opinioao@portalbenews.com.br

Em um ambiente empresarial orientado por reputação e influência, compreender o conceito de beleza para além da aparência tornou-se uma competência estratégica. Ao longo da história, a humanidade buscou definir padrões de beleza associados à harmonia, proporção e equilíbrio. Na Grécia Antiga, por exemplo, já se observava a tentativa de sistematizar critérios de simetria como expressão de perfeição. Entretanto, a tradição filosófica cristã oferece uma compreensão ainda mais profunda do tema.

Para São Tomás de Aquino, a beleza está intrinsecamente ligada à verdade e à bondade. Não se trata apenas de forma agradável aos olhos, mas de uma manifestação daquilo que é verdadeiro e bom em sua essência. A beleza, nesse sentido, é um atributo de Deus refletido nas criaturas. Tudo o que existe, na medida em que participa do ser e alcança sua perfeição própria, é belo. Essa visão desloca a discussão do campo meramente estético para uma dimensão ontológica: o belo não é apenas o que agrada, mas o que é íntegro, coerente e pleno em sua natureza.

A discussão sobre beleza nunca foi meramente estética. Diferentes culturas buscaram definir padrões do que seria considerado belo, muitas vezes associando o conceito à harmonia, proporção e equilíbrio.

Beleza como integridade e coerência

No ambiente corporativo, essa reflexão é altamente pertinente. Se a beleza está associada à verdade e à bondade, então sua manifestação prática ocorre quando há coerência entre identidade, valores e expressão. Uma organização que comunica propósito, mas pratica incoerência interna, pode até apresentar uma estética sofisticada, mas dificilmente será percebida como bela no sentido mais profundo.

A mesma lógica se aplica à imagem pessoal de líderes e executivos. A construção de presença estratégica não depende apenas de adequação visual, mas da convergência entre essência e manifestação externa.



A imagem comunica antes da fala. Estudos em psicologia demonstram que o cérebro humano interpreta sinais visuais em frações de segundo, formando percepções sobre autoridade, credibilidade e confiança. Linhas, cores, formas e postura geram respostas emocionais imediatas. Porém, quando há desalinhamento entre discurso e identidade, a percepção de autenticidade se fragiliza.

Estudos da psicologia analítica, como os desenvolvidos por Carl Gustav Jung, demonstraram que determinados símbolos e formas despertam respostas universais, independentemente de cultura ou tempo histórico. Esses padrões, chamados de arquétipos, influenciam percepções de força, suavidade, autoridade, acolhimento ou dinamismo.

Aplicado à imagem pessoal e corporativa, isso significa que cada escolha visual carrega uma mensagem. O cérebro humano processa essas informações em frações de segundo, gerando sensações de aproximação ou distanciamento, confiança ou resistência. No ambiente empresarial, essa leitura instantânea impacta negociações, liderança, credibilidade e influência.

Bonito, belo e a crise contemporânea da estética

No contexto atual, observa-se uma crescente relativização da estética. Padrões tradicionais de harmonia e proporção vêm sendo questionados, desconstruídos ou reinterpretados.

Esse fenômeno pode ser percebido, por exemplo, em determinados desfiles de moda internacionais, onde a ruptura com critérios clássicos de simetria e proporção é intencionalmente provocativa. A proposta não é necessariamente agradar, mas gerar impacto ou questionamento.

Essa desconstrução pode ter valor artístico e cultural. Entretanto, no ambiente corporativo, a relativização absoluta da estética pode gerar ruído de percepção. A distinção entre o “bonito” e o “belo” torna-se, então, ainda mais relevante.

O bonito está relacionado à harmonia visual e à adequação estética. É aquilo que transmite equilíbrio e organização. Já o belo envolve plenitude, verdade e bondade, uma integridade que atrai porque é coerente.

Uma imagem pode ser tecnicamente bonita, mas vazia de propósito. Pode seguir tendências e ainda assim não comunicar identidade. Por outro lado, quando forma e conteúdo convergem, a imagem ultrapassa a estética e se transforma em expressão de verdade.

Padronização, relativização e posicionamento

Vivemos, simultaneamente, dois movimentos: a padronização excessiva e a relativização extrema. De um lado, a uniformização visual estimulada por tendências globais. De outro, a desconstrução completa de critérios estéticos tradicionais. Entre esses polos, o ambiente corporativo exige equilíbrio.

Empresas e lideranças não podem depender apenas da adequação a padrões transitórios, nem da ruptura indiscriminada. A construção de imagem estratégica deve estar fundamentada em identidade clara, valores definidos e coerência institucional.

A personalização da imagem, alinhada à essência, valores e posicionamento, fortalece a marca pessoal e corporativa. Não se trata de romper com códigos profissionais, mas de integrá-los à identidade individual.

Beleza como ativo reputacional

A pergunta permanece atual: a beleza está nos olhos de quem vê ou reside na própria essência?

O filósofo Platão defendia que a beleza possui uma dimensão universal, ligada à verdade e à essência das coisas. Trazendo essa reflexão para o universo contemporâneo, podemos dizer que a verdadeira beleza está na coerência.

No cenário empresarial contemporâneo, reputação é capital. A beleza entendida como verdade e bondade traduz-se em confiança, credibilidade e consistência. Não se trata de vaidade ou superficialidade, mas de alinhamento.

Quando líderes se reconhecem em sua própria imagem e quando organizações expressam visualmente sua cultura de maneira coerente, constrói-se um ativo intangível de alto valor: autoridade baseada em integridade.

A estética, isoladamente, pode impressionar as pessoas, mas a coerência sustenta sua verdade. Portanto, discutir beleza no ambiente corporativo é discutir posicionamento, identidade e ética. É compreender que forma e essência não são opostas, mas complementares. A verdadeira beleza estratégica não está na tendência nem na ruptura pela ruptura. Uma imagem harmoniosa é importante, mas não se sustenta sozinha. A beleza genuína emerge quando há congruência entre valores, identidade e expressão.

Fabiolla de Paula escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às sextas-feiras

SE A BELEZA ESTÁ ASSOCIADA À VERDADE E À BONDADE, ENTÃO SUA MANIFESTAÇÃO PRÁTICA OCORRE QUANDO HÁ COERÊNCIA ENTRE IDENTIDADE, VALORES E EXPRESSÃO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

JUSTIÇA - NOVOS PAGAMENTOS DE 'PENDURICALHOS' SERÃO PUNIDOS, DIZ GILMAR

Ministro alerta sobre sanções penais e administrativas para quem desrespeitar a suspensão dos pagamentos de verbas acima do teto

Do Estadão Conteúdo



O julgamento que discute a legalidade dos pagamentos de penduricalhos foi suspenso e será retomado em 25 de março

O ministro Gilmar Mendes elevou o tom contra as carreiras jurídicas que se opuseram de forma enfática à suspensão dos penduricalhos no País e alertou em nova decisão que o pagamento de verbas indenizatórias acima do teto constitucional

pode acarretar “sanções penais e administrativas”.

No segundo dia de debate sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal interrompeu, na tarde desta quinta-feira, 26, o julgamento que discute a legalidade desses pagamentos - adicionais classificados como indenizatórios e que, na prática, engordam os salários no funcionalismo. O tema será retomado em 25 de março.

Os ministros analisam liminares de Flávio Dino e Gilmar Mendes em dois processos distintos.

Dino proibiu expressamente no dia 19 a edição de qualquer nova lei que autorize a inclusão e o pagamento de “parcelas remuneratórias ou indenizatórias” nos salários de servidores públicos que ultrapassem o teto constitucional. Ele também vetou o reconhecimento de novos desembolsos relativos a supostos ‘direitos pretéritos’ no funcionalismo.

Em ‘decisão irmã’, Gilmar Mendes decretou na segunda, 23, prazo de 60 dias para que sejam suspensos pagamentos de ‘penduricalhos’ a integrantes do Judiciário e do Ministério Público em todo o País que tenham como base leis estaduais, decisões internas e atos administrativos.



No caso da Justiça Federal e do Ministério Público da União, a ordem de Gilmar também prevê a interrupção de valores que não estejam amparados por lei aprovada pelo Congresso. Só poderão continuar a ser pagas verbas expressamente previstas na legislação federal.

Em nova sinalização de endurecimento, Gilmar Mendes e Flávio Dino concordaram nesta quinta em reduzir o prazo para a revisão de todos os pagamentos acima do teto no País. O período, antes fixado em 60 dias, caiu para 45.

Negativa

Ao negar um recurso apresentado pela Associação dos Magistrados Brasileiros nesta quinta, Gilmar decidiu que “o pagamento de quaisquer verbas, após os prazos acima assinalados, em desconformidade com a presente decisão e com a decisão de 23.2.2026, consubstanciará ato atentatório à dignidade da justiça e deverá ser apurado no âmbito administrativo-disciplinar e penal, sem prejuízo do dever de devolução administrativa de tais valores”.

A decisão de Gilmar indica que, mesmo que não haja punição criminal imediata, permanece a obrigação de devolver aos cofres públicos os valores recebidos de forma considerada irregular pela Corte. Ou seja, independentemente de outras sanções, quem tiver recebido acima do permitido poderá ser obrigado a ressarcir o erário.

Gilmar Mendes oficiou “com urgência” os presidentes de todos os tribunais do país - incluindo os Tribunais Superiores -, além do procurador-geral da República e dos procuradores-gerais de Justiça, para que suspendam os pagamentos que ultrapassem o teto constitucional.

Muito trabalho

Espantado com a possibilidade de pagamentos acima do teto ainda em curso, mesmo após a concessão de suas liminares, Flávio Dino afirmou ter recebido mensagens relatando um suposto pagamento fora do teto constitucional autorizado pelo procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro.

O ministro ressaltou, porém, que “não sabe se é verdade” a informação mencionada no plenário sobre os repasses do Ministério Público fluminense.

Dino também alertou o procurador-geral da República, Paulo Gonet, sobre o descontentamento de promotores e procuradores com as decisões da Corte relacionadas aos pagamentos. “Certamente terá muito trabalho”, disse o ministro, dirigindo-se a Gonet, que criticou as liminares do ministro na sessão de quarta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

JUSTIÇA - Ministro lembra Lava Jato e ironiza Moro: ‘Não saberia escrever a palavra tigela’

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes ironizou o senador Sérgio Moro (União-PR), ex-juiz que ganhou projeção nacional durante a Operação Lava Jato. Em discurso na celebração dos 135 anos do STF nesta quinta-feira, 26, Gilmar afirmou que Moro não saberia escrever a palavra “tigela”.

“Muitos jornalistas importantes eram ghostwriters de (Sérgio) Moro e companhia. E veja: Moro precisava ter ghostwriters porque talvez, não soubesse escrever com G ou com J a palavra ‘tigela’”, disse, em referência a profissionais contratados para redigir textos sem receber crédito oficial pela autoria.

Procurado, Moro afirmou que Gilmar tenta desviar a atenção da opinião pública de uma reportagem da revista The Economist em que foi retratado de forma negativa. “Devia falar sobre ela e não sobre bobagens”, disse ao Estadão.

A crítica de Gilmar ocorreu no contexto de defesa da atuação do STF durante a Lava Jato. O ministro afirmou causar perplexidade o fato de veículos de imprensa não terem feito um mea- -culpa por terem noticiado os escândalos de corrupção revelados durante as investigações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

JUSTIÇA - DESEMBARGADOR TEM NOVAS ACUSAÇÕES DE ABUSO SEXUAL

Depois de inocentar um estupro e recuar em sua decisão, Magid Nauef Lauar agora é acusado de crimes contra adolescentes

Do Estadão Conteúdo



A investigação sobre o desembargador do TJ de Minas Gerais é sigilosa e está em fase de coleta dos depoimentos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ- -MG) abriram procedimentos administrativos para apurar denúncias de supostos abusos sexuais praticados pelo desembargador Magid Nauef Lauar quando as vítimas

eram adolescentes.

A investigação é sigilosa e está em fase de coleta dos depoimentos das possíveis vítimas. A reportagem procurou o desembargador diretamente e por meio do TJ- -MG, mas ele não deu retorno.

Como noticiou a coluna de Raquel Landim no Estadão, na terça-feira, 24, Saulo Lauar formalizou ao CNJ a denúncia de abuso feita em redes sociais contra o desembargador Magid, que é primo de sua mãe. Na época do suposto crime, ele tinha 14 anos.

O número de acusações no CNJ contra o desembargador subiu para quatro: outras supostas vítimas também relataram abusos ocorridos quando elas ainda eram adolescentes. Como eventuais crimes podem estar prescritos, a apuração leva em conta possíveis irregularidades à luz da Lei Orgânica da Magistratura (Loman).

O CNJ informou que o caso está em sigilo por envolver menor de idade. Desde as primeiras revelações, a reportagem tenta contato com o desembargador.

As denúncias surgiram em redes sociais depois que Magid absolveu um homem de 35 anos condenado a 9 anos e 4 meses de prisão por estupro de uma menina de 12 anos. Ele alegou a existência de “vínculo afetivo consensual” entre o réu e a vítima, sem violência, coação, fraude ou constrangimento, além da “prévia aquiescência dos genitores da vítima” ao relacionamento. Na quarta-feira, 25, Magid recuou e mudou a sentença, mantendo a condenação dos réus - o autor do estupro e a mãe da vítima, que consentiu.

De acordo com o TJ- -MG, a Resolução nº 135/2011 do CNJ uniformiza em todo o Brasil o procedimento administrativo disciplinar (PAD) aplicável a magistrados, definindo ritos, prazos e penalidades. A fase inicial, que já ocorreu, é a da “notícia de irregularidade”, na qual o presidente do tribunal deve promover a apuração imediata ao ter ciência das irregularidades. Em seguida vem o “juízo da admissibilidade”, em que o magistrado deve prestar informações sobre os fatos identificados.

Se o fato apontado for considerado atípico, sem ferir a Lei Orgânica da Magistratura, ocorre o arquivamento. Se houver indícios de falta, inicia-se uma investigação preliminar por meio de sindicância. Nessa fase, ouve-se a defesa prévia do acusado e realiza-se a colheita de provas. Em seguida, o relatório final sugere a instauração do PAD ou o arquivamento da denúncia.

Plenário



A abertura ou não do procedimento administrativo é objeto de votação no plenário ou órgão especial do TJ. É preciso formar maioria absoluta para a instauração do PAD. Depois da citação do magistrado, ocorre a instrução das provas e a apresentação das razões por acusação e defesa. O julgamento acontece em sessão pública.

As penalidades aplicáveis, conforme o desfecho do PAD, vão de advertência, normalmente aplicada quando o magistrado é negligente no cumprimento dos deveres do cargo; censura, em caso de reiteração da negligência ou procedimento incorreto; disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, e demissão, aplicável a magistrados não vitalícios.

A Lei Orgânica da Magistratura (Loman) garante o sigilo dos procedimentos durante a fase de sindicância. O STF flexibilizou o sigilo, previsto no artigo 54 da Loman (que prevê que o processo e o julgamento das representações e reclamações serão sigilosos), para alguns atos durante a fase de instrução do PAD e para o julgamento.

Reclamação

Na segunda-feira, 23, a deputada mineira Bella Gonçalves (PSOL) protocolou na corregedoria do CNJ uma reclamação disciplinar com pedido de apuração das denúncias de “duas pessoas que afirmam terem sido vítimas de abuso sexual, na adolescência, praticado pelo desembargador Magid Nauef Láuar”.

A deputada pede o afastamento cautelar do magistrado de suas funções jurisdicionais até a conclusão das investigações. A reclamação originou a abertura de um processo na corregedoria.

O recuo na decisão

Na quarta-feira, Magid Nauef Láuar reformou sua própria decisão que havia absolvido o homem de 35 anos, acusado de estupro contra uma menina de 12 anos. Ele manteve a condenação de primeira instância do réu, de 9 anos e 4 meses de prisão por estupro de vulnerável, e determinou que ele fosse preso imediatamente.

O caso havia gerado grande repercussão no País. O corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, instaurou um Pedido de Providências em relação à atuação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e do desembargador Magid Nauef Láuar.

Conforme o TJMG, o desembargador Magid Nauef Láuar, em decisão monocrática, acolheu os embargos de declaração do Ministério Público e negou provimento aos recursos de apelação do processo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

JUSTIÇA - CONDENADO POR TRAMA GOLPISTA VAI TRABALHAR NO EXÉRCITO

Acusado de coordenar planos de execução de autoridades, coronel Marcelo Costa Câmara foi autorizado por Moraes a exercer atividade administrativa

Do Estadão Conteúdo

Moraes condicionou os benefícios do coronel ao cumprimento das normas internas da unidade militar onde está preso

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes autorizou nesta terça-feira, 24, que o coronel Marcelo Costa Câmara, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), volte a trabalhar nas Forças Armadas. Condenado a 21 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado, Câmara poderá exercer atividade administrativa interna no Batalhão da Polícia do Exército, em Brasília.



No início de fevereiro, Moraes havia negado um modelo de trabalho ao coronel da reserva. O Exército havia proposto que o réu realizasse trabalho de natureza intelectual, com análise de obras militares e produção de relatórios técnicos para o Comando Militar do Planalto.

Embora tenha reconhecido que o trabalho é um direito do preso e pode gerar remição de pena, o ministro considerou que as atividades sugeridas eram “juridicamente impossíveis, desarrazoadas e inadequadas” diante da natureza dos crimes pelos quais o coronel foi condenado.

Já nesta segunda-feira, 23, o Exército apresentou ao STF um documento com uma nova alternativa de trabalho para o coronel, aceita pelo ministro.

“Está sendo proposta uma possibilidade de trabalho administrativo, voltado exclusivamente para rotinas internas da Unidade de Custódia, sem qualquer relação direta com sua atividade finalística, nem com a profissão militar ou com o aperfeiçoamento das Forças Armadas, que serão avaliados e validados por um supervisor”, diz o ofício.

Segundo a proposta, o trabalho consiste na “conferência de documentos relativos às aquisições de material de consumo e os contratos administrativos celebrados pela Unidade prisional”.

A jornada de trabalho será de seis horas diárias, podendo chegar a um máximo de oito horas. O regime inicial será de quatro dias de trabalho semanais, podendo ser estendido por até seis dias semanais.

Curso técnico

Na decisão, Moraes também reiterou a autorização proferida no dia 20 de janeiro, para que o coronel se matricule em curso técnico na modalidade de ensino a distância (EAD), na Faculdade de Educação Profissional e Superior de Cuiabá (Faspec).

Além disso, Câmara poderá participar do programa de leitura de obras literárias, que poderá resultar em redução de pena, desde que seguidas as normas internas do Batalhão da Polícia do Exército, onde ele está custodiado.

Câmara foi condenado pela Primeira Turma do STF a 21 anos em regime inicial fechado e multa de 120 salários mínimos. O coronel foi acusado de coordenar ações de monitoramento e planos de execução de autoridades, em conjunto com o general Mário Fernandes, no que ficou conhecido como Plano Punhal Verde e Amarelo, e de fazer a interlocução com lideranças populares ligadas aos atos golpistas do 8 de Janeiro de 2023.

Moraes ressaltou que a concessão dos benefícios está condicionada ao cumprimento das normas internas da unidade militar responsável pela custódia do réu e à posterior fiscalização das atividades realizadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 27/02/2026

JUSTIÇA - BOLSONARO TEM ATÉ DIA 5 PARA SE DEFENDER EM PROCESSO NO STM

Ex-presidente pode perder sua patente. Ele já foi notificado pelo Superior Tribunal Militar

Do Estadão Conteúdo

O Superior Tribunal Militar (STM) notificou nesta segunda-feira, 23, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para que apresente sua defesa no processo que pode resultar na perda de sua patente. Conforme a Se cretaria Judiciária do órgão, Bolsonaro terá dez dias corridos, ou seja, até o dia 5 de março para se manifestar.

No dia 9 de fevereiro, o ministro Carlos Vuyk de Aquino, do STM, designou o oficial de justiça responsável para notificar Bolsonaro presencialmente no 19.º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a Papudinha, onde o ex-presidente cumpre pena. Em razão do período de carnaval,

a notificação oficial ocorreu no dia 23 deste mês, e o prazo para a apresentação da defesa começou a partir desta terça- -feira, 24.

Além do ex-presidente, o Ministério Público Militar (MPM) requereu a perda de patente do ex-comandante da Marinha Almir Garnier e dos generais Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto.

Os militares foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ação que apurou a trama golpista, elencando os motivos pelos quais entende que eles se tornaram indignos ou incompatíveis com o oficialato.

Em todos os casos, o Ministério Público Militar sustenta que, além das condenações criminais, os oficiais violaram o preceito ético mais básico do Estatuto dos Militares: o dever de “amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal”.

Em documento enviado ao STM e obtido com exclusividade pelo Estadão, o Ministério Público Militar informou que Bolsonaro violou oito regras éticas básicas da caserna ao organizar um golpe contra as instituições o “Cumprimento das leis e das ordens das autoridades competentes” e “Cumprimento de seus deveres de cidadão”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/02/2026

INTERNACIONAL - IRÃ E EUA FAZEM ‘PROGRESSOS SIGNIFICATIVOS’ EM NEGOCIAÇÃO

Pelo menos foi isso o que garantiu o mediador diplomático de Omã após a terceira rodada de conversas entre os países. Entenda o que ainda está pendente

Do Estadão Conteúdo



O ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyed Abbas Araghchi, disse que uma eventual guerra seria devastadora para todos

Os negociadores dos Estados Unidos e do Irã encerraram nesta quinta-feira, 26, após horas de conversas, a terceira rodada de diálogos com “progressos significativos”, disse o ministro das Relações Exteriores de Omã, Badr Al Busaidi. Os contatos serão retomados na próxima semana na

Áustria.

“Terminamos o dia com progressos significativos na negociação entre Estados Unidos e Irã”, afirmou Al Busaidi na rede X, acrescentando que “as discussões em nível técnico ocorrerão na próxima semana em Viena”. O governo americano ainda não se manifestou sobre o assunto.

A conversa desta quinta era vista como a última chance para a diplomacia, em meio ao aumento da pressão americana após Washington mobilizar uma frota de aeronaves e navios de guerra no Oriente Médio.

O presidente dos EUA, Donald Trump, busca um acordo que restrinja o programa nuclear iraniano e vê uma oportunidade enquanto o país enfrenta dificuldades internas, com o aumento da dissidência após protestos registrados em todo o território no mês passado.

O Irã, por sua vez, insiste em manter o enriquecimento de urânio mesmo com seu programa fragilizado após Trump ter ordenado, em junho, ataques contra três instalações nucleares da República Islâmica - episódio inserido no contexto de uma guerra devastadora de 12 dias travada no ano passado.



Teerã afirmou que, em caso de um ataque americano, todas as bases militares dos EUA no Oriente Médio seriam consideradas alvos legítimos, colocando em risco dezenas de milhares de militares americanos. O país também ameaçou atacar Israel, o que levanta o temor de uma nova escalada capaz de desencadear um conflito regional.

“Não haveria vitória para ninguém - seria uma guerra devastadora”, afirmou o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, em entrevista ao jornal India Today, na quarta-feira, 25, antes do encontro.

“Como as bases americanas estão espalhadas por diferentes lugares da região, infelizmente talvez toda a região se envolveria e participaria, então é um cenário muito terrível”, acrescentou.

Terceira rodada

As negociações em Genebra marcam a terceira rodada de conversas desde a guerra de junho. Araghchi voltou a trocar mensagens com Steve Witkoff, bilionário do setor imobiliário e aliado próximo de Trump, que atua como enviado especial do presidente para o Oriente Médio. Ambos realizaram diversas rodadas de negociações no ano passado, interrompidas após Israel lançar sua ofensiva contra o Irã em junho.

Assim como nas etapas anteriores, as conversas são mediadas por Omã, país situado na extremidade oriental da Península Arábica e tradicional interlocutor entre o Irã e o Ocidente. Após chegar a Genebra na noite de quarta-feira, Araghchi reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores de Omã, Badr al-Busaidi. Segundo a agência estatal Oman News Agency, os dois revisaram as propostas para um acordo sobre seu programa nuclear com base nos princípios definidos na rodada anterior.

Nesta rodada pós-guerra, Trump pressiona para que o Irã interrompa totalmente o enriquecimento de urânio e aceita discutir também o programa de mísseis balísticos e o apoio iraniano a forças militantes regionais. Teerã, no entanto, sustenta que as negociações devem se restringir exclusivamente às questões nucleares.

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, afirmou na quarta-feira que o Irã está “sempre tentando reconstruir elementos” de seu programa nuclear. Segundo ele, Teerã não enriquece urânio no momento, “mas tenta chegar ao ponto em que poderá fazê-lo”.

Inspetores barrados

O Irã diz não realizar enriquecimento desde junho, mas bloqueou o acesso de inspetores da AIEA aos locais atingidos pelos ataques americanos. Imagens de satélite analisadas pela Associated Press indicam atividade em dois desses pontos, sugerindo tentativas de avaliação de danos e possível recuperação de material.

O Ocidente e a AIEA afirmam que o Irã manteve um programa de armas nucleares até 2003. Antes dos ataques de junho, o país enriquecia urânio a até 60% de pureza - um pequeno passo técnico em direção aos 90% necessários para a fabricação de armas.

Agências de inteligência dos EUA avaliam que o Irã ainda não retomou um programa de armas, mas “realizou atividades que o colocam em melhor posição para produzir um dispositivo nuclear, se assim desejar”. Embora insista no caráter pacífico do programa, Teerã tem ameaçado buscar a bomba nos últimos anos.

“O princípio é muito simples: o Irã não pode ter uma arma nuclear”, disse o vice-presidente dos EUA, JD Vance, a jornalistas na Casa Branca. Segundo ele, Trump está “enviando esses negociadores para tentar resolver esse problema” e “quer resolver esse problema diplomaticamente”. “Mas, é claro, o presidente também tem outras opções”, acrescentou Vance.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 27/02/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

CSN AUMENTA (AINDA MAIS) SUA FATIA EM STARTUP DE GESTÃO DE FROTAS

Por Rennan Setti



Caminhão fora de estrada na mina Casa de Pedra, da CSN Mineração, em Congonhas (MG) — Foto: Divulgação

Enquanto avalia como vender grandes ativos para reduzir seu endividamento, a CSN está aumentando sua participação em uma startup de gestão e monitoramento de frotas e máquinas. Trata-se da GaussFleet, na qual a siderúrgica de Benjamin Steinbruch vem investindo desde 2023.

A CSN vai aumentar de 80% para 95% sua fatia na startup, que criou uma plataforma na nuvem baseada em “internet das coisas” (IoT, na sigla em inglês) para gerir máquinas pesadas em indústrias como siderurgia.

Com o movimento, o cofundador Vinícius Callegari deixará a sociedade, e o CEO e cofundador Alan Ribeiro ficará com apenas 5%. Ele será o único acionista além da CSN.

Fundada em 2018, a GaussFleet já prestava serviço para a CSN pelo menos desde 2020. Em 2023, o braço de CVC (corporate venture capital) da CSN, o Inova Ventures, fez aporte minoritário no negócio. Em meados de 2024, só na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), a tecnologia da GaussFleet monitorava 512 equipamentos de frota rodoviária e 43 locomotivas automatizadas da CSN.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/02/2026

FUNDO DE DESCARBONIZAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO COMEÇA A OPERAR

Estado soma quase R\$ 1 bilhão para economia verde e está entre os líderes na estruturação de recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável

Por Bandes



Fundo de Descarbonização do Espírito Santo fortalece a economia de baixo carbono no estado — Foto: Getty Images

O governo capixaba lançou o Fundo de Descarbonização do Espírito Santo, alinhado ao Plano de Descarbonização e Neutralização das Emissões de Gases de Efeito Estufa. Entre as principais metas estão a redução de 27% até 2030 e a de neutralidade de carbono até 2050. Ao investimento inicial de R\$ 500 milhões, realizado pelo Fundo Soberano do Espírito Santo (Funes), soma-se um aporte da BTG Pactual (Asset Management), que eleva o montante total para quase R\$ 1 bilhão destinado à transição energética.

Estruturado pela BTG Pactual e supervisionado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), o mecanismo é operacionalizado por meio de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Aberto à adesão de novos investidores, o objetivo é financiar projetos voltados a eficiência energética, geração de energia solar, produção e uso de biometano, reflorestamento, entre outras iniciativas que contribuam para a redução da pegada de carbono no estado.

— O Fundo de Descarbonização é resultado de uma política pública desenhada em detalhe para garantir que os investimentos realizados contribuam efetivamente para o cumprimento do pacto de neutralidade de carbono assumido pelo Espírito Santo. Trata-se de transformar maturidade empresarial e compromisso climático em investimentos reais, alinhados às metas de redução de emissões e ao desenvolvimento sustentável do estado, afirma o diretor-presidente do Bandes, Marcelo Saintive.

O novo instrumento se destaca pelo conceito de blended finance, elevando o potencial de atração de investidores nacionais e internacionais.

— Aqui trabalhamos com muito foco nas futuras gerações. Menos discurso e mais ação concreta. Com o fundo, o Espírito Santo sai na frente, explica o vice-governador, Ricardo Ferraço.

Além disso, tem como diferencial o uso estratégico de recursos provenientes de combustíveis fósseis transformados em investimentos verdes.

— O fundo de descarbonização irá servir para que outros fundos e instituições possam aportar recursos e que empresas possam ajudar suas prestadoras de serviço a acelerar o processo”, afirma o governador, Renato Casagrande.

Há alguns anos, o Bandes vem se estruturando para assumir protagonismo em financiamento verde, articulando retorno econômico e impacto climático positivo. No ano passado, a instituição recebeu reconhecimento internacional por sua atuação, no relatório State of Green Banks 2025.

Nesse sentido, o banco contribui para o posicionamento do estado entre os líderes na estruturação de instrumentos financeiros voltados ao desenvolvimento sustentável.

— Nossas ações têm sido referência tanto pelos programas quanto pela gestão fiscal responsável. O Fundo Soberano e o Fundo de Descarbonização são exemplos práticos e de sucesso”, diz Casagrande.

Maria Netto, diretora do Instituto Clima e Sociedade (iCS), entidade que ajudou a desenhar o mecanismo, reforça o papel dos bancos de desenvolvimento na viabilização do financiamento da descarbonização.

— O instrumento criado pelo Bandes é pioneiro no Brasil, combinando visão de longo prazo, mercado de capitais e impacto climático. É uma oportunidade para envolver toda a cadeia, das grandes às pequenas empresas, na descarbonização da economia, resume.

Política de investimentos



Segundo Saintive, o principal desafio enfrentado pelas empresas não está na falta de engajamento, mas na ausência de instrumentos financeiros estruturados para viabilizar investimentos em descarbonização. O interesse é grande: uma pesquisa realizada pelo Bandes e pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines) mostrou que 72% consideram investir em projetos nessa agenda.

Nessa direção, juntamente com a BTG Pactual Asset Management, a instituição estruturou uma política de investimentos específica para o Fundo que assegura que os recursos alocados estejam alinhados à transição climática, à redução de emissões e à geração de impacto socioeconômico positivo.

Saintive explica que há critérios de elegibilidade, comprovação de adicionalidade climática, alinhamento com o Plano Estadual de Descarbonização e um sistema contínuo de monitoramento de

resultados.

— Esse nível de governança e intencionalidade fortalece a economia de baixo carbono, posiciona o Espírito Santo na vanguarda nacional da agenda climática e reafirma o papel do Bandes como referência na integração entre finanças, inovação e responsabilidade ambiental, conclui.

Segmentos prioritários para o Fundo de Descarbonização do Espírito Santo

A iniciativa do Bandes fortalece a limpa aplicadas à indústria e a eficiência energética — Foto: Getty Images

— O Fundo de Descarbonização irá servir para que outros fundos e instituições possam aportar recursos e para que empresas possam ajudar suas prestadoras de serviço a acelerar o processo de Descarbonização. Renato Casagrande, governador do Espírito Santo

— O modelo que adotamos combina recurso público com recurso privado para potencializar a mobilização de financiamentos visando à transição energética Ricardo Ferraço, vice-governador do Espírito Santo

— Os bancos de desenvolvimento têm um papel estratégico para viabilizar o financiamento da descarbonização, especialmente ao estruturar instrumentos inovadores e mobilizar capital privado em escala” Maria Netto diretora do Instituto Clima e Sociedade

— As mudanças climáticas exigem políticas públicas consistentes e instrumentos financeiros à altura do desafio, e o Espírito Santo demonstra que é possível liderar esse processo com seriedade e visão de longo prazo” diretor-presidente do Bandes, Marcelo Saintive

Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/02/2026

GOVERNO RECUA EM AUMENTO DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO SOBRE ELETRÔNICOS, COMO SMARTPHONES

Notebooks também voltam a alíquota anterior, de 16%. Decisão veio após repercussão negativa nas redes

Por Fabio Graner — Brasília



A alta para 20% nos telefones celulares inteligentes e para outros produtos eletrônicos havia sido explorada politicamente pela oposição, gerando forte desgaste para o governo nas redes sociais — Foto: Pixabay

O governo fez um recuo parcial na medida que elevou a tarifa de importação para produtos eletrônicos e de bens de capital. Em reunião extraordinária do Comitê Executivo (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex), foram revogados os aumentos promovidos no início do mês para produtos eletrônicos, como smartphones e notebooks, que voltaram à alíquota de 16%.

A alta para 20% nos telefones celulares inteligentes e para outros produtos eletrônicos havia sido explorada politicamente pela oposição, gerando forte desgaste para o governo nas redes sociais. E também provocou uma queda de braço interna no governo, com parte defendendo que se recue, especialmente por se tratar de um ano eleitoral, e parte defendendo que a decisão fosse sustentada



para não fortalecer a oposição e personagens como o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que fez um vídeo com alto alcance criticando o governo.

O universo atingido pelas revogações anunciadas nessa sexta-feira representa cerca de 10% dos 1,2 mil itens que tiveram alta na tarifa de importação formalizada no início desse mês.

Falta de chips: Mercado de smartphones deve recuar 13% este ano por escassez de componentes. Além do recuo nesses e em outros 13 itens, o Gecex reduziu a zero a tarifa de importação de outros 105 produtos de bens de capital e informática, atendendo a pedidos de empresas protocolados até o dia 25 de fevereiro. Outras revisões podem ser feitas em futuras reuniões, além de haver a possibilidade de o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) por conta própria ter a prerrogativa de zerar a tarifa de alguns produtos sem similar nacional, hipótese que também segue na mesa.

Como mostrou a coluna, a repercussão política da elevação tarifária de produtos eletrônicos, como smartphones, fez o governo considerar a possibilidade de revogar parte da alta do imposto medida. Com as pesquisas mostrando um fortalecimento da oposição a Lula e um movimento forte de redes sociais criticando a iniciativa, o governo pesou os prós e contras de sustentar a decisão.

Na noite desta quarta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a iniciativa, argumentando que ela protege a produção nacional e defendendo que não vai gerar aumento de preços. Porém, explicou, a própria decisão traz uma possibilidade de revogação nos casos de produtos que não tenham similar nacional.

Segundo integrantes do governo, a revogação parcial ou total do tarifaço sobre eletrônicos não teria um impacto fiscal tão relevante porque muitos produtos já são produzidos no Brasil e ainda há mecanismos como o drawback, que reduz os custos de importação de itens que são usados como insumos para vendas ao exterior.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/02/2026

SETOR PÚBLICO TEM SUPERÁVIT DE R\$ 103,7 BILHÕES, MAS ROMBO DE ESTATAIS AUMENTA E VAI A R\$ 4,9 BI

Saldo negativo das estatais é quase cinco vezes maior que o déficit registrado no ano passado inteiro pelas empresas

Por Bernardo Lima — Brasília

O Congresso Nacional e a Esplanada dos Ministérios — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O setor público consolidado registrou um superávit primário (quando se desconta o pagamento dos juros da dívida) de R\$ 103,7 bilhões em janeiro deste ano, de acordo com dados do Banco Central (BC) divulgados nesta sexta-feira. Neste resultado, se destaca o déficit de R\$ 4,9 bilhões das estatais, quase cinco vezes maior do que o resultado negativo das empresas apresentado em janeiro de 2025.

O resultado do setor público é ligeiramente menor que o superávit de R\$ 104,1 bilhões registrado no mesmo mês em 2025.

Os dados do setor público consolidado levam em conta os resultados fiscais de União, estados, municípios e empresas estatais (exceto setor financeiro e Petrobras).

O superávit acontece quando as receitas do governo com tributos e impostos são maiores que suas despesas. O mesmo acontece nos casos das empresas estatais, mas com suas receitas de serviços e produtos.

O resultado refletiu os superávits de R\$ 87,3 bilhões do governo federal e de R\$ 21,3 bilhões dos estados e municípios, e déficit R\$ 4,9 bilhões das empresas estatais. Este déficit das estatais é quase tão grande quanto o saldo negativo acumulado no ano passado inteiro, que foi de R\$ 5,1 bilhões.

Em relação às estatais, o levantamento não leva em conta grandes empresas federais como Petrobras e Eletrobras, que saíram do indicador em 2009, por terem regras que se assemelham a empresas privadas de capital aberto.

O argumento do governo tem sido de que o déficit demonstrado pelo BC reflete um programa de investimentos mais acelerado nas empresas e o pagamento de dividendos.

O Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos (MGI) tem seu próprio indicador, que considera os lucros dos bancos públicos e Petrobras. Segundo o boletim das estatais, foi registrado um lucro líquido de R\$ 136,3 bilhões em 2025, com alta de 22,5% sobre igual período de 2024. A Petrobras representa quase 70% deste montante sozinha.

Em doze meses, o setor público consolidado acumulou déficit primário de R\$ 55,4 bilhões, o que representa 0,43% do PIB.

Ao se considerar o critério nominal, que engloba as despesas com juros da dívida pública, houve superávit de R\$ 40,1 bilhões em janeiro. No acumulado de doze meses, houve déficit nominal de R\$ 1.086,2 bilhões (8,05% do PIB).

Dívida Bruta

O BC ainda divulgou o número da dívida bruta do Brasil em janeiro, que permaneceu sem variação neste mês, somando R\$ 10,1 trilhões, o que equivale a 78,7% do PIB.

O cálculo leva em conta o governo federal, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e governos estaduais e municipais. Este é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na avaliação da saúde das contas públicas.

Dívida Líquida

Enquanto isso, a dívida líquida, que desconsidera os ativos do governo, desceu para 65% do PIB em janeiro, chegando a R\$ 8,3 trilhões, uma redução de 0,3 ponto percentual em comparação com o mês anterior.

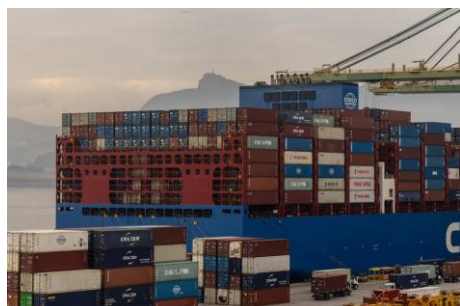
Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/02/2026

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO TROCA PAPEL REGULATÓRIO POR FISCAL EM 2026 COM MEDIDAS DO GOVERNO

Executivo elevou alíquota de mais de 1,2 mil produtos, entre eletrônicos

Por Eliane Oliveira — Brasília



Navio porta-contêineres no Porto do Rio de Janeiro — Foto: Dado Galdieri/Bloomberg/16/07/2025

O recente aumento das tarifas de importação no Brasil reforça um movimento que vai além do protecionismo e da pressão das importações chinesas — fatores já conhecidos — e evidencia o uso mais explícito do Imposto de Importação com viés arrecadatário.

Tradicionalmente de caráter regulatório, o tributo passa a ser mobilizado também como fonte adicional de receita, em um contexto de deterioração do saldo externo e de restrições fiscais. Esse enfoque é admitido pelo próprio governo e destacado por especialistas ouvidos pelo GLOBO.

O aumento do Imposto de Importação sobre mais de 1,2 mil produtos, concentrados em bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicações (BIT) — que incluem telefones celulares, computadores, entre outros —, foi decidido pelo Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex). A proposta aprovada pelo colegiado concentra as alíquotas em três patamares, 7%, 12,6% e 20%, e se aplica apenas a produtos com fabricação nacional. A resolução foi publicada no Diário Oficial da União em 5 de fevereiro.

Parte das novas alíquotas entrou em vigor em 6 de fevereiro, e o restante passa a valer em 1º de março de 2026, conforme o cronograma definido pelo Gecex.

Segundo nota técnica do Ministério da Fazenda, as importações de BK e BIT somaram US\$ 75,1 bilhões em 2025, com crescimento acumulado de 33,4% desde 2022. A penetração dos importados no consumo nacional aparente alcançou cerca de 45% em bens de capital e 54,8% em bens de informática e telecomunicações. Na avaliação do governo, esses níveis ameaçam elos relevantes da cadeia produtiva doméstica e podem provocar regressão produtiva e tecnológica de difícil reversão.

Câmbio e juros

No plano macroeconômico, a nota destaca que o avanço das importações desses bens contribuiu para a redução do superávit comercial brasileiro, que caiu de US\$ 99 bilhões em 2023 para US\$ 68 bilhões em 2025. Como o Brasil opera com conta de capitais aberta, a perda de fôlego do saldo comercial amplia o déficit em transações correntes, pressiona o balanço de pagamentos e aumenta a volatilidade cambial, com potenciais efeitos sobre os juros, especialmente em períodos de crescimento econômico.

Nesse contexto, o governo projeta cerca de R\$ 14 bilhões adicionais em arrecadação em 2026 com o aumento das alíquotas do Imposto de Importação sobre diversos bens. O valor pode ser superado ao longo do ano, como parte do esforço fiscal para reforçar receitas no curto prazo.

O colunista do GLOBO Fabio Graner informou que a repercussão política da elevação das tarifas sobre produtos eletrônicos, como smartphones, levou o governo a considerar a possibilidade de revogar a medida. Segundo ele, com pesquisas indicando fortalecimento da oposição ao presidente Lula e a reação negativa nas redes sociais, o Planalto passou a avaliar os custos e benefícios de manter a decisão.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) afirma que a medida não deve resultar em aumento de preços ao consumidor. Segundo a pasta, 95% dos smartphones consumidos no Brasil são produzidos no país. Além disso, foram preservados regimes especiais e tratamentos diferenciados para itens considerados estratégicos, como equipamentos destinados a datacenters.

Os produtos atingidos são majoritariamente demandados por setores como metalmeccânico, automotivo, mineração, óleo e gás, infraestrutura, energia, construção pesada, logística e agronegócio. De acordo com técnicos da área econômica, o objetivo da recomposição tarifária é reequilibrar preços relativos em favor do produto nacional, estimular encadeamentos produtivos e favorecer a substituição competitiva de importações.

Eleição em 2026

O economista Lívio Ribeiro, sócio-fundador da consultoria BRCG e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), avalia que a ampliação das tarifas representa, simultaneamente, um movimento de maior protecionismo e uma tentativa de reforço de curto prazo da arrecadação fiscal.

— São duas coisas caras à administração nesse período que se aproxima das eleições — afirma.

Na sua avaliação, a política tarifária ajuda a atender demandas de grupos de interesse ao mesmo tempo em que cria algum espaço fiscal, em um cenário de discussão fiscal ainda complexa.



Custos industriais

Para o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, a elevação do Imposto de Importação tende a produzir, antes de tudo, um efeito arrecadatório. Nesse cenário, segundo ele, o imposto cumpre essencialmente sua função de arrecadação, e não de proteção da indústria.

— Quando o aumento das tarifas não é suficiente para bloquear a entrada de produtos estrangeiros, o país continua importando, mas por valores mais elevados, o que amplia a receita tributária — afirma.

Castro avalia que esse efeito está diretamente relacionado aos preços praticados pela China, considerados muito baixos. Mesmo com alíquotas mais elevadas, diz, os produtos chineses seguem competitivos no Brasil e em outros mercados. “Se adotássemos tarifas proporcionais aos preços chineses, na prática estaríamos proibindo a importação de diversos produtos, o que não ocorre”, afirma.

Na avaliação do presidente da AEB, há ainda impacto relevante sobre os custos da indústria. Ao elevar tarifas sobre uma lista extensa de produtos que servem de base para a produção industrial, o país acaba importando custo, alerta.

— Esse aumento tende a ser repassado aos preços finais e, consequentemente, às exportações, o que pode dificultar a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional.

Distorções

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, afirma que a medida corrige distorções que vinham inviabilizando a produção local de determinados equipamentos, especialmente no segmento de tecnologia da informação. Ainda assim, concorda que o viés predominante é arrecadatório.

— Protecionismo não é novidade, invasão de importação chinesa também não é novidade. O que muda agora é a arrecadação — diz.

Ele afirma que o aumento das tarifas resultou de articulação com o governo no contexto da política de atração de investimentos em datacenters.

— Em reuniões com o ministério, fomos questionados se as grandes empresas assumiriam o compromisso de fabricar no Brasil caso as tarifas fossem elevadas. O pessoal disse que sim — relata.

— De certa forma, esse aumento foi combinado conosco no que diz respeito a bens de informática e telecomunicações.

Já o Centro de Liderança Pública (CLP) critica a decisão do governo federal de elevar tarifas de importação sobre bens de capital e produtos tecnológicos como forma de reforçar a arrecadação e cumprir a regra fiscal. Para a entidade, a medida tenta resolver um problema de curto prazo com um instrumento que compromete o crescimento no médio e longo prazo, ao afetar produtividade, investimento e integração competitiva do país à economia global.

“Na prática, tarifa sobre bens de capital e insumos tecnológicos é uma forma de tributar investimento e modernização: ela encarece máquinas, equipamentos, TI e telecom que entram na função de produção de praticamente todos os setores”, diz uma nota divulgada pela entidade.

Segundo o CLP, tributar máquinas, equipamentos e itens de tecnologia da informação e telecomunicações equivale a tributar o próprio investimento e a modernização da economia, já que esses insumos são fundamentais para praticamente todos os setores produtivos. A entidade cita estudos recentes sobre tarifas, inclusive em grandes economias, que mostram que esses custos tendem a ser repassados quase integralmente aos preços.

A entidade cita como exemplo os Estados Unidos: pesquisas indicam que entre 80% e 94% das tarifas aplicadas em 2018–2019 e 2025 foram incorporadas ao preço final, sem evidências de que exportadores tenham reduzido seus valores para compensar o aumento. Para o CLP, há ainda uma contradição no discurso oficial, já que o Brasil critica tarifas unilaterais adotadas por outros países, mas recorre ao mesmo instrumento para enfrentar seu desafio fiscal.

"Aumentar tarifas sobre BK e BIT, em contraste, é uma tentativa de resolver um problema fiscal de curto prazo com um instrumento que compromete exatamente o que o país mais precisa no médio e longo prazo: produtividade, investimento e integração competitiva com o mundo."

A Associação Brasileira dos Importadores (ABIMP) também criticou a medida. Para a entidade, o aumento do Imposto de Importação tende a elevar custos ao longo da cadeia produtiva, especialmente em segmentos que dependem de insumos e equipamentos estrangeiros sem similar nacional competitivo. A associação avalia que a elevação das alíquotas pode resultar em repasse de preços, pressionar margens da indústria e reduzir a competitividade das exportações brasileiras.

OMC

Do ponto de vista jurídico, não há violação de compromissos internacionais. As alíquotas permanecem dentro dos níveis consolidados pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), isto é, dentro do teto tarifário autorizado pelo sistema multilateral.

— O que se observa é a utilização deliberada e estratégica do espaço tarifário disponível, algo que diversos países vêm fazendo de forma cada vez mais assertiva — diz Andrea Weiss, especialista em comércio internacional e sócia do escritório Monteiro & Weiss Trade.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/02/2026

COAF INFORMOU A MORAES QUE NÃO HOUVE ACESSO INJUSTIFICADO A DADOS SIGILOSOS DE MINISTROS DO STF E FAMILIARES

Ministro determinou, em janeiro, que órgão e Receita Federal apurassem possível quebra de forma ilegal de sigilo de integrantes da corte e de parentes

Por Thaís Barcellos e Sarah Teófilo — Brasília



O ministro Alexandre de Moraes — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) não encontrou qualquer acesso indevido a dados de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e seus familiares. No âmbito do inquérito das fake news, o relator, Alexandre de Moraes, determinou, em janeiro, que o Coaf e a Receita Federal apurassem possível quebra de forma ilegal de sigilo de integrantes da corte e de parentes.

Segundo pessoas a par do assunto, no órgão de inteligência financeira, identificou-se que eventuais acesso foram para fins únicos de trabalho. A Receita, por sua vez, já reportou ao STF que, em apuração preliminar, encontrou acessos injustificados de quatro servidores, um cedido pelo Serpro.

A auditoria interna ainda está em andamento, uma vez que Moraes determinou uma varredura que envolve as declarações de cerca de 100 pessoas ligadas aos 10 magistrados do STF. O Fisco deve entregar o relatório final para o Supremo até o fim do mês.

Novo relator: Mendonça determina que Coaf siga procedimento normal no caso do Banco Master
A apuração inicial levou a Polícia Federal (PF) a realizar, durante o carnaval, uma operação para apurar a participação dos quatro servidores nos vazamentos e quais teriam sido as motivações. De

acordo com o STF, “foram constatados diversos e múltiplos acessos ilícitos ao sistema” do Fisco, com “posterior vazamento de informações sigilosas”.

O pedido de Moraes foi feito no âmbito do inquérito das fake news, do qual Moraes é relator, e em meio aos desdobramentos do caso do Banco Master. O caso teve troca de relatoria no STF após vir à tona notícia de que uma empresa da qual o ministro Dias Toffoli é sócio fez negócios com um fundo ligado ao cunhado de Daniel Vercaro, dono do banco.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/02/2026

STF: ESQUEMA NA RECEITA QUE ACESSOU DADOS DE MINISTROS COBRAVA R\$ 250 POR INFORMAÇÕES

Vigilante e atendente também vendiam lugar em filas de atendimento

Por Malu Gaspar



Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux (à esq.) e Alexandre de Moraes durante sessão da Corte em fevereiro passado — Foto: Cristiano Mariz/O Globo

O vazamento dos dados de familiares dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em especial os da mulher do ministro Alexandre de Moraes e os do filho do ministro Luiz Fux, foi realizado por dois funcionários terceirizados de uma agência da Receita Federal no Rio de Janeiro que operavam um esquema mambembe de venda de lugar em fila de atendimentos e informações cadastrais de correntistas.

Em depoimento dado à própria Receita, um vigilante terceirizado e um atendente cedido pelo Serpro que atuavam na agência de Laranjeiras, Zona Sul do Rio, admitiram ter vendido a declaração de imposto de renda dos advogados Viviane Barci de Moraes e Rodrigo Fux para terceiros ao preço de R\$ 250 por CPF. Desse valor, R\$ 150 ficavam para o servidor e R\$ 100 para o atendente.

Os dois admitiram ainda que operavam esse esquema já havia anos. Afirmaram, ainda, que apenas receberam o pedido para o acesso aos CPFs e fizeram a pesquisa, e não sabiam de quem se tratava. A Polícia Federal (PF) ainda investiga quem comprou os dados.

A Receita informou à equipe do blog que o funcionário cedido pelo Serpro retornou à empresa pública e que uma representação foi aberta na corregedoria. Já o vigilante foi devolvido para a empresa terceirizada no último dia 20.

Os depoimentos foram tomados ainda na fase administrativa da investigação, pela própria Receita Federal, depois que o ministro Alexandre de Moraes determinou que fosse rastreado o acesso a dados cadastrais e do imposto de renda de 140 pessoas, ministros do Supremo e seus parentes.

Uma vez constatado o acesso irregular e feitos os depoimentos, a informação foi passada a Moraes e à Procuradoria-Geral da República (PGR), que solicitou a busca e apreensão sobre quatro funcionários da Receita. Todos tiveram que passar a usar tornozeleira eletrônica e tiveram os passaportes cancelados.

Além dos dois sediados no Rio de Janeiro, um fiscal de Presidente Prudente (SP), Ricardo Mansano de Moraes, admitiu ter consultado as informações de uma enteada do ministro Gilmar Mendes, mas alegou não ter acessado o imposto de renda dela.

Uma quarta servidora, Ruth Machado dos Santos, do Guarujá (SP), acusada de ter acessado os dados de Viviane Barci, disse que estava em um atendimento presencial na agência em que trabalha

no mesmo momento em que o sistema registrou um acesso aos dados da advogada usando a sua senha.

Segundo as investigações, Ruth teria acessado dados cadastrais como CPF, nome da mãe, data de nascimento, dados eleitorais em 21 de agosto de 2025.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/02/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

OPINIÃO - DECISÃO ANORMAL DE GILMAR MENDES MOSTRA QUE STF ULTRAPASSA TODOS OS LIMITES PARA SE PROTEGER

Para barrar a investigação do Legislativo, ministro afrontou o princípio do juiz natural, arrumando um atalho para uma prevenção esdrúxula

Por Ricardo Corrêa

A decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Maridt Participações, que pertence ao colega Dias Toffoli e irmãos, expõe um modus operandi escandaloso utilizado por parte expressiva da Corte para se proteger. Mais do que o mérito em si da decisão, o modo pelo qual foi fabricada uma prevenção no caso é de constranger até mesmo quem entende apenas basicamente o funcionamento do princípio do juiz natural.

O flagrante drible na regra se deu quando a Maridt - leia-se Dias Toffoli - apresentou um habeas corpus para contestar a decisão dentro de um mandado de segurança já arquivado da CPI da Pandemia. A manobra se deu para fazer de Gilmar Mendes o juiz preventivo do caso, evitando o sorteio ou a distribuição para outro magistrado.



Dias Toffoli ao lado do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal Foto: Andressa Anholete/STF

O absurdo é tão cristalino que é preciso pouca explicação para evidenciá-lo. Gilmar deveria ter abdicado de decidir. Não é o caso de prevenção. O mandado de segurança arquivado não tinha qualquer relação o caso em questão. E o fato de ter sido desarquivado apenas para a concessão da decisão e arquivado novamente em sequência completa o escárnio.

Se havia qualquer prevenção no caso específico, seria para o ministro André Mendonça, que já havia tomado decisões acerca da CPI do Crime Organizado, inclusive relacionada aos irmãos de Toffoli, donos da Maridt.

Depois de rifar o mesmo Dias Toffoli do inquérito relacionado ao Banco Master para se livrar de uma crise de imagem sem precedentes, o STF novamente mergulha nela por uma decisão que tenta tirar do Parlamento - fiscal do Judiciário - o poder de se imiscuir sobre suspeitas envolvendo a relação do ministro com aquele que, até outro dia, era seu "investigado".

Quanto ao mérito da decisão em si, pode até ser válido argumentar que a CPI do Crime Organizado tentou avançar por um território que não era o escopo do colegiado. Mas é preciso lembrar também que cabe ao Legislativo fiscalizar integrantes do STF, inclusive, no caso do Senado, onde ocorre a CPI, tendo a autoridade de promover o impeachment de ministros da Corte. Impeachment que foi

tornado mais difícil pelo próprio Gilmar Mendes ao ampliar, também em decisão polêmica, o quórum de aprovação de um tipo de medida que parece cada vez mais fazer sentido.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/02/2026

GOVERNO MANTÉM IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO ZERO PARA 105 BENS NÃO PRODUZIDOS NO PAÍS E RECUA EM 15 ITENS

Após reação negativa e pressão, comitê retomou tarifas anteriores para outros 15 produtos, incluindo smartphones, após ter aumentado as alíquotas no início de fevereiro

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA — O governo Lula manteve zerado o imposto de importação de bens de capital e de informática para 105 produtos que não são produzidos no Brasil e devolveu as tarifas anteriores para outros 15 itens após aumentar as alíquotas no início de fevereiro.

Setores produtivos e a oposição no Congresso reagiram ao aumento, que também gerou críticas internas no governo pelo potencial impacto em ano eleitoral.

Nesta sexta-feira, 27, o comitê executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), reduziu a zero a tarifa de 105 produtos classificados como bens de capital e de informática e telecomunicações, acolhendo pedido dos setores, como já estava previsto na medida original.



Aumento do imposto de importação deve aumentar a arrecadação do governo em R\$ 14 bilhões a R\$ 20 bilhões em 2026 Foto: Eduardo Laiola/Estadão

Entre os itens que tiveram imposto zerado estão aparelhos de saúde para exames de imagem, máquinas para fiação da indústria têxtil e cartuchos usados em impressoras a laser. Além disso, o comitê recuou em outras tarifas, como smartphones e notebooks, que haviam aumentado e agora continuam em 16.

O aumento do imposto de importação deve aumentar a arrecadação do governo em R\$ 14 bilhões a R\$ 20 bilhões em 2026. Na quinta-feira, 27, a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado afirmou que o aumento de receita é imediato, mas apontou riscos para os investimentos da economia brasileira.

A oposição também se movimentou contra a medida. O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) apresentou um projeto de decreto legislativo para derrubar o aumento. “Se querem debater aumento de imposto, que façam às claras, no Parlamento, e não por canetada”, disse o parlamentar ao apresentar a iniciativa.

A ação, porém, é isolada e não conta com apoio da cúpula do Congresso, uma vez que os parlamentares usaram a estimativa de arrecadação para acomodar emendas parlamentares e o aumento do fundo eleitoral.

O anúncio também dividiu o próprio governo e gerou críticas internas, pelo receio de um potencial impacto negativo do aumento de imposto sobre eletrônicos - sobretudo smartphones - na campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do governo, Wallace Moreira, disse ao Estadão que o Executivo decidiu aumentar o imposto de importação para proteger a indústria nacional devido à redução do superávit da balança comercial e ao aumento do déficit em transações correntes, especialmente no setor de bens de capital (BK) e tecnologia da informação (BIT).



“Tudo que não tiver produção nacional vai ser comprado com tarifa zero e isso foi mantido”, disse o secretário. “Nossa perspectiva é que a medida reduza o déficit comercial, fortaleça a indústria e crise que as condições para que a indústria brasileira, nesses setores (impactados), possa adensar suas cadeiras produtivas.”

Segundo ele, é falsa a informação que os produtos ficarão mais caros para os consumidores. O custo inflacionário indireto, aquele que ocorre na cadeia produtiva, é de até 0,04%, disse o secretário. “Se todo mundo importar peças e equipamentos que não têm produção nacional, qual vai ser o impacto disso se a tarifa é zero?”

Manutenção da alíquota zero

Segundo o ministério, a manutenção de alíquota zero estava prevista na resolução que aumentou o imposto. Funciona assim: a empresa ou o setor requisita o benefício argumentando que não existe produção nacional de um produto, o governo inicia uma investigação que pode durar até 120 dias e aí decide se concede ou não o pedido. Se for constatado que realmente o item não é produzido no Brasil, a tarifa zero vira permanente.

Para os 15 produtos que o governo devolveu as tarifas anteriores, é diferentes. Conforme o Estadão apurou, o comitê entendeu que eles são bens de consumo e não poderiam receber o mesmo tratamento dos bens de capital e serem zerados automaticamente, mas as tarifas poderiam ser revertidas por decisão própria. Além disso, houve polêmica e pressão dentro do governo para o recuo.

O secretário afirmou que a medida não é arrecadatória, apesar de ter sido incorporada no Orçamento de 2026 - na linha do que disse esta semana o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (leia mais abaixo).

“O imposto de importação é regulatório, ele não é arrecadatório. Quem fala que o objetivo da medida foi para arrecadar está cometendo um equívoco muito grande”, disse o secretário. “A nota técnica (que embasou a decisão) não menciona arrecadação, menciona a defesa da estrutura produtiva e sua importância no sistema industrial para manter a sobrevivência dos setores.”

No total, o imposto de importação deve render R\$ 117 bilhões ao governo federal em 2026, segundo o Orçamento em vigor. Os recursos podem ser usados livremente e não são carimbados, mas, na votação da proposta orçamentária em dezembro, o aumento foi usado para acomodar emendas parlamentares, que totalizaram R\$ 62 bilhões, e o aumento do fundo eleitoral, que atingiu R\$ 4,96 bilhões.

Haddad fala em ‘fake news da oposição’

Nesta quarta-feira, 25, questionado sobre o assunto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a medida tem objetivo regulatório e negou que haverá impacto nos preços.

“Esse impacto no preço não existe, porque está se falando muito de celular. As pessoas precisam entender, combatendo as fake news da oposição, que mais de 90% dos celulares consumidos no Brasil são feitos no Brasil. Portanto, não há importação. Tem uma outra parte que não tem similar nacional e sobre o qual não incide a medida”, argumentou.

Ele sustentou que a medida não gera impacto em preços e é focada na proteção da produção nacional. “É uma mentira o que estão falando, que isso vai encarecer, porque os produtos são feitos aqui; mas (a medida) impede que uma empresa estrangeira, utilizando subterfúgio, consiga concorrer com a empresa que está instalada no Brasil com um produto similar”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/02/2026

SENADO DA ARGENTINA APROVA PROJETO DE LEI QUE REDUZ IDADE MÍNIMA DE PUNIÇÃO PARA 14 ANOS

Iniciativa modifica o sistema penal juvenil, que data de 1980, e é defendida pelo presidente Javier Milei Por Redação

O Senado da Argentina aprovou nesta sexta-feira, 27, um projeto de lei que reduz a idade de responsabilidade penal de 16 para 14 anos, uma iniciativa defendida pelo presidente Javier Milei e celebrada pelo governo como “um ato de justiça para a sociedade”.

O projeto, que já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, recebeu 44 votos a favor, 27 contra e uma abstenção no Senado. Ele modifica o sistema de justiça juvenil, que data de 1980.

De acordo com padrões internacionais, a idade mínima de responsabilidade penal é a idade em que um menor não pode ser responsabilizado criminalmente por seus atos e, portanto, não pode ser julgado.



A senadora Patricia Bullrich, ex-ministra da Segurança, é a principal defensora do projeto de lei Foto: Juan Mabromata/AFP

“Qualquer pessoa que tenha capacidade para compreender a gravidade de seus atos assume, sem exceção, a responsabilidade de responder perante a lei. Crime de adulto, punição de adulto”, publicou a Presidência na rede social X minutos após a votação.

A Argentina tinha a maior idade de responsabilidade penal da América do Sul, enquanto na maioria dos países é de 14 anos. Brasil e Equador têm a menor idade de responsabilidade penal (12 anos).

“Estamos aqui para pôr fim a uma doutrina terrivelmente perigosa, a doutrina de que o criminoso é vítima do sistema”, disse Patricia Bullrich, senadora e ex-ministra da Segurança, principal defensora do projeto de lei.

Parlamentares da oposição denunciaram o partido governista por acelerar a tramitação do projeto nas comissões, apesar de a maioria dos especialistas consultados ter se manifestado contra ele, e alertaram que os prazos para adaptação dos centros de detenção e o orçamento alocado são insuficientes.

“Queremos um Estado que ofereça uma resposta abrangente, que inclua educação e reabilitação”, disse o senador Martín Soria, peronista, de oposição, que votou contra a nova lei. “Do outro lado, a única resposta é penal”, acrescentou.

O debate parlamentar ocorre em um momento de grande sensibilidade pública devido a crimes cometidos por adolescentes que receberam significativa atenção da mídia. A aprovação da nova lei aconteceu no mesmo dia em que o Senado se prepara para ratificar a reforma trabalhista, também defendida por Milei. / AFP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/02/2026

LULA DIZ QUE ZEMA NÃO APRESENTOU PROJETOS DE OBRAS DE PREVENÇÃO EM MINAS, APESAR DE R\$ 3,5 BI DO PAC

Presidente e ministros afirmam que governador não apresentou a documentação necessária para que pudesse receber recursos disponíveis para intervenções; procurado, governo de Minas ainda não se manifestou

Por Gabriel Hirabahasi (Broadcast) e Gabriel de Sousa (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), pela falta de investimentos em prevenção de desastres climáticos. Lula conversou com o ministro das Cidades, Jader Filho, até chegar à conclusão de que o governador não apresentou a documentação necessária para que pudesse receber R\$ 3,5 bilhões do governo federal para essas obras.

“Você (Jader Filho) disse que nós colocamos R\$ 3,5 bilhões só para Minas Gerais no PAC. Quando nós fizemos isso, o que o governador (Romeu Zema) tinha de fazer para que esse dinheiro fosse para lá?”, questionou Lula a Jader Filho.



Lula e Zema são prováveis adversários na disputa eleitoral de 2026 Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG

O ministro respondeu: “Apresentar o projeto e a documentação para que as obras pudessem ser contratadas, fazer a licitação e iniciar a obra”.

Lula, então, perguntou: “E ele apresentou quantos projetos?”. O ministro disse: “Até agora nenhum”.

Procurado para comentar a fala de Lula e do ministro, o governo de Minas ainda não se manifestou. O espaço está aberto.

O presidente participou da 6ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em um centro de convenções em Brasília. Estiveram junto dele os ministros das Cidades, Jader Filho, e da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira.

O ministro das Cidades disse que “a prevenção deixou de ser prioridade”. Citou que o governo de Jair Bolsonaro deixou no Orçamento apenas R\$ 6 milhões para aplicar em obras de prevenção.

“Antes da PEC da transição, o governo que nos antecedeu deixou somente R\$ 6 milhões. O governo Lula aumentou mais de R\$ 32 bilhões em prevenção. Isso é ter compromisso com prevenção”, disse o ministro.

“Vejam o que está acontecendo na Zona da Mata Mineira. Desde que governo Lula chegou, MG teve disponibilizado no PAC R\$ 3,5 bilhões para obras de contenção de encostas e macrodrenagens. Nosso governo se preocupa com prevenção”, disse, antes de ser questionado por Lula sobre o papel do governo mineiro no caso.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/02/2026

GILMAR MENDES ANULA QUEBRA DE SIGILOS DE EMPRESA DE TOFFOLI

CPI do Crime Organizado aprovou a medida para o período de 2022 a 2026; defesa da Maridit Participações usou ‘jeitinho processual’ para levar ação ao gabinete do decano do STF

Por Carolina Brígido e Lavínia Kaucz (Broadcast)

BRASÍLIA – O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes anulou nesta sexta-feira, 27, a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático (de mensagens de telefone e e-mails) da empresa Maridit Participações, que pertence ao ministro Dias Toffoli e seus irmãos.

Nesta quarta-feira, 25, a CPI do Crime Organizado aprovou a medida para o período entre 2022 e 2026. A CPI também ordenou quebras de sigilos do Banco Master e da empresa Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.



Gilmar Mendes (à dir.) anulou quebra de sigilos de empresa de Dias Toffoli (à esq.) Foto: Wilton Junior/Estadão

José Carlos Dias Toffoli e José Eugênio Dias Toffoli são sócios do ministro na empresa, que participava do grupo Tayayá Ribeirão Claro, dono do resort Tayayá, no Paraná. O grupo vendeu as participações dele no negócio a um fundo ligado a Daniel Vorcaro, dono do Master, como revelou o Estadão.

Na decisão, Gilmar Mendes afirma que houve desvio de finalidade e abuso de poder na decisão, por se tratar de “circunstâncias desconexas ou alheias ao ato de instauração” da CPI. Ainda segundo o ministro, “a imposição de medidas restritivas só se justifica juridicamente quando guardam estrito nexos de pertinência com o objeto que legitimou a criação da Comissão”.

O decano da Corte considerou que a CPI extrapolou o objeto da sua investigação. A comissão foi instalada em novembro do ano passado após a megaoperação policial que deixou mais de 100 mortos no Rio de Janeiro.

“O requerimento apresenta narrativa e justificação falhas, imprecisas e equivocadas. Há, na espécie, um verdadeiro salto lógico e jurídico: sob o pretexto de combater o crime organizado, a Comissão decreta a quebra de sigilos e a produção de relatórios sem a indicação de um único elemento concreto que vincule a ora requerente aos fatos narrados no requerimento de criação”, destacou.

Ainda segundo o ministro, “a defesa mostra que o requerimento aprovado pela CPI, sem qualquer filtro pelo Judiciário, pode conduzir a uma verdadeira devassa na vida dos envolvidos”.

Gilmar Mendes também argumentou que medidas “invasivas” tomadas pelas CPIs devem ter uma fundamentação válida, o que, na sua visão, não foi o caso. “Uma simples e rápida leitura da justificativa apresentada junto ao requerimento de quebra de sigilos permite vislumbrar elementos vazios, destituídos de fundamentação concreta e sem amparo em base documental idônea”, escreveu o ministro.

Defesa usou ‘jeitinho processual’ para levar ação a gabinete de Gilmar

A defesa contratada pela Maridt lançou mão de uma manobra processual para garantir que o recurso à decisão tomada pela CPI do Crime Organizado caísse no gabinete de Gilmar Mendes.

O pedido foi feito em um mandado de segurança ajuizado pelo site conservador Brasil Paralelo em agosto de 2021. Era um contestação à ordem da CPI da Pandemia para quebrar sigilos ligados ao site. Segundo o andamento processual do STF, esse caso foi arquivado em março de 2023. Mas o pedido da Maridt, feito nesta sexta-feira, ressuscitou o processo.

Se os advogados entrassem com uma nova ação, ela provavelmente seria sorteada livremente entre os nove ministros do tribunal. O Supremo tem 11 cadeiras, mas uma delas está vaga. Além disso, o presidente não relata esse tipo de ação.

A decisão que Gilmar Mendes tomou foi um habeas corpus de ofício. Esse expediente está previsto no artigo 654 do Código de Processo Penal. Segundo a norma, “os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando, no curso de processo, verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal”.

Como foi uma decisão monocrática de ofício, e não uma liminar, o questionamento não deve seguir para julgamento em plenário. Isso pode ocorrer, no entanto, se alguém entrar com um recurso à decisão de Gilmar Mendes.

O presidente da CPI do Crime Organizado, senador Fabiano Contarato (PT-ES), afirmou que avaliará com os demais membros do colegiado “caminhos processuais cabíveis” sobre a determinação do decano da Corte.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/02/2026

SHELL BUSCA NOVO SÓCIO PARA COMPOR CAPITALIZAÇÃO DA RAÍZEN COM A COSAN

Multinacional está disposta a fazer um aporte de R\$ 3,5 bi na empresa brasileira

Por Altamiro Silva Junior (Broadcast), Talita Nascimento (Broadcast) e Cynthia Decloedt (Broadcast)



Shell e Cosan têm 44% da Raízen cada; as demais ações estão distribuídas no mercado Foto: Felipe Rau/Estadão - 16/08/2023

A Shell tenta trazer mais uma empresa para compor o aporte na Raízen em conjunto com a Cosan, de acordo com fontes. A companhia já conversou com potenciais interessados, entre eles o grupo japonês Mitsui, que preferiu não avançar com as conversas.

A razão para a busca de um novo participante é que a Shell não quer ter mais de 50% do capital da Raízen, o que obrigaria o grupo anglo-holandês a consolidar a dívida bilionária da companhia em seu balanço internacional. Por isso, com um sócio, haveria uma diluição. Hoje a Raízen é dividida entre Shell com 44% e a Cosan com 44%, mas esta última não tem os recursos necessários para um aporte mais firme. O restante das ações está distribuído no mercado.

A Shell tem dito a interlocutores que não quer o pior cenário para a Raízen, como um calote ou uma recuperação judicial. Como mostrou a Broadcast, a empresa estaria disposta a fazer uma injeção de R\$ 3,5 bilhões no negócio. O aporte, porém, está vinculado à capitalização por parte do parceiro brasileiro: a previsão é de que a Cosan injetaria R\$ 1 bilhão e o fundador do grupo, Rubens Ometto, colocaria mais R\$ 500 milhões.

Ambiente de negociação piorou

O clima ficou mais tenso entre os credores nos últimos dias. Bancos, locais e estrangeiros, e detentores de bônus dizem que não vêm sendo chamados para participar das negociações sobre a capitalização em conjunto com os controladores. “Há uma conversa para capitalizar a empresa, mas os bancos não estão sendo chamados para sentar nessa mesa”, diz uma fonte.

Cresceu entre os bancos credores o temor de que a Cosan fosse anunciar alguma estrutura de capitalização sem que eles estivessem sendo chamados para as rodadas de conversas. “A sensação era de estar sendo deixado de lado”, disse o diretor de um banco. Bancos estrangeiros, por exemplo, precisam mandar informações para suas matrizes, mas sem participar das negociações, as notícias estavam desencontradas.

Por isso, os bancos, primeiro os locais, depois os estrangeiros, resolveram mandar cartas para a Cosan e a Shell falando da necessidade urgente de capitalização, em um montante estimado de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões. De acordo com fontes, a última carta foi enviada domingo, 22, e até agora não houve uma resposta formal do grupo ao documento. A Raízen vem marcando algumas reuniões bilaterais com os bancos credores, mas não ainda como um grupo. “Essa não é a situação ideal”, afirmou um banqueiro.

Divisão da companhia pode até ser aceita

“Os bancos querem uma solução negociada”, disse uma fonte. Esta fonte ressalta que a ideia de dividir a Raízen em duas pode até ser aceita pelos credores, mas desde que seja negociada.

O BTG Pactual, que se tornou sócio da Cosan no ano passado, tem conduzido as iniciativas em torno de uma solução para o grupo e Raízen. Pelo plano que foi inicialmente ventilado na mídia, a cisão da Raízen levaria o banco de André Esteves a ficar com os negócios de distribuição. Entre os bancos e os detentores de títulos de dívida, essa proposta causou desconforto.

Até o fechamento do segundo trimestre do ano-safra 2025/2026, a dívida líquida da Raízen somava R\$ 53,4 bilhões, dos quais cerca de R\$ 27 bilhões em bonds, títulos de dívida emitidos no exterior, com vencimentos entre 2027 e 2054.

** Procurados, Cosan e Shell não comentaram.*

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/02/2026

ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DA RECEITA CITA ‘PREJUÍZO IRREPARÁVEL’ E PEDE REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE MORAES

Unafisco diz que investigações sobre quebra de sigilo de familiares do ministro por ora envolvem servidor da Serpro e funcionários terceirizados

Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA - A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco) cobrou nesta sexta-feira, 27, a revogação de medidas cautelares impostas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes contra um auditor fiscal acusado de quebra de sigilo de familiares de ministros da Corte.

Segundo a Unafisco, o nome do auditor foi exposto por Moraes, com a aplicação de medidas cautelares, como o recolhimento domiciliar noturno, mas, de acordo com a entidade, as investigações até agora envolvem a venda irregular de dados por funcionários terceirizados.

“Após dias de manchetes alarmistas, insinuações graves e exposição pública de um auditor-fiscal com nome, imagem e reputação colocados sob suspeita, o que se tem até agora é a informação de que o caso investigado envolve a venda irregular de dados por funcionários terceirizados, e não um esquema estruturado de vazamento de dados fiscais visando ataques à nossa Suprema Corte”, diz a Unafisco.



Segundo a Unafisco, o nome do auditor foi exposto por Moraes, com a aplicação de medidas cautelares Foto: Wilton Junior/Estadão

Além desse auditor, outros três servidores cedidos a outros órgãos foram alvos das medidas impostas por Moraes. Os quatro investigados foram afastados de suas funções e tiveram o sigilo quebrado (bancário, fiscal e telemático). Eles estão proibidos de saírem das cidades onde residem e obrigados ao recolhimento domiciliar no período noturno e aos finais de semana.

Os suspeitos tiveram os passaportes retidos e estão proibidos de deixar o País e de ingressar nas dependências do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) e da Receita.

No último dia 19, a Polícia Federal executou uma medida cautelar de uso de tornozeleira eletrônica e cumpriu busca e apreensão contra um vigilante de uma agência da Receita Federal no Rio de Janeiro suspeito de envolvimento no vazamento de informações sigilosas de ministros do STF.

De acordo com funcionários da Receita, há uma suspeita de que esse vigilante tenha ligações com o servidor do Serpro Luiz Antônio Martins Nunes, que atuava na Receita no Rio de Janeiro e foi um dos alvos da ação para apurar vazamentos.

“As últimas notícias dão conta de que um funcionário do Serpro e um vigilante rotineiramente “vendiam” serviços por R\$ 250 (R\$ 150 um, R\$ 100 o outro) para driblar a fila no CAC Laranjeiras e vender informações”, disse a Unafisco.

“Agora a pergunta que não quer calar: e as medidas cautelares impostas ao auditor-fiscal, sobre quem não há notícia sequer de indício de vazamento de informações?” Os valores foram publicados em coluna da jornalista Malu Gaspar, n’O Globo.

Na visão da Associação, o auditor está cumprir pena “equivalente ao regime semi-aberto, sem que tenha havido sequer o início da instrução processual”.

“O combate a ilícitos não pode prescindir de equilíbrio, proporcionalidade e responsabilidade na divulgação de informações. Quando isso não ocorre, o prejuízo é irreparável, para o servidor e para a própria credibilidade das nossas instituições”.

A operação

Por determinação do STF, a Polícia Federal cumpriu, na terça-feira de carnaval, 17, quatro mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, no âmbito de investigação que apura possíveis vazamentos de dados da Receita Federal de ministros da Corte e de seus familiares.

A medida foi tomada após representação da Procuradoria-Geral da República.

Em nota, a Receita Federal reconheceu que dados foram acessados indevidamente e que as investigações seguem sendo aprofundadas. Os técnicos do Fisco fizeram questão de frisar que não toleram “desvios, especialmente relacionados ao sigilo fiscal, pilar básico do sistema tributário”.

“Os sistemas da Receita Federal são totalmente rastreáveis, de modo que qualquer desvio é detectável, auditável e punível, inclusive na esfera criminal. Desde 2023, foram ampliados os controles de acessos a dados, com forte restrição aos perfis de acesso e ampliação de alertas”, disse o comunicado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

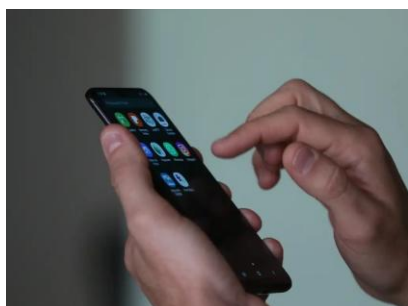
Data: 27/02/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

GOVERNO ZERA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE 105 ITENS E RETIRA 15 ELETRÔNICOS DE LISTA DE ALTA

Por Giordanna Neves — Valor, Brasília



— Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

O Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) aprovou hoje a redução a zero da tarifa de importação de 105 produtos classificados como bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicações (BIT), por meio da concessão de ex-tarifários — mecanismo que permite a redução temporária da alíquota do imposto de importação para esses itens quando não há produção nacional equivalente.



Além disso, o comitê revogou o aumento aplicado a outros 15 produtos, como smartphones e computadores, que haviam tido a alíquota elevada e agora retornam aos patamares anteriores. Em alguns casos, por exemplo, a alíquota que havia sido elevada para 20% foi mantida em 16%.

Esses 15 itens também foram retirados da lista que promoveu o aumento do imposto de importação sobre BK e BIT. O Valor apurou que prevaleceu o entendimento de que esses produtos, por serem bens de consumo, não se enquadram no regime de ex-tarifário e, portanto, não deveriam integrar a lista dos 1.252 itens que tiveram a alíquota majorada.

A nova interpretação ocorreu em meio à repercussão negativa nas redes sociais e ao aumento da tensão interna no governo. Caso esses 15 itens permanecessem na lista, não poderiam ter redução imediata de tarifa, já que não estavam originalmente com alíquota zero.

O tratamento diferenciado previsto na resolução da Gecex que elevou o tributo sobre BK e BIT vale apenas para produtos que tinham alíquota de 0% e foram elevados a 7,2%. Nesses casos, as empresas puderam solicitar ex-tarifário com concessão imediata, mesmo antes da conclusão da análise de similaridade nacional.

A resolução foi publicada em 5 de fevereiro no Diário Oficial da União (DOU) e promoveu o realinhamento das alíquotas de BK e BIT. Pela medida, NCMs com alíquota inferior a 7,2% passaram para 7,2%; aquelas entre 7,2% e 12,6% foram ajustadas para 12,6%; e as que estavam entre 12,6% e 20% passaram a 20%.

A própria resolução, contudo, previu um mecanismo de transição. Nos casos em que a alíquota era de 0% e foi elevada para 7,2%, os itens permanecem com tarifa zerada durante o processo de investigação solicitado pelas empresas, que pode durar até 120 dias. Se, ao fim do prazo, for comprovada a existência de produção nacional equivalente, a tarifa é restabelecida; caso contrário, mantém-se a isenção.

Nos demais casos, também é possível pleitear ex-tarifário, mas sem garantia de manutenção automática da tarifa anterior durante o período de análise.

Como mostrou o Valor, o aumento do imposto de importação expôs divergências internas no governo. Enquanto a Secretaria de Comunicação, comandada por Sidônio Palmeira, passou a defender um recuo na resolução que elevou as alíquotas — temendo impactos na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva após a repercussão negativa nas redes sociais —, a área econômica classificou a narrativa como “terrorismo”, por entender que ela prejudica o governo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/02/2026

CONSÓRCIO DA AZEVEDO & TRAVASSOS VENCE LEILÃO DA ROTA MOGIANA

Por Michael Esquer — Valor, de São Paulo

O Consórcio Rota Mogiana venceu o leilão da concessão rodoviária Rota Mogiana, realizado nesta sexta-feira (27) pelo governo de São Paulo. O grupo ofereceu R\$ 1,084 bilhão de outorga fixa, valor que será pago ao Estado. A concorrência ocorreu na sede da B3, na capital paulista.

Representado no evento pela corretora Planner, o consórcio é composto pela Azevedo & Travassos e pela Quimassa Infraestrutura. Além dele, participaram da disputa outros três grupos: o MC Brazil Concessões Rodoviárias, do fundo Mubadala, que ofertou R\$ 1,019 bilhão; a EPR Participações, com proposta de R\$ 560 milhões; e a Motiva (ex-CCR), com R\$ 180,2 milhões.

Na disputa, venceria o grupo que apresentasse o maior valor de outorga fixa ao Estado. O montante mínimo estipulado no edital foi de R\$ 580 mil.

O projeto prevê investimentos de R\$ 9,4 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão. O corredor rodoviário tem 520 quilômetros de extensão, incluindo trechos atualmente operados pelo Estado e outros sob gestão da Renovias, concessionária dos grupos Encalco e Motiva (CCR), cujo contrato se encerra em abril de 2026.

Para a nova licitação, o governo dividiu o corredor em dois lotes — Mogiana e Circuito das Águas — incorporando novas vias a cada um deles.

O futuro concessionário deverá realizar a duplicação de 217 quilômetros, implantar 138 quilômetros de terceiras faixas, construir ou adequar 151 dispositivos de acesso, implantar ou adequar 96 quilômetros de vias marginais, construir 59 passarelas e adequar ou implantar 135 pontos de ônibus. Também está prevista a construção de um novo contorno viário.

A concessão envolve oito rodovias localizadas nas regiões de Campinas, Mogi Guaçu, Casa Branca e São João da Boa Vista, no interior paulista.

A cobrança de pedágio será feita pelo sistema “free flow”, por meio de pórticos eletrônicos que realizam a leitura de “tags” ou das placas dos veículos, eliminando a necessidade de praças físicas. As rodovias que já operam com pedágios tradicionais passarão por um período de transição para o novo modelo.

De acordo com documento da Secretaria de Parcerias em Investimentos do governo estadual, estão previstos descontos sobre as tarifas atuais de pedágio.

Para o advogado Paulo Dantas, especialista em infraestrutura e financiamento de projetos do escritório Castro Barros Advogados, a conquista da concessão representa um avanço na consolidação da Azevedo & Travassos como operadora de infraestrutura.

“Com a vitória, eles entram de vez no jogo das concessões”, afirmou. “Especialmente por se tratar de um ativo em São Paulo, onde a regulação é mais madura e o histórico de concessões é sólido”, acrescentou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/02/2026

CRESCIMENTO DO PIB DA ÍNDIA DESACELERA PARA 7,8%, MAS CONSUMO PERMANECE FORTE

O resultado mostra uma desaceleração diante da alta de 8,4% registrada no trimestre imediatamente anterior

Por Nikunj Ohri e Shubham Batra, Em Reuters 27/02/2026



Estima-se que o PIB nominal da Índia para 2025/26, que exclui o impacto da inflação, cresça 8,6% — Foto: REUTERS/Amit Dave/Foto de Arquivo

aumento do consumo privado.

A economia da Índia cresceu 7,8 % entre outubro e dezembro em comparação com o mesmo período do ano anterior. O resultado mostra uma desaceleração diante da alta de 8,4% registrada no trimestre imediatamente anterior. O motivo foi a redução do ritmo de gastos e investimentos do governo, mesmo com o forte

Para o ano fiscal completo que termina em março, o governo espera que a economia do Sul da Ásia tenha crescido 7,6%, informou o Escritório Nacional de Estatísticas ao divulgar uma série revisada de dados de produção nacional. A previsão anterior era de crescimento de 7,4%.



Se a projeção se confirmar, a Índia continuará sendo a economia de grande porte que mais cresce no mundo.

A Índia tenta superar os desafios tarifários

O governo do primeiro-ministro, Narendra Modi, comprometeu-se a reformular os dados econômicos, incluindo os da inflação e do Produto Interno Bruto (PIB), ampliando as fontes de informação e atualizando o ano-base para 2022-23, entre outras mudanças. Os ajustes visam responder às críticas sobre práticas de dados desatualizadas e aumentar a precisão.

Estima-se que o PIB nominal da Índia para 2025/26, que exclui o impacto da inflação, cresça 8,6%. Ao apresentar o orçamento para o ano fiscal de 2026/27 no início deste mês, o governo estimou a taxa de crescimento nominal da Índia para o próximo ano em 10%, tendo como base o ano anterior.

Durante grande parte do atual ano fiscal, a economia da Índia enfrentou a incerteza causada pelas tarifas dos EUA, que afetaram negativamente as exportações.

Em resposta, o governo de Modi acelerou reformas internas, incluindo a redução dos impostos sobre o consumidor em centenas de itens e o avanço das reformas trabalhistas há muito adiadas.

No início deste mês, Nova Déli chegou a um acordo provisório com Washington que reduz as tarifas efetivas para 18%, aliviando as tensões comerciais, embora o acordo ainda não tenha sido formalmente assinado.

A decisão da Suprema Corte dos EUA de derrubar as tarifas globais do presidente Donald Trump pode melhorar a posição comercial da Índia em suas próximas negociações interinas.

Enquanto isso, Trump anunciou uma tarifa temporária de 10% sobre todas as nações, incluindo a Índia, e prometeu aumentá-la para 15%.

Consumo

Segundo a nova série do PIB, o consumo privado registrou expansão de 8,7% em relação ao ano anterior no período de outubro a dezembro, comparado a uma expansão de 8% no trimestre imediatamente anterior.

Os gastos do governo aumentaram 4,7% em relação ao ano anterior, no período de outubro a dezembro, uma queda em relação ao aumento de 6,6% no trimestre anterior.

Os setores de serviços financeiros e hotelaria mantiveram-se fortes. O crescimento da produção agrícola, setor que emprega mais de 40% da força de trabalho, deverá desacelerar para 1,4% no atual ano fiscal, em comparação com 2,3% no trimestre anterior.

"O desempenho do setor de serviços sinaliza uma forte recuperação, além do crescimento de dois dígitos no setor manufatureiro", disse Radhika Rao, economista do DBS Bank, com sede em Singapura. "O trimestre de outubro a dezembro também se beneficiou da racionalização dos impostos indiretos e da demanda festiva, além de um melhor desempenho do setor agrícola rural", disse Rao.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/02/2026

CS INFRA VENCE LEILÃO DE ARRENDAMENTO NO PORTO ORGANIZADO DE SANTANA, DIZ SIMPAR

Por Felipe Laurence — Valor, São Paulo

A Simpar informou que sua controlada, a CS Infra, foi declarada vencedora do leilão para o arrendamento da área MCP01, localizada dentro do Porto Organizado de Santana, no município de Santana (AP).

“A concessão está alinhada com a estratégia da CS Infra de alocação de capital em ativos com contratos de longo prazo, receitas resilientes e diversificadas, em diferentes setores e geografias com alto potencial de geração de valor”, afirmou a companhia.



Porto de Santana - Foto: Divulgação/Prefeitura de Santana

Segundo a empresa, a CS Infra venceu o certame com uma outorga de R\$ 2. A concessão terá duração de 25 anos e será destinada à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais.

A remuneração da CS Infra decorrerá da cobrança de preços diretamente dos usuários das atividades portuárias, conforme estipulado no respectivo contrato de arrendamento.

O investimento total previsto é de R\$ 138 milhões, destinados à infraestrutura operacional e à aquisição de novos equipamentos para expansão e modernização do terminal, incluindo pavimentação, ampliação de píer e instalação de um novo carregador de navios.

O plano de investimentos será distribuído ao longo do período da concessão, com média de R\$ 19,5 milhões por ano nos seis primeiros anos e, posteriormente, média de R\$ 1 milhão por ano até o término do contrato.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/02/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ANUNCIA DESTINAÇÃO DE R\$ 9,2 BILHÕES PARA TERMINAIS DE USO PRIVADO

Da Redação Portos e logística 26/02/2026 - 19:34



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou na quarta-feira (25) a formalização de 25 instrumentos contratuais, no montante de R\$ 9,23 bilhões, destinados a investimentos em Terminais de Uso Privado (TUPs). Os recursos referem-se a sete novos contratos de adesão, que somam R\$ 5,81 bilhões, e 18 alterações contratuais, com aportes de R\$ 3,41 bilhões.

De acordo com o Mpor, estão sendo beneficiados empreendimentos em todas as regiões do país, como parte da estratégia de fortalecimento dos TUPs. Para instalações na Região Nordeste são R\$ 3,70 bilhões, para a Sudeste, R\$ 3,41 bilhões, para a Sul R\$ 1,46 bilhão, para a Norte, R\$ 469,56 milhões e, para a Centro-Oeste, R\$ 181,04 milhões.

O presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), Sérgio Aquino, avaliou que os novos contratos vão permitir o atendimento a necessidades do setor. Segundo ele, os TUPs ampliam a modernização da infraestrutura portuária e garantem sua expansão.

O ministro de Portos e Aeroportos afirmou que a formalização dos contratos reafirma o compromisso da pasta com a desburocratização e a segurança jurídica. Ele ressaltou que a participação de capital privado em projetos de infraestrutura aumenta a capacidade de o governo investir em áreas essenciais, como educação, saúde e segurança pública.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/02/2026



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 035/2026
Página 72 de 72
Data: 27/02/2026
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 27/02/2026